

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação Física

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

**O UNIVERSO DESPORTIVO DE CEGOS
E DEFICIENTES VISUAIS:
UMA INTERPRETAÇÃO**

Wagner Xavier de Camargo

Campinas, 1999



Wagner Xavier de Camargo

**O UNIVERSO DESPORTIVO DE CEGOS
E DEFICIENTES VISUAIS:
UMA INTERPRETAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na Área de Educação Física Adaptada.

Orientador: Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida

Campinas

Faculdade de Educação Física (FEF)

UNICAMP

1999

4530009

UNIDADE U. C.
N.º CHAMADA:
TUNICAMP
C. 14u
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC/ 40490
PROC. 278/00
C D
PREÇO \$11,00
DATA 14/03/00
N.º CPD _____

CM-00139101-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF
UNICAMP**

C14u

Camargo, Wagner Xavier de

O universo desportivo de cegos e deficientes visuais: uma interpretação / Wagner Xavier de Camargo – Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador: José Júlio Gavião de Almeida

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Cegos. 2. Deficientes visuais. 3. Esporte. 4. Antropologia.
5. Etnografia. I. Almeida, José Júlio Gavião de. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.
III. Título.

Este Exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Wagner Xavier de Camargo e aprovada pela Comissão Julgadora em 16 de dezembro de 1999.

Data: 02 / 02 / 2000



Prof. Dr. José Julio Gavião de Almeida
Presidente da Banca Examinadora

Dedicatória

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Dedico esta dissertação
e tudo o que ela representa
ao social:
criei-me por ele e aprendi a
compreender seu significado.

À amiga Brenda Maribel Carranza D'ávila,
“ilustre desconhecida” neste meio,
mas principal incentivadora
de minhas ações sociais.

Agradecimentos

Há muitas pessoas que gostaria de agradecer por terem sido tão especiais e importantes no transcorrer desta pesquisa. Peço desculpas, antecipadamente, caso tenha me esquecido de alguém! De qualquer forma, cada um que tomar este exemplar à mão saberá de sua contribuição no estudo aqui registrado.

Primeiramente agradeço à Maria Conceição Xavier de Camargo, não apenas por ser minha mãe, mas por incentivar-me e apoiar-me em momentos que mais precisava de suas palavras.

É claro que sendo a realidade dinâmica e a vida um fluxo incessantemente contínuo de acontecimentos, os agradecimentos que fizer estamparão apenas e tão somente uma fração do “tempo” que perpassou toda a jornada. “Tempo” este inapreensível, imensurável e incompreensível no processo de engrandecimento pessoal que me proporcionou o envolvimento com o universo das pessoas portadoras de deficiência visual.

Não só por protocolo, gostaria de iniciar os agradecimentos formais à pessoa que me inseriu nesse caminho: meu amigo (e, conseqüentemente, orientador), José Júlio Gavião de Almeida.

Aos amigos especiais, e por longo tempo parceiros de trabalho, Benedito Franco Leal Filho (Neno) e Wellington Rodrigues (Baiano), um singular obrigado por terem me mostrado que a vida pode ser contemplada, apreendida e vivida por outros canais sensitivos que não só os da visão.

Das viagens internacionais à convivência cotidiana, agradeço ao companheiro Vital Severino Neto, por acreditar, avalizar e incentivar minhas ações junto a sua pessoa e à Entidade que preside.

Também gostaria de externar minha gratidão aos professores David Farias Costa e Mário Sérgio Fontes, pelas incansáveis palavras de apoio e encorajamento que sempre desferem a minha pessoa, e também aos professores Fernando da Cruz e João Bernardo Rodrigues da Silva, pelas incontestáveis contribuições.

Mais do que um agradecimento e muito próximo ao que seria uma idolatria, reporto-me ao inestimável mestre e amigo, professor Antônio João Menescal Conde, o qual não medindo esforços — muito menos “adjetivos” — impulsiona-me cada vez mais nesse ideal de vida.

Aos amigos e fiéis escudeiros, Regina Matsui, Ciro Winckler de Oliveira Filho e João Roberto Franco, pela paciência na convivência, pelo apoio nas horas amargas de trabalho, pelo suporte incontestável em todos os momentos, o meu obrigado científico, porque estes sim transformar-se-ão em legítimos pesquisadores, produtores de conhecimento.

Uma palavra carinhosa de gratidão aos professores membros da presente Banca de Mestrado: prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço, que acompanhou o ritual de passagem das Ciências Sociais à Educação Física e os embates teóricos travados por ocasião desse, e profa. Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira, amiga e principal incentivadora de meu olhar antropológico na Educação Física. A ambos, por estarem presentes neste processo e por contribuírem sobremaneira com a finalização da pesquisa.

Agradeço, também, ao ícone sempre presente da interdisciplinaridade em minha carreira acadêmica na área: profa. Dra. Maria da Consolação Gomes Cunha Fernandes Tavares.

Às professoras e primeiras orientadoras, amigas e tutoras de sonhos, Dra. Bela Feldman-Bianco e Dra. Ana Maria Goldani, uma manifestação carinhosa de agradecimento pelo pesquisador que ajudaram a formar e pelas

posturas otimista e honesta que sempre me passaram em nossos contatos acadêmico-pessoais.

Dos instantes alegres ou tristes, silenciosos ou eufóricos, relacionados à vida profissional ou íntima, deixo registrado meu real protesto de estima e gratidão aos amigos: Robson Carlos Haderchpek, Paulo César Manduca, Mauro Alexandre Feola e Joaquim Antunes Neto.

A Orlando Forsan, pela paciência com que tem me ajudado a construir uma vida ideal, um obrigado especial.

Como não poderia deixar de reconhecer a importante contribuição que me foi depositada pela convivência com toda a turma de Ciências Sociais-92, quero lembrar, nesse momento, todos aqueles que acreditaram quando lancei as bases de um mestrado interdisciplinar: Gláucia, Gilberto, Fábila, Luciana, Sandra, Soraia e Silmara. Em especial, gostaria de registrar meu profundo carinho pela amiga Patrícia Helena Francia, também da turma, que sempre me apoiou nesta jornada com o entusiasmo e a alegria que lhe são peculiares, compartilhando sonhos e ideais de vida.

A uma pessoa especial, com a qual me deparei não há muito tempo, que sempre suporta meu humor flutuante, através da qual pude conhecer um mundo à parte — o da tradução — e pela qual estou aprendendo a redimensionar minha impulsividade, deixo, aqui “traduzido”, meu respeito, carinho e singela gratidão à amiga Maria Inês Leal.

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de fevereiro de 1997 a fevereiro de 1999, sendo que indubitavelmente sem tal apoio, tornar-se-ia impraticável a realização deste estudo. Além dessa Instituição, merecem destaque: o Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (FAEP), que proporcionou minha viagem à Casablanca (Marrocos), em junho de 1997, para um encontro sobre políticas

de desenvolvimento do desporto mundial de cegos, e a Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, a qual acreditou em minhas investigações científicas, financiando-me em alguns congressos e simpósios nacionais.

Por último, porém não menos valoroso, um agradecimento ao Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada (DEAFA) e a seu corpo de Docentes e Funcionários que, em todas as instâncias do processo, deram-se suportes necessários para o desenvolvimento das atividades propostas.

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Introdução

Minha aparição em cena e como tudo começou! 02

PARTE I

Capítulo 1

O Desporto de Rendimento e seus Múltiplos Desdobramentos 10

1.1. Em Busca de Definições 11

1.2. O Desporto Adaptado de Rendimento 20

Capítulo 2

Circunscrição da Situação Etnográfica:
O que o Panorama Local nos Apresenta? 23

2.1. Uma Entidade Brasileira de Prática Desportiva de Cegos 23

2.2. A Estrutura de um Desporto dito de Rendimento 30

2.3. Um Esforço de Compreensão 35

PARTE II

Capítulo 3

Uma Introdução às entrevistas 40

3.1. Os Atletas 46

3.1.1. Odair: caminhoneiro, atleta paraolímpico e professor 47

3.1.2. Felipe: professor, atleta de carteirinha e amante de futsal 55

3.1.3. Dois discursos, duas medidas 64

3.2. Os Coordenadores 66

3.2.1. Geraldo: fiel discípulo do judô 68

3.2.2. Pedro: o atletismo com(o) desporto de rendimento 74

3.2.3. Tadeu: espectador de bastidores	80
3.2.4. Depois das considerações, outras opiniões	86
3.3. Os Dirigentes	89
3.3.1. Baltazar: a trajetória de um líder	90
3.3.2. Roberto: o concretizador de sonhos	103
3.3.3. Lados de uma mesma moeda	112
3.4. Os ‘Opositores’	114
3.4.1. André: em contra(o)posição dos relatos, muitas sugestões	116
3.5. Do Lugar de onde se Fala, do Lugar de onde de Ouve	126
<u>Conclusão</u> Ou Notas Exploratórias de uma Interpretação	129
<u>Referências Bibliográficas</u>	139
<u>Anexo 1</u>	143

RESUMO

A crescente tendência a informação e a rapidez com que as mudanças ocorrem redimensionam fronteiras na atual sociedade contemporânea, pós-industrial e globalizada. Países em vias de desenvolvimento como o Brasil não conseguem acompanhar tais mudanças na velocidade imposta pelas regras internacionais, e no âmbito do sistema desportivo não é diferente: o movimento do desporto de rendimento de portadores de deficiência está em xeque pela tendência de normatização que o equipara ao desporto de alto nível convencional. O desporto de cegos e deficientes visuais não foge à regra: estaria este subjugado a uma perversa lógica do sistema pós-capitalista global de competição ou participaria de novos paradigmas que estão sendo gestados há um longo tempo? Com o objetivo de melhor entender o movimento desportivo de cegos e deficientes visuais brasileiros, esta pesquisa foi centrada na construção de uma interpretação acerca desse universo, analisando, fundamentalmente, as ações e decisões tomadas, atualmente no Brasil, pela Associação Brasileira de Desportos para Cegos. Para tanto, foram feitas observações participantes em campeonatos específicos dessa entidade e coletaram-se depoimentos de atletas, técnicos e dirigentes envolvidos com o chamado desporto de rendimento de cegos. Subjacente à busca estavam as indagações sobre o que esse desporto representa, que resultados tem alcançado, de que maneira tem-se desenvolvido. Concluiu-se que, apesar de relativamente recente, tal fenômeno necessita de uma identidade e padrões de comparação próprios, e que sem um redimensionamento da lógica norteadora das práticas desportivas dessa população e uma reconsideração no modo de tratar tal desporto por parte de seus próprios praticantes, este estará fadado ao desaparecimento, antes mesmo de ter-se firmado no todo social, pela diferença.

Palavras-chave: *desporto de rendimento; cegos e deficientes visuais; pesquisa de campo; Antropologia*

ABSTRACT

A growing tendency to emphasize information in the world and the speed with which changes occur has redefined the frontiers of modern contemporary society in the post-industrialized globalized world. Developing countries such as Brazil have not been able to accompany these rapid changes in any area, including that of the sporting movement. The established rules and practices of the international sporting community pose a challenge for mere survival and increase the differences between countries. The top-level sporting movement for the disabled in Brazil is thus kept in check by the increasing tendency to compare achievements in this modality with those in conventional sports. The situation of the sporting movement for the blind and visually impaired is no exception. The question is whether it should be subject to the perverse logic of the globalized post-capitalist system of competition or whether the Brazilian sporting movement for the blind is developing its own procedures and norms? The present research was thus undertaken in order to investigate the participation of the blind and visually impaired in sports in Brazil; it focused on the interpretation of the national sporting universe of these individuals and their perceived position in it. The championship competitions of the Brazilian Blind Sports Association were observed, and interviews of the athletes, coaches and organizers involved were made; these results, as well as the recent actions of and decisions taken by that entity were analyzed. Underlying the present investigation were questions about what this sporting movement represents, what results have been achieved, and how it has developed. It was concluded that, despite the fact that this movement is relatively recent, it is social phenomenon in search of an identity and standards of comparison of its own; without a redefinition of the logic which underlies the unique sporting practices of this population and a reconsideration of how this movement is identified by those who participate in it, it will indeed be doomed to disappearance before it has even made a space for itself in the Brazilian social context.

Key words: top-level sport; blind and visually impaired; field research; Anthropology

Introdução

MINHA APARIÇÃO EM CENA E COMO TUDO COMEÇOU!

*“Quem está ao sol e fecha os olhos
Começa a não saber o que é o sol
E a pensar muitas coisas cheias de calor.
Mas abre os olhos e vê o sol,
E já não pode pensar em nada,
Porque a luz do sol vale mais que os pensamentos
De todos os filósofos e de todos os poetas”*

(Alberto Caieiro, in: **Obra Poética**, 1965:207)

Introdução

MINHA APARIÇÃO EM CENA E COMO TUDO COMEÇOU!

Em uma ensolarada tarde de dezembro, com o sol quase se pondo, subo vagarosamente as escadas da Faculdade, em direção à cantina, cansado pelo terrível calor e clima úmidos. Nesse momento, encontro aquele professor que havia ministrado, naquele mesmo semestre, a disciplina recreativa de ginástica olímpica para a comunidade, na qual eu havia participado. Depois de uma rápida saudação inicial, ele me perguntou o que eu fazia ali, uma vez que era aluno do curso de Ciências Sociais e já tinha finalizado meu vínculo com a Faculdade de Educação Física, após o término da disciplina. Embaraçoso foi explicar que, depois de tê-lo tido como professor, ficou difícil não tirar tempo para praticar esportes, e impensável não buscar conhecer mais sobre atividades físicas em geral.

Desde o início do semestre — em agosto de 93 — achava aquele professor meio “estranho”: tinha um discurso igualitário, uma prática que oportunizava a participação e o sucesso de todos os seus alunos. Em outras palavras, o adjetivo “estranho” ficava por conta de “ser diferente” em comparação aos professores de Educação Física que haviam passado por toda a minha vida estudantil.

Até então, pensava que ele apenas ministrava aulas de ginástica olímpica. Foi naquele dia que nos entrecruzamos na escada que todo um outro mundo se abriu diante de mim.

Devido a um pequeno abuso em seus treinos pessoais de artes marciais, seu joelho não estava bem e ele precisava correr com um atleta cego (!).

“*Atleta Cego?*” — pensei alto, num misto de espanto e curiosidade, dizendo em tom ingênuo/admirado — “*Eu nunca tinha ouvido falar que cegos corriam!*”. Então, o professor que anos depois tornou-se meu orientador neste trabalho, perguntou-me se eu não poderia correr com aquele atleta.

Assim que aceitei, já não discernia se tinha ou não feito a coisa certa. Afinal, tudo bem que não gosto de recusar convites inusitados, mas não tinha a mínima idéia do que fazer.

O que senti depois daquela corrida fez com que me motivasse a continuar os contatos com os portadores de deficiências visuais até hoje. De guia vidente¹ nos treinos e nas corridas oficiais de atletismo, passei a secretário e auxiliar geral do Presidente da Associação dos Deficientes Visuais de Campinas (extinta ADEVICAMP). Sem contar um montante de outras atividades que realizava ao mesmo tempo.

Em um meio no qual se tem pouca ou nenhuma atividade, ou ainda quando a situação é aparentemente recente — no caso das entidades criadas com o intuito de reintegrar pessoas portadoras de deficiência² à sociedade através da prática desportiva — os indivíduos dispostos a participar como voluntários terminam, quase sempre, por realizarem uma quantidade infundável de atividades. Muitas vezes, não apenas eles têm que dar conta das atividades gerais concernentes à prática desportiva, como também

¹ Pessoa que geralmente acompanha os cegos totais. No caso aqui relatado, o guia é o corredor (atleta ou em vias de se tornar) que corre junto com os cegos nos treinos de atletismo.

² O “boom” da criação de entidades voltadas a essa finalidade deu-se na segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90, momento em que o país vivia a consolidação da prática desportiva institucionalizada para pessoas portadoras de deficiência visual (LEAL FILHO, 1996).

funcionar como secretário da associação, psicólogo, guia, amigo e até parente, em muitos casos³.

Quanto mais participava do mundo do desporto de cegos e deficientes visuais⁴, mais me identificava com todo esse universo. Tive a oportunidade de participar de campeonatos e jogos (locais, regionais e nacionais), até que tornei-me um dos coordenadores de modalidades e, conseqüentemente, organizador de torneios.

A peculiaridade explicitada — e aparentemente contraditória — de ser um Sociólogo/Antropólogo em meio a profissionais do Esporte e da Educação Física, em um ambiente completamente diverso do “habitado” por aqueles profissionais, possibilitava-me disparar, sempre que possível, minha visão atenta de pesquisador “desconfiado” da realidade que me cercava.

Inquietava-me com a maneira como aconteciam os campeonatos. Os desportistas deficientes visuais pareciam estar querendo provar algo à alguém, mas não explicitavam claramente tal desejo. O que chamavam “*desporto de rendimento*” era simplesmente extensão das conquistas do movimento associativista dos cegos e deficientes visuais que tinham se iniciado na década de 80, transfiguradas em prática desportiva.

³ Como não poderia deixar de registrar aqui, certa vez indignado com o aumento da proporção do trabalho voluntário que fazia para os cegos, desferi a seguinte expressão: “*Nós, guias, não passamos de uma bengala humana, vazia de significado*”. Isso remetia ao fato de sempre ser lembrado ou chamado nas horas de dificuldades dos cegos (quando necessitavam comer, tomar banho, localizar uma peça do vestuário, etc.). Tal frase “mexeu” com alguns poucos cegos que se conscientizaram do excessivo uso — muitas vezes desnecessário — da “bengala humana”. Outros nem se abalaram. Mas isso é uma outra estória !!

⁴ Apesar das expressões “cegos” e “deficientes visuais” passarem uma idéia de diferentes e distintas populações, como salienta Munster (1998), adotarei neste estudo essas categorias em referência à população de portadores de deficiência visual de um modo geral. Primeiro, por estarem essas já consagradas nas definições da International Blind Sports Federation (IBSA) — federação que dirige o desporto de cegos no mundo — e, segundo, porque são comumente usadas no cotidiano de todos os desportistas deficientes visuais, do Brasil e do mundo. Entendo a importância ressaltada pela autora de uma classificação que seja mais justa às reais potencialidades da pessoa portadora de deficiência visual. Por isso ela elegeu a abordagem educacional, não a clínica como foi eleita aqui. Contudo, nesta pesquisa, tal problemática é secundária, visto que o objeto central da análise é o fenômeno “desporto de rendimento” dos cegos e deficientes visuais.

Além disso, a prática desportiva de rendimento nunca foi planejada para os portadores de deficiência em geral, seguindo sistematicamente os pressupostos do treinamento desportivo. O que, de fato, ocorria era a prática pura e simplesmente (Cf. ARAÚJO, 1998:28s; FREITAS, 1997:23s).

Muito menos tal prática era planejada, especificamente, para os portadores de deficiência visual, os quais se tornaram tardiamente ‘praticantes oficiais’ desse tipo de atividade, com a institucionalização do desporto de rendimento para cegos e deficientes visuais apenas em 1984⁵.

Esta dissertação tenta trazer, à superfície das considerações acerca do fenômeno **desporto de rendimento**, uma análise reflexiva sobre seu papel para um segmento social singular de praticantes: as pessoas portadores de deficiência visual.

A exemplo do que Cardoso de Oliveira (1996) relatou quando, em um de seus artigos, pondera sobre uma das habilidades básicas do antropólogo — o “olhar” — situo-me perante este trabalho: na situação etnográfica imaginada pelo autor, o antropólogo que estivesse iniciando uma pesquisa (por exemplo, em uma tribo indígena), ao adentrar em uma maloca, exercitaria imediatamente o seu “olhar etnográfico” já previamente moldado pela disciplina e,

“nesse sentido, o interior da maloca não seria visto com ingenuidade, como uma mera curiosidade diante do exótico, porém com um olhar devidamente sensibilizado pela teoria disponível”.
(CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996:16)

⁵ O processo de institucionalização inicia-se, segundo Araújo (1998), com a fundação da Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC), na cidade do Rio de Janeiro.

É assim que gostaria de resumir, em termos similares, o meu contato com o movimento desportivo de cegos. Meu “olhar” fora moldado pelas Disciplinas-mãe que conheci quando por ocasião de meu envolvimento com as Ciências Sociais (notadamente a Sociologia e a Antropologia), além de ‘exercitado’ nos subseqüentes anos de convivência com os próprios cegos e deficientes visuais em seus torneios e campeonatos, e nos programas de extensão da Faculdade de Educação Física da UNICAMP⁶.

Aqui, no entanto, não se trata de posicionar-se “a favor” ou “contra” o desporto de rendimento de cegos e deficientes visuais, atualmente realizado no Brasil, mas sim analisar a realidade em que está inserido e os desdobramentos desta sobre tal fenômeno, tanto quando colocado em perspectiva frente às ações das entidades de cegos que o praticam e a entidade-mor que o executa, quanto quando enfocado nas *múltiplas falas* dos atores sociais que dele participam.

Assim, no Capítulo 1, procuro localizar o desporto *de rendimento* ou *de competição* em seu processo histórico de desenvolvimento e busco, na literatura específica, definições que possam circunscrevê-lo. Tento, além disso, resgatar o significado desse tipo de atividade no conjunto de práticas dos portadores de deficiência.

No Capítulo 2 delimito a situação etnográfica investigada: o universo do desporto dito de rendimento de cegos e deficientes visuais no Brasil. Reconstituo tal universo, edificando instâncias da estrutura da Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC) e identificando os atores sociais aí inseridos. A partir daí, teço notas considerativas que contribuirão com a

⁶ De 1993 a 1996 fui responsável, sob a orientação do Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida, pela coordenação de diferentes atividades de extensão relacionadas à prática de exercícios físicos para cegos e deficientes visuais. Tais atividades de extensão foram semestrais e são — neste mesmo formato — até hoje constantemente oferecidas pela Faculdade de Educação Física à comunidade, através de inscrições dos interessados na Coordenadoria de Extensão da própria Faculdade.

análise temática das entrevistas e com a tentativa de estabelecer viéses explicativos acerca da problemática apontada.

Já o Capítulo 3 é onde desenvolvo as entrevistas, cada uma a sua vez, e busco relacioná-las no todo do entendimento sobre o cenário desportivo dos cegos. Para melhor identificar os ecos das diferentes vozes que emanam da análise, subdivido as entrevistas em quatro grupos: dos atletas, dos coordenadores, dos dirigentes e dos opositores. Além disso, dentro de cada entrevista trabalho também subtemas que emergiram das mesmas. Inclusive esse é um capítulo direcionado à tentativa de interpretação dos depoimentos.

Em seqüência vem a Conclusão, última parte deste texto. Nela desloco-me dos vários lugares no cenário desportivo construído e tento edificar uma rede de significados a partir do lugar de onde vejo as coisas. Além disso, procuro nas falas dos grupos de entrevistados um ‘sentido’ para a compreensão acerca do fenômeno desportivo (dito de rendimento) dos cegos e deficientes visuais brasileiros.

Por fim, no “Anexo 1” estão os roteiros-guias que utilizei para conduzir as entrevistas.

PARTE I

Capítulo 1

O DESPORTO DE RENDIMENTO E SEUS MÚLTIPLOS DESDOBRAMENTOS

*“ O olhar (...) não descansa sobre o
plano amplo e espraiado que define um
horizonte, mas procura
barreiras e limites,
perscruta suas diferenças
e vazios”*

(Novaes, 1988:358)

Capítulo 1

O DESPORTO DE RENDIMENTO E SEUS MÚLTIPLOS DESDOBRAMENTOS

Os homens têm (e sempre tiveram) necessidade de referências históricas. Suas inquietações transformam-se em mudanças na sociedade quando se indagam acerca dos fatos e fenômenos sociais. Essas mudanças, por sua vez, geram novas inquietações e estas, novamente, provocam o reinício de todo o ciclo. Enquanto homens e atores sociais, mais e mais questionamos nossos valores e confrontamos nossa realidade com a de nossos ideais.

Na sociedade que criamos — palco de nossos conflitos e inquietações — somos cercados por *sistemas* que nós mesmos demos origem: o sistema político, o sistema educacional, o sistema bancário, o sistema desportivo, etc. Fazemos isso para “encaixotar” o cotidiano, buscando a manutenção da *ordem* e afastando a ameaça do *caos*.

No entanto, à parte a ilusão desse ordenamento forçado, tais sistemas não estão isentos das crises e transformações por que passa a sociedade (notadamente ocidental e capitalista). O sistema desportivo, que aqui nos interessa, não é algo alheio, ilhado de tudo isso; ele emerge do todo social e é atravessado por semelhante conflitualidade.

Tal sistema desportivo foi marcado no século XX — mais do que em qualquer outro período histórico — pela dicotomização entre: a) *atividades físicas recreacionais*, para serem feitas no ‘tempo livre’ da sociedade industrializada, ‘estressada’ e de consumo que, para Marcuse, tornam a sociedade unidimensional (Cf. MARCUSE, 1979:23-92); e b) *atividades desportivas*, enquanto competição.

O que me preocupa, aqui, são os desdobramentos que a expressão peculiar das ‘atividades desportivas’ — qual seja, o *desporto de rendimento* ou *de competição** — assume na sociedade contemporânea. Notadamente o que interessa é a extensão e alcance do fenômeno *desporto de rendimento* no universo dos praticantes portadores de deficiência visual.

A seguir analiso na literatura específica, o que efetivamente se compreende por *desporto de rendimento* ou *de competição*, tentando circunscrever o conjunto de definições e entendimentos sobre esse tema.

Ao final do capítulo procuro estabelecer uma teia de relações que me permitem identificar a lógica de considerações entre o que se compreende —na teoria— por *desporto de rendimento*, e o que efetivamente acontece na prática do *desporto dos portadores de deficiência visual*.

1.1. EM BUSCA DE DEFINIÇÕES

Sem dúvida alguma, o *esporte* moderno — ou *desporto* como convencionei chamar neste trabalho —, desde seu surgimento em fins do século XVIII (DUARTE, 1977:80), tem galgado variadas e diversificadas significações, dependendo da realidade em que se apresenta e do universo de praticantes com o qual se relaciona.

O século XX tem-se apresentado como cenário primordial de crescimento e desenvolvimento do movimento desportivo em escala mundial. Acoplado a esse fato, Tubino (1992) acredita que

“também o aumento considerável do número de praticantes de esportes no mundo e o surgimento

* Referir-me-ei, em toda a dissertação, à expressão “desporto” e não “esporte”. Isso porque, mesmo sabendo que representam o mesmo processo, a palavra “desporto” vem da tradição portuguesa e foi inserida, dessa maneira, em nossa cultura brasileira. Inclusive é assim que aparece em documentos oficiais (Constituição e Leis).

ininterrupto de novas modalidades esportivas, sob diferentes perspectivas(...)" (TUBINO, 1992:15)

colocaria o desporto como um dos mais importantes fenômenos às portas da virada do milênio.

Entretanto, não é o objetivo desta pesquisa uma vasta e sistemática busca das origens, evoluções e de desdobramentos que adquiriu o desporto ao longo de sua existência. O que interessa é estabelecer ligações estreitas e diretas com uma fatia específica do fenômeno desporto: o desporto de rendimento (também denominado *alto rendimento* ou *de competição*).

Conceituar *desporto de rendimento* de uma maneira satisfatória, e atentar para a multiplicidade de desdobramentos que tal conceito pode atingir, é extremamente problemático, mesmo que se queira apenas simplesmente defini-lo. Certamente, uma só palavra não basta.

Em primeiro lugar é um fenômeno permanente, caracterizado pela questão da continuidade. Como Kunz (1994) salientou:

“O esporte de rendimento aqui considerado se refere a um tipo de esporte que é sistematicamente treinado com o objetivo de participar periodicamente em competições esportivas”.
(KUNZ, 1994:10)

Justamente o que diferencia o desporto de rendimento de outro tipo de manifestação desportiva (lúdica ou recreacional) qualquer, é a periodicidade e a sistematização do mesmo.

Para entender com maior propriedade os desdobramentos desse fenômeno social, tentarei circunscrevê-lo sob a ótica de vários autores que efetivamente se enveredaram por categorizá-lo de diferentes maneiras.

Coelho (1985), ao definir desporto de alta competição, insere um elemento a mais na compreensão, qual seja, o processo extremamente

seletivo e, no limite, excludente dessa atividade, visto que elimina os menos preparados:

“é uma forma altamente seletiva da prática desportiva que se assenta num sistema de seleção e eliminação sucessiva dos praticantes que não demonstram qualidades que façam supor rendimentos futuros mais elevados”. (COELHO, 1985:32)

Apesar de ter uma visão mais contemporânea acerca do desporto em si — uma vez que trabalha na perspectiva dos desportos radicais — Neto (1995) compreende-o de uma maneira similar. O desporto de competição, para ele, seria:

“(…) constituído por uma diversidade de actividades que se sujeitam a regras rígidas, códigos precisos e segundo estruturas e dinâmicas organizadas de forma universal, independentemente da situação cultural ou do espaço geográfico em que se realizam”. (NETO, 1995:83)

Tal definição traz à tona um viés complementar na consideração sobre o fenómeno desporto de rendimento, ou seja, o desporto é regido por “regras”, “códigos”, que, notadamente, são universais e transcendem localidades culturais e geográficas. Agregam-se, então, a dimensão cultural e o formato inflexível do conceito.

Além disso, o autor confere ao “desporto moderno”, uma abrangência além do cultural, perpassando também a esfera do econômico e do social:

“(…) o desporto moderno enquadra-se numa grande mobilidade de interesses de âmbito político, econômico e social quanto à sua divulgação, implementação e participação”. (NETO, 1995:83)

Bruhns (1991), pela diferenciação, estabelece o que considera por esporte e ‘atividade lúdica’. Ao primeiro, refere-se como detentor de:

“certas restrições pré-determinadas como imposição de regras, modelos, busca de rendimento, recordes, medalhas, juizes, capitães, etc.”. (BRUHNS, 1991:10)

e à ‘atividade lúdica’, muitas vezes moldada pelo fenômeno anterior, como atividade que:

“apresenta componentes como a espontaneidade, a flexibilidade, o descompromisso, a criatividade, a fantasia, a expressividade, etc., com características culturais próprias”. (idem, p.10)

O propósito central de seu artigo não é discutir pormenorizadamente a diferença entre uma e outra manifestação, mas sim alertar para a sobrevalorização do esporte, em detrimento do jogo ou atividade lúdica, na sociedade contemporânea. Pela sobreposição e interação de idéias e definições em seu artigo, consegue delimitar o *locus epistemológico* do próprio desporto de competição contemporâneo: este está onde não está a atividade lúdica.

A autora posiciona-se de maneira mais incisiva:

“No esporte, os jogadores são estimulados a vencer de qualquer maneira e avaliados por porcentagens de pontos, marcas, etc. A acumulação está sempre presente para lembrar que tudo é aquisitivo, competitivo, com limitações e comparações”. (id., ibid., p.11)

Importante ressaltar que Bruhns chama atenção ao fato de o desporto estar participando de uma *“ideologia a serviço da racionalidade do sistema”*

(id., ibid., p.10). Além do mais, os fatores de “limitação” e “comparação” aparecem e redimensionam o conceito.

A busca de melhores marcas, do lucro, do rendimento máximo (no limite: dos resultados a qualquer preço) são estratégias articuladas pelos atores sociais que compõem o sistema desportivo — basicamente a facção do desporto-competição — a fim de explicitar e fazer valer os pressupostos desse fenômeno social. Tais estratégias nada mais são do que atalhos para a obtenção do objetivo final que move as engrenagens da sociedade capitalista atual: o lucro sobre o capital.

Kunz (1994) já havia salientado que, quanto maior o rendimento esportivo, maior o caráter de “comercialização” do esporte. Sob este prisma,

“esta ‘comercialização’, fomentada pela indústria cultural esportiva e os meios de comunicação de massa, elevam as ‘pretensões de validade’ (Habermas) dos resultados esportivos alcançados a um limite cada vez mais alto, e neste sentido ‘comercial’ do esporte, a idéia de um retrocesso nos resultados é impensável”. (KUNZ, 1994:14)

O questionamento sobre esse tipo de desporto — que comumente se faz e que constantemente legitimamos¹ — vem à tona se quisermos preservar os valores peculiares da prática desportiva. Só que isso não é colocado em perspectiva. Afinal, quem se preocupa com ética e valores? São princípios “caros” à sociedade desportiva, na medida em que esta se afirma no todo social justamente pela diferença.

É dessa maneira que se processa o desporto de rendimento em âmbito mundial. A cobiça pela hegemonia desportiva por parte das nações alimenta

¹ Basta lembrarmos-nos que, em épocas de Olimpíadas, Jogos Pan-americanos ou mesmo Copas do Mundo de Futebol, cada medalha conquistada, ponto marcado ou jogo vencido, alimenta nossa ‘sede voraz’ de resultados e faz com que sempre queiramos mais. Na maioria das vezes até nos aborrecemos e chegamos a dizer que o atleta (ou a equipe) tem “obrigação” de trazer tais resultados.

um desejo intenso por medalhas e vitórias, fazendo com que atletas sejam preparados por seus treinadores para serem os “melhores” a qualquer custo.

Um outro estudioso do desporto contemporâneo — Constantino (1991) — entende a problemática que envolve o desporto de rendimento da mesma forma que a maioria dos autores, ou seja, como uma prática unidirecional:

*“a alta competição é a ‘**anormalidade**’, é o ‘**extremo**’ do desporto, em que tudo é procurado e sacrificado à obtenção do objetivo final: o **resultado**, a **marca**”.* (CONSTANTINO, 1991:98)
[grifos do autor]

Entretanto, o referido autor considera a questão, em seus postulados, sob outro prisma:

“O problema é o de criar condições para que os cidadãos usufruam do direito à prática do desporto. Que é um direito de todos os cidadãos e não apenas dos que dispõem de condições excelentes de rendimento desportivo”. (idem, p.99)

Em sua opinião não se pode privilegiar uma minoria em detrimento de uma esmagadora maioria, mesmo quando se leva em conta o desporto de competição. Isso remete a uma questão de cidadania. O desporto — seja ele, educacional, de participação ou de rendimento — como instituído na Lei Federal 9.615, de 24 de março de 1998, é um direito individual, tendo como base, entre outros, o seguinte princípio:

“da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas, sem quaisquer distinções ou formas de discriminação.”²

²Definição presente no item III do artigo 2º, apresentado no Capítulo II - “Dos Princípios Fundamentais” da Lei n°. 9.615, de 24 de março de 1998.

Mas para que o uso do desporto seja caracterizado como um meio de democratização — é possível dizer que essa discussão foi iniciada pela *Carta Internacional de Educação Física e Desportos* da UNESCO, em 1979, quando considerou o desporto um direito de cada pessoa — é necessário que seja tomado não e tão somente como um bem de consumo capitalista, pois, segundo Tubino (1992),

“esta percepção distorcida e reducionista não permitirá que o fenômeno esporte chegue a usar o seu potencial de meio cultural para o desenvolvimento dos seus praticantes”. (TUBINO, 1992:25)

Compreender toda essa situação e atuar sobre a mesma, no sentido de minimizar as distâncias abissais que separam o desporto de rendimento das práticas desportivas de base, é dever de todos, mas prioridade máxima do Estado. Constantino (1991) confere ao Estado a função de prover e assegurar tais práticas aos seus cidadãos. Para ele, tudo está assentado na política desportiva do país e na ausência de considerações sobre uma política voltada especificamente ao âmbito da alta competição.

Além desses aspectos, Tubino (1992) acredita que

“é o Estado que possui a capacidade institucional e política de tratar de forma interdisciplinar a imensa variedade de problemas sociais existentes nas suas delimitações de responsabilidade pública”. (TUBINO, 1992:20)

Contudo, o próprio autor reconhece que a ação do Estado é falha, seja por desconsiderar as diversas realidades sócio-econômicas e de etnicidade quando aplica seus programas sociais, seja por não possibilitar interações de outras naturezas na manifestação do desporto popular.

Já Araújo (1998) coloca que a dependência em relação ao Estado é o que faz o desporto praticado por pessoas portadoras de deficiência também segregar, na medida em que não cumpre os pressupostos de acessibilidade e participação, visto que utiliza o paradigma convencional de rendimento para sua realidade que é diferenciada. Este assunto será tratado mais adiante.

À semelhança da paisagem que figurava em Portugal, na década de 80, e que motivou Constantino e tantos outros³ a postular sobre os caminhos percorridos pelo desporto de alta competição, pode-se constatar, de maneira bastante curiosa, que tal problema se apresenta com a mesma periculosidade no Brasil, nos dias de hoje.

A completa ausência de ações que revelam o impasse entre desporto de rendimento e atividades físicas de base dá vazão a toda uma maquiagem originada por um ou outro êxito no plano internacional. Todos os brasileiros, ao menos pela televisão, acompanharam o ‘desempenho’ dos atletas nacionais em Winnipeg (Canadá), nos Jogos Pan-americanos de 1999.

O país, que acabou ficando em 4º colocado no quadro geral de medalhas — uma das melhores marcas de todos os Pan-americanos, segundo os meios de comunicação — situou-se num contexto que, se colocado em perspectiva, denota a completa incongruência com a realidade desportiva aqui presente.

De fato não temos uma sólida política nacional de desenvolvimento de atividades desportivas que fomentem todos os estágios de uma *pirâmide de treinamento* (base, recreação e alto nível). Isso todos reconhecem. Tampouco se justifica o que foi dito em um artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, pelo Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Sr. Carlos

³Para um completo panorama sobre o debate travado acerca do fenômeno desporto de alta competição em Portugal, na década de 80, consultar o Caderno Especial da Revista Horizonte, n. 1, 1985.

Arthur Nuzman, sobre o fato de que podemos observar a “*evolução*” de várias modalidades no referido campeonato internacional, além de que

“*vimos **consolidada** uma nova geração de vencedores no atletismo, fruto do **amadurecimento** da modalidade no país*”.
(NUZMAN, *in*: Folha de São Paulo, 1999:3) [grifos meus]

Ora, o que está **consolidado** no “país do futebol”? Que **amadurecimento** é esse? Há anos que não temos recursos financeiros destinados ao fomento de modalidades individuais de base — caso do atletismo, natação, entre outras. O que acontece, e que todos sabemos, é o aparecimento de um ou outro ‘talento desportivo’ aqui e ali (quase sempre de classes sociais menos privilegiadas), que se empenham em um ou outro desporto individual. Isso, para não dizer que só escolheram tal opção porque não tiveram (talvez) a chance de serem “craques” no futebol.

Conjecturas à parte, aqui vale uma indagação: por que foi importante, até agora, construir os alicerces do que comumente se convencionou chamar de *desporto de rendimento* ou *de competição*? Afinal, o que pode interessar, neste estudo, de tudo o que foi ressaltado até o momento?

Expressões como ‘continuidade’, ‘periodicidade’, ‘sistematização’, ‘seleção dos melhores’, ‘dimensões culturais, econômicas e sociais’, ‘formato inflexível’, ‘comparações’, ‘comercialização’, ‘rendimento’, ‘lucro’, ‘mercadoria’, etc. são idéias e rótulos incrustados em nosso imaginário acerca do desporto de rendimento, que estampam fragmentos de sua evolução histórica ao longo do tempo. Além disso, tais concepções são representações que legitimam o modo que efetivamente o desporto-competição se mostra na realidade dos fatos.

O desporto de rendimento como se apresenta na sociedade contemporânea — ou seja, como um fenômeno sociocultural que atualmente se reveste de uma importância econômica fundamental e que procura o lucro a qualquer custo — é concebido de maneira semelhante pelas pessoas portadoras de deficiência. E mais: não só é concebido com as mesmas virtudes, como com os mesmos defeitos e falhas. Nesse sentido justifica-se, aqui, a busca de definições que podem circunscrevê-lo.

1.2. O DESPORTO ADAPTADO DE RENDIMENTO

O chamado *desporto adaptado* — expressão representativa do movimento desportivo dito de rendimento das pessoas portadoras de deficiência — está intrinsecamente relacionado ao desporto de rendimento convencional, inclusive sendo organizado, desenvolvido e adaptado por lógicas e condutas semelhantes. Apesar de não ter se preocupado com a “outra face” do desporto adaptado, Araújo (1998) reconhece que:

“O desporto adaptado a que nos referimos em nosso trabalho está relacionado ao desporto de competição praticado pelas pessoas portadoras de deficiência. Este desporto tem buscado uma estrutura que o leve a um reconhecimento de igualdade com o desporto de alto rendimento das pessoas não-deficientes”. (ARAÚJO, 1998:123)

O desporto desenvolvido por cegos e deficientes visuais enquanto desporto adaptado, meu interesse neste estudo, pretende-se, igualmente, de rendimento. Mas será que efetivamente o é? Essa é a “outra face” do desporto adaptado que Araújo (1998) não conseguiu vislumbrar. Que o desporto adaptado equipara-se ao desporto de rendimento convencional, isso já se

sabe. Contudo, será que consegue reproduzir-se e manter-se imerso no mesmo sistema vigente?

A lógica da competição que subjace o desporto de alto nível entra em uma aparente contradição quando no universo dos portadores de deficiência, como acima foi apontado. Por um lado, exige o lucro, o eficaz, o melhor dos melhores. Por outro, quando se depara com as restrições presentes nas populações não-eficientes, é apresentada a um elemento a mais: a *limitação*.

Aqui, minha preocupação analítica diz respeito à combinação dessa *limitação* (deficiência) e os *desafios* (exigência de resultados) impostos pelo desporto de rendimento, tendo como palco o universo desportivo do desporto institucionalizado para pessoas deficientes visuais no Brasil.

Em suma, a preocupação da presente pesquisa é a expressão do desporto de rendimento de cegos e deficientes visuais no país: de que maneira elementos como a limitação da deficiência, a exigência de resultados e o cenário desportivo brasileiro afetariam o processo de desenvolvimento do desporto praticado por esta população. Seria possível a consideração de um desporto de rendimento *real* de cegos e deficientes visuais?

Capítulo 2

CIRCUNSCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ETNOGRÁFICA: O QUE O PANORAMA LOCAL NOS APRESENTA?

*“Neste mundo em que esquecemos
Somos sombras de quem somos,
E os gestos reais que temos,
No outro, em que, almas, vivemos
São aqui esgares e assomos.
Tudo é noturno e confuso
No que entre nós aqui há.
Projeções, fumo difuso
Do lume que brilha ocluso
Ao olhar que a vida dá”*

(Fernando Pessoa, in: **Obra Poética**, 1965:178)

Capítulo 2

CIRCUNSCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ETNOGRÁFICA: O QUE O PANORAMA LOCAL NOS APRESENTA?

A pretensão deste capítulo é trabalhar na perspectiva de circunscrever a situação etnográfica eleita: o universo brasileiro do desporto (dito de rendimento) de cegos e deficientes visuais.

Começo por apresentar o órgão responsável por esse tipo de atividade no país: a Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC). Falarei sobre seus objetivos prioritários, sua estrutura de funcionamento e sua rede de hierarquias.

Assim, através dessa reconstituição de instâncias que estruturam o universo desportivo dos cegos, procuro identificar os atores sociais aí inseridos, bem como delimitar o palco sobre o qual encenam.

A partir disso, estabeleço algumas considerações que contribuirão com a análise temática das entrevistas e com a tentativa de construção um viés explicativo sobre o problema da presente pesquisa.

2.1. UMA ENTIDADE BRASILEIRA DE PRÁTICA DESPORTIVA DE CEGOS

A Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC) é, como o próprio nome diz, uma entidade nacional responsável pela prática desportiva — voltada ao rendimento — para a população de portadores de deficiência visual. Foi fundada em 19 de janeiro de 1984, na cidade do Rio de Janeiro (LEAL FILHO, 1996). Caracteriza-se por ser uma sociedade civil sem fins

lucrativos e se constitui em uma entidade nacional de administração desportiva, com personalidade jurídica e patrimônio próprios (ARAÚJO, 1998).

Enquanto entidade nacional de administração do desporto de cegos, tem as seguintes finalidades* :

1. Dirigir o desporto de cegos:

- a) coordenando as ações das entidades a ela afiliadas;
- b) organizando o calendário de competições regionais, nacionais e internacionais (quando houver);
- c) executando o calendário oficial das modalidades através da organização dos eventos em parceria com suas afiliadas;
- d) representando-o nas respectivas competições internacionais em que participar.

2. Difundir a prática desportiva e o desporto de cegos e deficientes visuais:

- a) divulgando-os no âmbito da comunidade brasileira de cegos por meio de recursos já existentes (revistas, boletins, etc.) e que atinjam esse segmento, bem como através de informativos próprios a serem criados e destinados para tal fim;
- b) informando e conscientizando a sociedade em geral, através de palestras, debates, seminários, congressos e meios de comunicação de massa (quando a situação assim o exigir);

* Adaptadas do estatuto vigente da Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC).

c) informando e conscientizando os órgãos estaduais e municipais dirigentes do desporto, as Universidades brasileiras, as Escolas Superiores de Educação Física, as agências formadoras de recursos humanos, as confederações e federações do desporto convencional, os clubes e as associações desportivas.

3. Fomentar o desenvolvimento do desporto e das práticas desportivas das pessoas portadoras de deficiência visual por meio de:

a) incentivos e facilidades quanto à participação nas competições promovidas pela ABDC;

b) incentivos a estudos e pesquisas de métodos e técnicas de treinamento inovadores e de materiais técnicos adequados à prática desse tipo de atividade.

Atualmente a ABDC conta com um montante de aproximadamente 900 desportistas cegos em todo o Brasil, congregados em quase 50 entidades a ela afiliadas¹.

Como já foi ressaltado anteriormente, além de organizar e realizar competições desportivas, a ABDC preocupa-se também com a formação de

¹ Hoje já são mais de 45 Entidades e/ou Associações Desportivas de cegos e deficientes visuais em todo o Brasil. São algumas delas: CCLBC (Centro Cultural Louis Braille de Campinas), ADEVIMARI (Associação dos Deficientes Visuais de Marília), CADEVI (Clube de Apoio aos Deficientes Visuais), CESEC (Centro de Emancipação Social e Esportiva de Cegos), CDVERJ (Clube do Deficiente Visual do Estado do Rio de Janeiro), AJIDEV (Associação Joinvilense de Deficientes Visuais), ADEVIMAR (Associação dos Deficientes Visuais de Maringá), ADEVIBEL (Associação dos Deficientes Visuais de Belo Horizonte), ACERGS (Associação de Cegos do Rio Grande do Sul), ASACEC (Associação Sarandiense de Esporte e Cultura para Cegos), APACE (Associação Paraibana de Cegos), ADVAM (Associação de Deficientes Visuais da Amazônia), APDV (Associação Paraense de Deficientes Visuais), ABDV (Associação Brasileira de Deficientes Visuais), ADEVITRIM (Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro), ADVC (Associação dos Deficientes Visuais de Campos), ACERP (Associação de Cegos de Rio Preto), ICBC (Instituto de Cegos do Brasil Central), ACJF (Associação de Cegos de Juiz de Fora), entre outras.

recursos humanos para trabalhar na área do desporto de cegos. No entanto, geralmente, delega a função de formar tais recursos humanos às Universidades com as quais mantém parcerias².

Todos os eventos organizados e promovidos pela associação até hoje, contaram com o financiamento sistemático do poder público e esporádico de empresas privadas e de organizações não-governamentais (ONGs). Esta temática será abordada adiante.

Desde que Baltazar³ assumiu a Presidência da ABDC, nos idos de 1993, muitas alterações têm sido efetuadas na estrutura organizativa dos campeonatos que a associação promove em âmbito nacional. Eram “tempos difíceis”, como em sua fala:

“Quando o Baltazar assumiu foi em 93 (...) ele tinha realizado já, ou então tava por realizar, o Campeonato de Atletismo que foi na UNICAMP. E ele nos procurou no Benjamin, pra formar, desde àquela época, a equipe técnica da ABDC. Ele assumiria a Presidência e acumularia com a função de Diretor Técnico. Era uma época muito difícil; a ABDC estava tentando se reerguer no nível nacional e internacional do desporto de cegos (...).”
(Tadeu)

Em realidade, é sobre os dois períodos de gestão de Baltazar que este estudo deteve-se mais pormenorizadamente, ou seja, o primeiro de 1993 a 96, e o segundo, deste ano a outubro de 2000. Apesar desse recorte histórico, faço toda uma viagem pelos quinze anos de fundação e desenvolvimento da entidade nacional no país.

Pode-se dizer que a fundação da ABDC caracterizou-se como uma das eclosões que marcou a luta do movimento associativista de cegos e

²Notadamente tem vínculos bem firmados com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Já com a Universidade Estadual de São Paulo (USP) e com o Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPESUP) mantém relações cordiais esporádicas.

³Identidade fictícia de um dos entrevistados. Utilizo nomes outros que não os verdadeiros com o intuito de preservar as reais identidades dos entrevistados.

deficientes visuais pela cidadania plena, na década de 80 (BELARMINO, 1997). Logo após a estabilização das conquistas e o início das atividades que se propunha como entidade promotora da prática desportiva de rendimento para a população de portadores de deficiência visual, a ABDC passou por um período de abandono e descaso em sua administração.

Na seqüência, a fala de Tadeu⁴ apresenta o problema estrutural pelo que estava passando a associação:

“(...) Dois anos. Isso. Nós trabalhamos para reerguer a ABDC; a ABDC estava (...) impossibilitada de buscar recursos na Secretaria de Educação, Secretaria de Desporto da Presidência da República (...) Tava impossibilitado porque tava inadimplente. Então a ABDC buscou apoio (...) de Instituições (...)”. (Tadeu)

Esse período situou-se, historicamente, entre as Paraolimpíadas de Seul-88 e Barcelona-92. A partir daí, com a retomada dos trabalhos e a estruturação que começou a ser efetivada, uma reforma estatutária foi processada e um quadro técnico foi composto. Profissionais capacitados, e experientes no trabalho com deficientes visuais, foram chamados. Nascia, àquela época, uma idéia que hoje tem sido o ponto de apoio à ABDC no que concerne ao trabalho especializado desenvolvido com as modalidades: o comprometimento de profissionais de Instituições de Ensino Superior.

Como relata Tadeu neste fragmento:

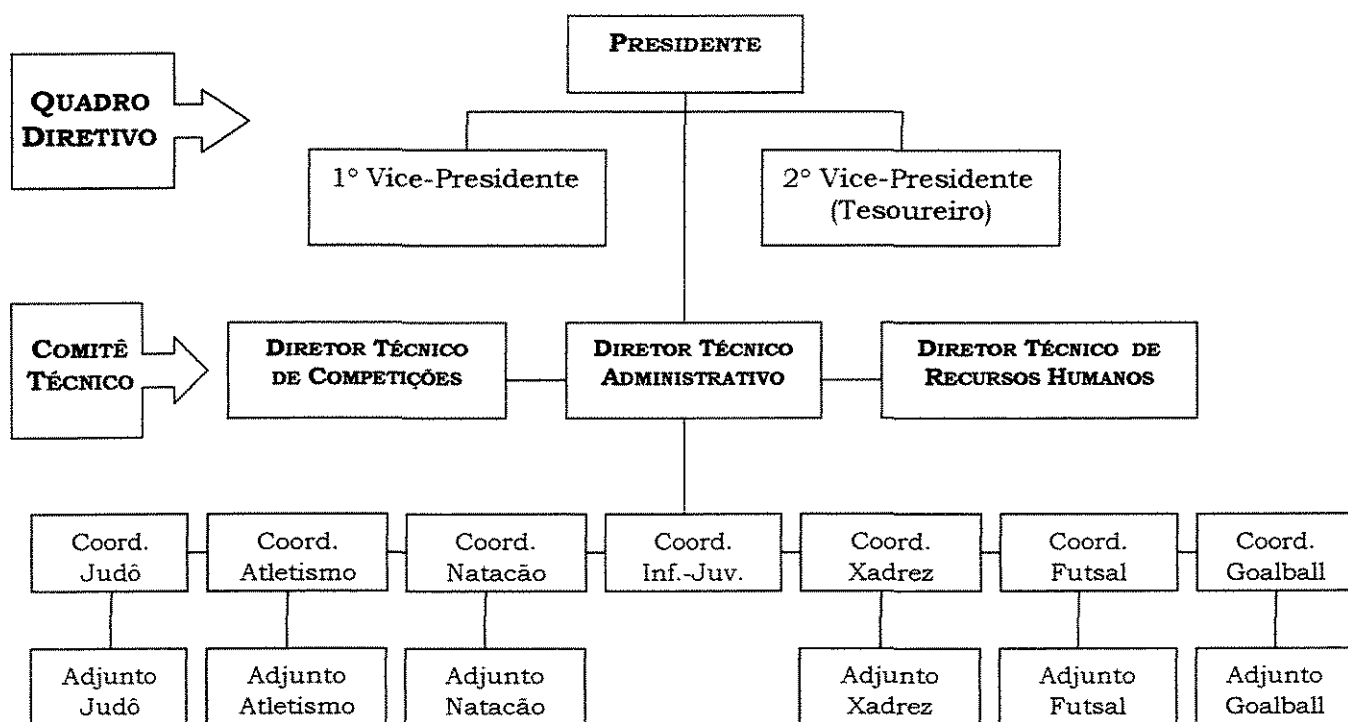
“(...) quando o Baltazar, nessa reunião, lá no Benjamin ele (...) me trouxe à situação, nós, ele falou do atletismo e que o atletismo ficava também com uma pessoa do Benjamin. Ele tinha um do futebol, tinha (...), me parece, do goalball, e ele queria os coordenadores das outras modalidades, todos do Benjamin. E eu disse a ele, na ocasião, que seria muitíssimo interessante o engajamento (...) da (...) Instituição UNICAMP. (...) Nessa ocasião eu coloquei pra ele, porque eu percebi, já tinha tido o Campeonato, o Campeonato aconteceu sem o menor problema, e eu dei esse palpite. Então, eu acredito que tenha sido um palpite absolutamente feliz, nessa reunião. Era um palpite institucional e, na época, ele me falou: ‘É, bem pensado, gostei da idéia (...)’, tá. Então, a partir desse

⁴Identidade fictícia de um dos entrevistados da pesquisa.

momento (...) não foi o primeiro passo, mas talvez tenha sido o passo mais importante (...) dessa parceria que está sendo tão proveitosa (...)" (Tadeu)

Desde à época das primeiras iniciativas de edificação de um quadro técnico para coordenar as seis modalidades que a ABDC desenvolve — quais sejam, atletismo, natação, judô, xadrez, futsal e goalball⁵ — ora o Instituto Benjamin Constant (IBC), ora a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ora a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) têm sido comprometidas no trabalho, cedendo profissionais qualificados.

Hoje a ABDC é composta de um Quadro Diretivo e um Comitê Técnico. Observe o diagrama ilustrativo:



⁵Esta modalidade foi criada por alemães e austríacos e “formava parte de um programa de reabilitação para veteranos deficientes da II Guerra Mundial” (COMITÊ OLÍMPICO ESPAÑOL, 1992:171), que tornaram-se cegos em campos de batalha. Pensado com a finalidade recreacional e de entretenimento, atualmente é um esporte amplamente praticado em todo mundo, sendo próprio de deficientes visuais.

O 2º vice-presidente, na atual conjuntura, acumula a função de tesoureiro. Baltazar, presidente da entidade, está em seu segundo mandato desde outubro de 1996 e nele permanecerá até outubro do ano 2000.

A Direção Técnica foi, a partir do “Encontro do Rio”⁶, desmembrada em três postos, a saber:

- Diretor Técnico Administrativo: exerce a função de conselheiro administrativo e coordenador geral junto à Presidência da ABDC. Além disso, acumula o cargo de Coordenador do Desporto Infanto-Juvenil;
- Diretor Técnico de Recursos Humanos: é responsável por elaborar estratégias de capacitação de recursos humanos para o trabalho com cegos e deficientes visuais, em âmbito regional e nacional.
- Diretor Técnico de Competição: tem o papel de supervisionar o andamento das competições de todas as modalidades e elaborar possíveis soluções para problemas estruturais no decorrer dos campeonatos. Encarrega-se, também, da área de relações públicas internacionais da entidade, travando contatos e fornecendo informações requeridas por órgãos no exterior.

Os Diretores Técnicos mencionados acima não são subordinados entre si. Por uma questão de hierarquia da estrutura desenhada, apenas os Coordenadores e Adjuntos de modalidades são subordinados ao colegiado de Diretores Técnicos. São seis cargos de coordenação: coordenadores de Atletismo, Natação, Judô e de Xadrez (modalidades individuais) e coordenadores de Futsal e Goalball (modalidades coletivas). Cada

⁶Intitulado “Encontro para Avaliação do Desporto de Cegos no Brasil: Realidade Atual e Perspectivas Futuras”. Este evento ocorreu de 04 a 07 de fevereiro de 1999 no Instituto Benjamin Constant, na cidade do Rio de Janeiro. Nele participaram dirigentes e atletas cegos de várias entidades brasileiras, além de técnicos desportivos. Revestiu-se de um caráter extremamente político.



coordenador trabalha com um Coordenador Adjunto, o qual tem as funções de auxiliá-lo dentro das necessidades técnicas e administrativas⁷.

Há ainda um sétimo posto inserido na estrutura da ABDC a partir de 1998, qual seja, o de Coordenador do Desporto Infanto-Juvenil. Esta coordenação não possui cadeira de coordenação adjunta.

2.2. A ESTRUTURA DE UM DESPORTO DITO DE RENDIMENTO

Basicamente tentou-se estabelecer um calendário permanente de competições, as quais ocorriam anualmente em duas etapas, a partir da formatação posta em prática em 1994. Na primeira delas, geralmente entre os meses de abril e julho, eram realizados os *campeonatos regionais*, cada qual em uma cidade e estado de sua região⁸. Numa etapa posterior ocorriam os *campeonatos brasileiros* que, mais competitivos e especializados, acirravam a disputa entre os atletas portadores de deficiência visual de todo o país. Até 1998 a responsabilidade de organização e concretização dos campeonatos era da ABDC⁹.

Os campeonatos regionais visavam as dimensões participativa e integradora dos cegos praticantes. Atualmente, os regionais funcionam em uma perspectiva *seletiva* para o campeonato brasileiro. Essa é uma das alterações advindas das mudanças pelas quais passou o sistema de disputa.

⁷ Os cargos adjuntos são criações recentes da ABDC (a idéia estava sendo gestada desde 1998, mas concretizou-se em 1999). Atualmente, os Coordenadores Adjuntos que efetivamente estão desenvolvendo algum trabalho são os do judô, goalball e atletismo.

⁸São consideradas, na maioria das vezes, 3 macro-regiões, representando os estados de: REGIONAL SUL (RS, SC, PR, SP); REGIONAL CENTRO (MG, ES, RJ, MS, GO, AC, DF) e REGIONAL NORDESTE (PB, CE, PE, PI, MA, PA, AM). No entanto, dependendo da modalidade e do número de participantes, ocorre uma redistribuição nas equipes dos estados, podendo acontecer uma subdivisão dentro das regiões. Então, por exemplo, poderíamos ter um campeonato que envolvesse, de um lado, equipes dos estados RS, SC, e sul do PR, e de outro, norte do PR, SP e Triângulo Mineiro.

⁹Especificamente sobre a inversão que ocorreu em 1999 no tocante à organização e realização dos campeonatos, falarei mais adiante.

A participação dos desportistas se dá através das entidades e/ou associações desportivas onde estão cadastrados. É em representação ao nome dessas que competem¹⁰.

Apesar do caráter confraternizador e lúdico dos regionais, são destes que saem os atletas classificados para disputar os *campeonatos brasileiros* das modalidades envolvidas nas regionalizações: futebol de salão, atletismo e goalball. Para as modalidades restantes, quais sejam, o judô, a natação e o xadrez¹¹, o esquema da regionalização não é utilizado, tendo apenas um campeonato brasileiro anual. Isso devido à insuficiência do número de participantes, o que não justificaria a divisão das modalidades em duas ou mais etapas de competição.

No caso do atletismo, os convocados a participarem dos *brasileiros* são somente os atletas que atingiram índices¹² previamente estabelecidos ou que terminaram em primeiro lugar em qualquer uma das provas dos regionais. Nas modalidade coletivas, por sua vez — notadamente o futsal e o goalball — classificam-se as equipes de acordo com critérios estabelecidos pelos coordenadores (na maioria dos casos, o critério é o número de equipes participantes nos regionais). Os campeonatos brasileiros normalmente ocorrem entre os meses de agosto e novembro, dependendo do calendário desportivo do ano.

Entretanto, nos últimos três anos (1996-99), a ABDC tem planejado e replanejado as formas de disputa, tentando estimular uma maior participação dos portadores de deficiência visual nas atividades desportivas

¹⁰Na reestruturação estatutária prevista para outubro de 2000, Baltazar pensa em propor também a filiação direta do atleta com a ABDC, uma vez que facilitaria o controle participativo e 'desburocratizaria' as questões legais envolvidas no processo.

¹¹ Depois de um período pertencendo à Liga Braille de Xadrez, a modalidade volta a compor, no ano de 1999, o rol dos esportes oferecidos aos cegos e deficientes visuais pela ABDC.

¹² Tais índices são estabelecidos tendo-se em conta a evolução das marcas dos atletas no Campeonato Brasileiro, ao longo dos anos. A relação desses índices é feita sempre pelo coordenador da modalidade e é entregue aos técnicos de todas as entidades, no início da temporada.

propostas. Implantou uma estrutura de campeonatos e torneios baseada em *meetings* regionais (apenas para o atletismo, o goalball e o futsal). Além disso, manteve o formato seletivo dos campeonatos nacionais para todas as modalidades.

De fato, tal estrutura nunca funcionou como pretendido pelas direções geral e técnica da ABDC, dado que o número estipulado de torneios no planejamento do calendário anual não se efetivava na prática, devido ao orçamento insuficiente. E o resultado tem sido cada vez mais um número reduzido de participantes¹³.

A ABDC passou por duas grandes crises desde sua fundação: de 88 a 92, período já citado anteriormente, onde foi alvo de má administração; e os anos de 97 e 98 foram “difíceis” pela condição de inadimplência que a entidade adquiriu frente ao seu principal financiador, o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), órgão do Governo Federal.

A criação do INDESP, no ano de 1995, representou uma esperança, por parte de alguns setores do movimento desportivo de pessoas portadoras de deficiência, acerca do destino do desporto adaptado brasileiro. Isso porque ele teria como meta financiar a prática desportiva dessas pessoas¹⁴.

Todavia, como tudo no Brasil deturpa-se ou é deturpado, houve um escândalo de corrupção no órgão federal e ele entrou em processo de auditoria interna. Tal fato repercutiu, obviamente, na ABDC. Conforme depoimento de Tadeu:

¹³ As causas da reduzida participação, além da não concretização dos campeonatos, são o desestímulo e descrédito conferidos ao calendário flutuante e a falta de potencial renovação, i.e., cegos e deficientes visuais mais jovens praticando esportes.

¹⁴ Essa finalidade, hoje, já é lei. É o parágrafo 4º, do artigo 5º, da Seção II - “Do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP)”, do Capítulo IV - “Do Sistema Brasileiro do Desporto”, que diz: “O INDESP expedirá instruções e desenvolverá ações para o cumprimento do disposto no inciso IV, do art. 217 da Constituição Federal, e elaborará o projeto de fomento da prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência.”

“(...) de 97, com o problema que houve no INDESP. Houve uma verdadeira caça às bruxas no INDESP. Começaram a ver chifres em cabeça de cavalo e o que (...) aconteceu? A ABDC se viu inviabilizada de cumprir com a totalidade do seu calendário esportivo anual, como vinha fazendo nos dois ou três últimos anos. Em função, basicamente, de impossibilidade de liberação de recursos financeiros pelo INDESP. O INDESP passou por uma auditoria interna e (...) dois anos essa dificuldade perdurou. E a ABDC agora tá conseguindo retomar o caminho que foi inviabilizado nos dois últimos anos. Então nós tivemos 97 e 98, anos bastante problemáticos, em que não conseguimos realizar todo o calendário proposto (...)”. (Tadeu)

Esse processo de auditoria interna causou uma reviravolta nos documentos dos convênios que o INDESP tinha firmado, e cada projeto assinado foi detalhadamente investigado.

A inadimplência da ABDC advinda desse processo interno atingiu, principalmente, o cumprimento dos eventos estabelecidos pela associação em seu calendário anual¹⁵.

A efetiva culpa pelo não acontecimento dos campeonatos não era, de todo, da entidade. Se ela dependia de recursos liberados pelo órgão federal e este não liberou, então tinha muito o que ser feito na atual conjuntura de dependência financeira. Na grande maioria das vezes, quando a resposta da recusa à liberação dos recursos chega, não há tempo hábil para recorrer à outra fonte de financiamento.

A meu ver, mais do que em qualquer outro período de existência da ABDC, esse é o momento em que ela mais tem tentado se autosustentar em termos de recursos financeiros. Um desses meios é a parceria com alguns

¹⁵ A inadimplência, por sua vez — e nesse assunto específico posso relatar com real conhecimento de causa, visto que acompanhei de perto todo o processo — foi uma questão mal julgada pelos responsáveis no órgão competente, pois exigiam documentos comprobatórios que, quando por ocasião da apresentação dos relatórios de prestação de contas de projetos de anos anteriores nem sequer eram mencionados e, o que é pior, nem faziam parte das exigências das referidas prestações de contas.

bingos no Estado de São Paulo, o que, inclusive, já se encontra oficializado em lei federal¹⁶.

Todos esses entraves fizeram com que a ABDC vivesse um momento diferenciado no ano de 1999, no que diz respeito a organização e realização de campeonatos. Ela decidiu delegar a responsabilidade do planejamento e execução dos regionais de todas as modalidades para suas entidades afiliadas.

Essa proposta inovadora nas ações estratégicas da direção geral da ABDC foi exaustivamente discutida em plenária com os próprios dirigentes cegos das entidades regionais, no “Encontro do Rio”, em fevereiro de 1999.

Apesar de muitas entidades não terem condições para arcar com as despesas de um campeonato regional (por menor que ele fosse), vários foram realizados em algumas cidades do Brasil.

Assim, grande parte do que aqui expus explicaria a atual situação interna da entidade e a conjuntura do desporto de rendimento de cegos e deficientes visuais no país.

Ela se tornou, como na expressão de Tadeu, “a criatura maior que o criador”. Ou seja, a ABDC foi criada pelo movimento político de luta dos portadores de deficiência visual por reconhecimento de seus direitos (inclusive direito de praticar esporte como quaisquer outros indivíduos) e acabou desenvolvendo-se para além da realidade dos próprios interessados. Trabalha com uma estrutura administrativa de molde ‘primeiromundista’, com profissionais extremamente qualificados em suas áreas específicas e, mesmo assim, não tem recursos financeiros que a possibilite fomentar o

¹⁶ Isso está previsto na Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, no Capítulo IX - “Do Bingo”, artigo 60, que diz: “As entidades de administração e de prática desportiva poderão credenciar-se junto à União para explorar o jogo de bingo permanente ou eventual, com a finalidade de angariar recursos para o fomento do desporto”.

desporto de base nas entidades, através de campeonatos locais, regionais ou de promoção.

2.3. UM ESFORÇO DE COMPREENSÃO

Diante de todo esse panorama, considero relevante estabelecer algumas diretrizes para se refletir acerca de como o desporto de rendimento de cegos tem acontecido. Mais do que a simples proposta de constatação de um processo de múltiplas faces que vem se desenvolvendo, a observação e a interpretação das práticas no âmbito desportivo desta população — em seus mais diversificados campeonatos que presenciei — podem nos oferecer elementos-chave na consideração e no trato do fenômeno *desporto de rendimento* para portadores de deficiência visual.

Dessa forma, faz-se de uma necessidade premente e pertinente, lançar um ‘olhar’ mais atento sobre o processo, além de realizar um exercício de exegese da realidade apreendida, pois só com a identificação da lógica que norteia as práticas desportivas dessa população — e um redimensionamento no enfoque dessas — é que será possível tecer considerações e estruturar linhas de ação no modo a pensar e tratar tal desporto, seja para deficientes visuais ou para portadores de outra deficiência.

Quando iniciei este estudo, muitos profissionais da área me perguntavam quantos cegos entrevistaria e se escolheria, como população a ser estudada, os “congenitos” ou “adquiridos”¹⁷.

Em momento algum os indivíduos com deficiências visuais seriam, prioritariamente, meus ‘sujeitos de pesquisa’. O objeto da presente pesquisa

¹⁷ Referindo-se àqueles que nascem cegos ou àqueles que adquirem a deficiência durante a vida (por exemplo, através de uma doença ou acidente de trabalho), respectivamente.

é (e sempre foi) o fenômeno econômico e sociocultural chamado de *desporto de rendimento*, criado, fomentado e desenvolvido pelos cegos e deficientes visuais, atualmente no Brasil.

Portanto, este estudo teve os seguintes objetivos, os quais estarão balizando, efetivamente, todas as considerações durante o exercício da análise desenvolvida:

- Discutir os desdobramentos dos conceitos desporto de “*rendimento*” ou “*de competição*” para o universo dos portadores de deficiência visual, quando utilizados freqüentemente tanto na literatura quanto no campo empírico.
- Analisar o efeito e a repercussão dessa conceituação perante os sujeitos sociais envolvidos no processo.
- Contribuir com a sistematização da temática para pesquisas futuras e/ou para possíveis políticas de desenvolvimento desportivo que tenham como foco primordial o desporto para pessoas portadoras de deficiência visual no país.

Então, como este estudo tem subjacente a constatação ou não da existência (de fato e de direito) do desporto de rendimento ligado ao universo desportivo da população de deficientes visuais no país (e, por desporto-competição vimos que se considera marcas e resultados acima de tudo), apresento, a seguir, duas tabelas de dados com os resultados internacionais da ABDC:

Tabela 1 – Resultados da ABDC em Paraolimpiadas*

Paraolimpiadas	Ano	Medalhas	Modalidades (cômputo de medalhas) **			Total Geral
			Atletismo	Judô	Natação	
Nova Iorque	1984	Ouro	----	----	----	03
		Prata	02	----	----	
		Bronze	01	----	----	
Seul	1988	Ouro	----	----	----	10
		Prata	05	----	----	
		Bronze	02	03	----	
Barcelona	1992	Ouro	01	----	----	01
		Prata	----	----	----	
		Bronze	----	----	----	
Atlanta	1996	Ouro	----	01	----	06
		Prata	03	----	----	
		Bronze	02	----	----	

* Resultados coletados até 1998. Fonte: Boletins Informativos da ABDC

** Não foram considerados os campeonatos pan e latino-americanos

Tabela 2 – Resultados da ABDC em Campeonatos Mundiais*

Mundiais	Ano	Medalhas	Modalidades (cômputo de medalhas) **			Total Geral
			Atletismo	Judô	Natação	
Gottemburgo	1986	Ouro	----	----	----	03
		Prata	01	----	----	
		Bronze	02	----	----	
Berlim	1994	Ouro	----	----	----	02
		Prata	----	----	----	
		Bronze	02	----	----	
Colorado Springs	1995	Ouro	----	----	----	03
		Prata	----	----	----	
		Bronze	----	03	----	

* Resultados coletados até 1998. Fonte: Boletins Informativos da ABDC

** Não foram considerados os campeonatos pan e latino-americanos

São, ao todo, 20 medalhas paraolímpicas e 8 mundiais conquistadas para o nosso país. Da comparação com países como a Espanha, deixamos

muito a desejar, visto que lá existem trabalhos com cegos e deficientes visuais bem desenvolvidos. Mas quando colocamos tais resultados ao lado dos alcançados pelos países africanos ou sul-americanos?.

Contudo, seria através de uma equiparação de resultados e marcas internacionais (principalmente) que chegaríamos às respostas desejadas?. Tal procedimento nos seria útil na detecção das reais dimensões do desporto praticado por cegos e deficientes visuais no Brasil (e quiça no Mundo)?. A não ser por uma lógica cartesiana de concatenação de dados, creio que não.

Eu poderia listar, aqui, tabelas e mais tabelas, relatórios infundáveis, contendo índices e pontos obtidos pela ABDC em campeonatos no exterior. E não só marcas da ABDC, uma vez que se o alto rendimento é apreendido pela contraposição de resultados, numa comparação macroscópica, melhor seria uma lista com todos os países do mundo que praticam atividades desportivas de rendimento para cegos.

Mas quero lutar contra essa tendência “exata” dentro da área a que pertença (i.e., da educação física) porque percebo que o importante, acima de tudo, é entender problemas investigados com a sobreposição de métodos (de ciências como as humanas) para se obter uma ampla perspectiva sobre o “produzir” conhecimento.

A seguir, depois desse final quase “panfletário”, mas pertinente, apresento-lhes, rapidamente, os convidados de nossa “encenação”: são atores sociais escolhidos (atletas, coordenadores, dirigentes, etc.) que vivem em diferentes Estados do país; que são participantes *convictos* do universo comum das atividades desportivas de rendimento dos cegos e deficientes visuais; que interagem entre si constantemente dentro desse microcosmo e, finalmente, que figuram como atores principais no cenário construído neste capítulo!

PARTE II

Capítulo 3

UMA INTRODUÇÃO ÀS ENTREVISTAS

*“Não basta abrir a janela
Para ver os campos e o rio
Não é bastante não ser cego
Para ver as árvores e as flores.
É preciso também não ter filosofia nenhuma
Com filosofia não há árvores: há idéias apenas”*

(Alberto Caieiro, in: **Obra Poética**, 1965:231)

Capítulo 3

UMA INTRODUÇÃO ÀS ENTREVISTAS

Este capítulo é dedicado às entrevistas* . Procuo identificar como que os depoimentos coletados se entrelaçam no todo da compreensão sobre o universo desportivo de cegos e deficientes visuais no Brasil.

Vale ressaltar que a análise é calcada nos relatos dos entrevistados, tendo-se como *background* minha vivência no âmbito desportivo das pessoas portadoras de deficiência visual (os anos de trabalho junto à ABDC). Além disso, as observações empíricas de torneios e campeonatos serão fundamentais para a composição do recorte que elegi neste momento.

Entretanto, faz-se necessário salientar que a interpretação, aqui realizada, não se pretende absoluta e muito menos é a única possível. Ela é, sim, a concretização de um viés, em um determinado momento histórico¹.

Como o antropólogo Evans-Pritchard (1978) observou, para que a **observação empírica** — ou também conhecida como **observação participante** — “(...) tenha validade, é preciso que ela seja guiada e inspirada por alguma visão geral sobre a natureza dos fenômenos estudados” (EVANS-PRITCHARD, 1978:302). É em cumplicidade com tal argumento que realizei minhas observações participantes e inferências teóricas em uma área que há tempo trabalhava. Mais do que uma “visão geral”, tinha claro o que todo o

* No final desta dissertação encontra-se o “Anexo 1” contendo os roteiros-guias das entrevistas com cada um dos grupos. Os nomes dos entrevistados, bem como o nome das pessoas a que se referiram nos depoimentos, são fictícios. Adotou-se tal procedimento para proteção das identidades.

¹ Não quero dizer que tal viés seja único e totalizador. Foi o “eleito” nesta análise. Se mudasse o enfoque da pesquisa e deslocasse o olhar analítico para outros aspectos, provavelmente com as mesmas entrevistas enfatizaria outras abordagens.

universo do desporto de rendimento representava tanto para os cegos praticantes quanto para os cegos dirigentes, bem como para os *coadjuvantes*² do processo.

Neste capítulo analiso entrevistas de 8 pessoas que, de alguma forma, estão ligadas ao desporto de cegos no Brasil. São homens³ de faixas etárias diferenciadas e experiências singulares dentro desse movimento desportivo. São depoimentos, relatos, comentários, etc., que emergiram no processo da entrevista, estando frente a frente o ‘entrevistado’ e o ‘entrevistador’⁴.

Por *entrevista*, entendo:

“um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. (HAGUETTE, 1987:75)

As mais usadas no âmbito das investigações sociais são as entrevistas ‘semidiretivas’ ou ‘semidirigidas’, que não são

“nem inteiramente aberta[s], nem encaminhada[s] por um grande número de perguntas precisas”.
(QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992:194)

² Chamo de **coadjuvantes** todas as outras pessoas videntes responsáveis diretas pelo incentivo e desenvolvimento desse tipo de atividade no país.

³Foram entrevistados apenas homens, pois a presença de mulheres atletas deficientes visuais dentro das práticas desportivas brasileiras de cegos é ainda pequena, e no âmbito do chamado desporto de rendimento muito menor. Apesar disso está havendo uma mudança na quantidade de adolescentes cegas e deficientes visuais que procuram as modalidades goalball e judô, principalmente. Já na atmosfera administrativa desse tipo de atividade as investidas femininas são completamente nulas. Ao passo que na maioria dos países desenvolvidos (principalmente os Estados Unidos, Espanha, Alemanha) há modalidades e campeonatos especificamente para mulheres cegas (como no caso do judô e do xadrez), aqui no país tais manifestações são praticamente inexistentes, salvo raras exceções. Por ser o desporto de cegos ainda uma prática recente, certamente em mais alguns anos teremos nesse desporto a expressão feminina inserida. É, simplesmente, uma questão de conquista histórica.

⁴ Sobre o detalhamento da pesquisa de campo falarei mais adiante.

Em geral, de posse do pesquisador está um roteiro flexível de perguntas-chave, as quais usa para dar o ‘tom’ da entrevista, balizando as informações do entrevistado.

A entrevista não é um processo de “mão única”, onde um **pergunta** e o outro **responde**. Se nos detivéssemos na aparência — e não na essência — do que representa uma entrevista, seria isso. Contudo, ela engendra a especificidade da busca de uma resposta que não é única; é multifacetada, plural. Configura-se como um embate, um confronto. Outrossim dá-se de maneira dinâmica e metamórfica no tempo e no espaço.

Além da entrevista, um dos instrumentos mais comumente utilizados junto à observação participante e pesquisa etnográfica é o *caderno de notas* ou o *diário de campo*⁵, nos termos de Malinowski (1967). Gostaria de ressaltar aqui sua importância, visto que esse diário deve estar sempre com o pesquisador e deve conter desde anotações de conversas formais e/ou não-formais com os entrevistados, observações variadas do campo, até registros cronológicos de eventos do cotidiano do(s) sujeito(s) da pesquisa (Cf. FIRTH, 1966:XIs in MALINOWSKI, 1967). É nele onde o pesquisador vai buscar subsídios para a compreensão do significado de todo o universo da pesquisa que tem diante de si.

No entanto, a interpretação aqui realizada não provém de uma junção de mecanismos de pesquisa. Como bem lembrou Geertz (1978), produzir conhecimento antropológico:

“(...) não é uma questão de métodos. (...) praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as

⁵ Sobre a importância deste instrumento de pesquisa, consultar o resumo de minha pesquisa “O Diário de Campo usado na Compreensão de uma Pesquisa realizada com Deficientes Visuais” (p.33), publicado nos ANAIS DO I CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA (SOBAMA) .

técnicas e os processos determinados que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’(...)’. (GEERTZ, 1978:15)

E, de acordo com o autor, o segredo está na dimensão do entendimento sobre o ‘fazer etnografia’:

“E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento”. (idem, p. 15)

Isso posto, parto dos relatos para construir minha interpretação sobre eles ao mesmo tempo em que lanço mão do conhecimento teórico e empírico, acumulados de minha experiência de “observador de outra área” e de “ator figurante” desse universo em específico.

Devido à heterogeneidade dos temas a serem tratados no que dizia respeito ao objeto primeiro da presente pesquisa, optei por estabelecer recortes nas entrevistas realizadas. Desse modo, o que se procurou observar, prioritariamente, foram quatro tópicos intrinsecamente relacionados entre si:

- Como que o sujeito concebia seu lugar perante o processo, isto é, como se via em relação ao desporto de cegos;
- Que definição tinha acerca do conceito desporto de rendimento ou de competição;
- A dimensão local-global do desporto de rendimento de cegos;
- A avaliação pessoal sobre o mesmo fenômeno.

O ponto de partida foi agrupar os sujeitos sociais para facilitar o enfoque a ser estruturado nos roteiros das entrevistas. Assim, edificaram-se quatro grupos:

- 1) Os Atletas
- 2) Os Coordenadores
- 3) Os Dirigentes
- 4) Os ‘Opositores’

Cada grupo tem uma característica discursiva própria quando tece considerações acerca do atual desporto de rendimento de cegos no Brasil. Nesta análise tentei não privilegiar nenhuma facção, por mais “partidário” que pudesse estar. A ‘neutralidade’ é uma qualidade que, de longe, não conseguirei manter na presente pesquisa. E nem seria minha intenção.

Todavia, enquanto contribuinte ativo para o fomento do desporto adaptado de cegos e pesquisador do mesmo, tentarei ao máximo manter-me fiel a essa última função, visto que desta maneira poderei estar situado em múltiplos lugares e contribuir com diferentes olhares sobre o mesmo processo.

Então, como antropólogo, mais do que “testar hipóteses”, procurei compreender o universo do desporto praticado por cegos e deficientes visuais em toda sua extensão e amplitude. Tal esforço de compreensão deu-se de maneira ambígua, pois ao mesmo tempo que me situava “*de fora*” para entender, como pesquisador, o que acontecia, sentia-me “*de dentro*”, uma vez que participava das decisões e acontecimentos. No limite, posso dizer que busquei a compreensão de um universo que, paradoxalmente, era familiar e estranho (CALDEIRA, 1984; BRANDÃO, 1981).

A seguir apresento os respectivos entrevistados, subdivididos em grupos. Adotei este procedimento por acreditar tornar mais fácil a identificação dos diferentes discursos e *de onde* se fala. Os nomes dos entrevistados — bem como os nomes de quaisquer outras pessoas citadas nos fragmentos escolhidos — são fictícios e foram criados, prioritariamente, para preservar a identidade de todos os envolvidos neste estudo.

Há, também, outros agentes sociais evocados pelos entrevistados durante seus discursos. Tais agentes interagem igualmente no universo aqui pesquisado. Eles estão presentes e fazem parte do processo, embora não puderam ser chamados para entrar em cena.

Assim, conto um pouco da história individual de cada um deles a fim de deixar mais evidenciado o motivo que me fez optar por esses e não por outros sujeitos sociais para as entrevistas.

São atores diferenciais no universo dos portadores de deficiência visual: dois atletas cegos com vivência motora plural e com distintos envolvimento e inserções no mundo desportivo dos deficientes visuais; três coordenadores de modalidades da ABDC que possuem posições e visões multifocadas sobre a prática do desporto de cegos; dois dirigentes que estão “militando” na área desde há muito tempo, e um técnico desportivo, detentor de uma posição declaradamente opositora à entidade que administra e fomenta o desporto cegos, no Brasil.

Apesar disso, esses sujeitos partilham as mesmas teias de relações sociais, uma vez que além de participarem de diferentes instâncias desse tipo de atividade, sempre se encontram ou ouvem falam uns dos outros, fundamentalmente, nos momentos de entrecruzamento e disseminação de informações — que são os torneios e campeonatos.

3.1 OS ATLETAS

O que se caracterizou como ponto fundamental para a realização das entrevistas com os atletas foi o fato de possuírem envolvimento com o desporto de rendimento, independente de ter sido esse um envolvimento de **sucessos** ou de **fracassos**. Digo isso, pois o que efetivamente interessava era o processo de terem passado pela experiência de vivenciar tal fenômeno em toda sua extensão.

Nos casos relatados, os dois atletas participam de diferentes universos culturais e, até mesmo, de âmbitos sócio-econômicos diversos. Apesar disso, a prática do desporto os uniu em muitas situações de campeonatos conjuntos de atletismo e natação; são amigos íntimos fora do *locus* desportivo e vivem na mesma cidade (Paulínia, interior de São Paulo).

Além de serem de modalidades distintas, possuem também histórias pessoais diferenciadas quando relacionadas ao mundo da competição. Esse foi o aspecto essencial na opção em coletar o depoimento de tais indivíduos⁶.

Os discursos serão analisados separadamente e depois agregados sob algumas notas exploratórias ao final desse item.

⁶ Isso porque a proposta inicial do projeto era a de coletar depoimentos de atletas das três modalidades envolvidas na pesquisa (atletismo, natação e judô). Tal intenção não se caracterizou como plausível, uma vez que conhecida a realidade dos atletas e mesmo depois de algumas conversas informais não registradas, percebi que não haveria diferenças significativas para o entendimento do conceito de desporto de rendimento para a classe representativa dos atletas.

3.1.1

Odair

caminhoneiro, atleta paraolímpico e professor

Odair tem 35 anos e pratica esportes desde os 28 anos de idade, quando adquiriu a deficiência visual por meio de um acidente automobilístico. Iniciou a prática do atletismo logo após o processo reabilitatório. Como atleta de rendimento competiu durante sete anos, sendo que em cinco destes no auge de sua forma, inclusive mantendo recordes brasileiros nas provas de 100, 200 e 400 metros rasos. Participou várias vezes de campeonatos internacionais e conquistou medalhas em suas respectivas provas. Atualmente é professor de condicionamento físico para a equipe de bicicross e ginástica olímpica da cidade de Paulínia, Estado de São Paulo. Concedeu-me entrevista no dia 22 de fevereiro de 1999.

Antes/Depois: a dupla face da deficiência

Quem, à primeira vista, trava contato com Odair, encanta-se com tamanha doçura em uma só pessoa. É a gentileza em forma humana, pura e simples. Rapaz tímido, classe baixa, “de família”. Ele próprio relatou-me, em outras conversas sem o gravador, seu passado que “o condena”: era caminhoneiro, aproveitava das mulheres que encontrava pelo caminho, bebia muito e andava sempre se aventurando pelos rumos que a vida lhe oferecia. Aliás, foi em uma dessas suas ‘aventuras’ que, já bastante embriagado, ele bateu o carro que conduzia em uma carreta em movimento. Resultado: estilhaços de vidro nos olhos e perda irrecuperável da visão.

O caso de Odair é interessante de ser analisado. Como já revelou Caldeira (1984) os valores dos mais pobres estão dicotomizados em bem-mal, bom-ruim, malvado-bondoso, etc. De um extremo a outro, Odair “tomou jeito” — como sua mãe me relatou — e agora é um “rapaz direito”: largou a bebida, conheceu o esporte, virou atleta. Uma trajetória de vida tida como ‘natural’ para muitos. No entanto, não é o objetivo aqui descrever ou analisar

o universo imaginário das pessoas ‘mais simples’ com relação ao processo da aquisição da deficiência visual. Belo tema de pesquisa, creio. No caso de Odair, coincidentemente os universos se sobrepuseram, mas isso não será, necessariamente, a tônica da análise proposta.

De ‘aventureiro’ e ‘proveitador barato’ tornou-se o melhor dos filhos de Dona Zelda⁷: um rapaz ‘direito’ e digno de ser chefe de família. Durante boa parte de sua vida pós-deficiência, Odair ajudou a sustentar seus irmãos. Apesar do pouco que ganhava, fazia compras em um varejão para a família e até dava dinheiro para sua mãe. Mas, o que aconteceu? Acaso a aquisição da deficiência fora uma “benção divina”? Tudo indica que sim. Ele, a mãe e uma série de pessoas pertencentes a rede social comum de ambos, acreditam que foi uma “transformação”. Em suas palavras, uma verdadeira “muda de vida”. A aquisição da deficiência visual, em seu caso, assumiu ares de uma “dádiva”. Ela aparece como uma “boa lição” da vida. Observe a dicotomia *antes/depois* no discurso de Odair:

“Em primeiro lugar, antes de ficar cego, eu fazia capoeira e era caminhoneiro. Então, para mim descobrir foi uma ligeira mesmo ‘muda’ de vida, né? Da visão... Tinha visão, depois a perda de visão, onde que eu tive a minha reabilitação rápida (...).”

Como Caldeira (1984) salientou, a ambigüidade *antes/depois* representa um corte temporal, dicotômico: o *antes* de um fato ou fenômeno e o *depois*, significando o agora, o hoje; sempre encerram, nos relatos, oposições (de acontecimentos, idéias, status, etc.).

Enquanto falava, parecia estar se justificando. A consideração sobre a “reabilitação rápida” foi para mostrar que, com a aquisição da deficiência, ele foi **eficiente** em passar para o outro estágio. E rapidamente. O ‘*depois*’, na

⁷Nome fictício da mãe de Odair. Vive separada do marido, depois de o mesmo tê-la abandonado. Após a mudança de Odair para outra casa, com os filhos e a mulher, Dona Zelda mora com os dois outros filhos; é “diarista”, trabalhando na limpeza de outras casas.

fala de Odair é o agora, o hoje, o presente, o corolário dos esforços empreendidos na transição:

“Minha relação, hoje em dia, é de poder apoiar o deficiente que quer mesmo trabalhar em cima do esporte, né. E, como é que diz, eu por exemplo, eu não tô treinando mais para competição, mas se eu achasse alguém que dissesse que queria treinar, eu daria o maior apoio em termos de ensinar, conversar, explicar. Que é o que eu tô fazendo hoje. Hoje eu dou aula para pessoas normais (...)”

Hoje ele ensina (através de aulas) os “normais” e apoia os “deficientes”. Ele transpôs a barreira, transformando *deficiência* em *eficiência*. Em suas representações simbólicas, isso é muito importante, porque configura-se como uma estratégia de sobrevivência da identidade deteriorada na sociedade atual (GOFFMAN, 1982).

Vivência plural nas atividades físicas: aquisição da cidadania

Odair relata sua experiência motora na área de atividades desportivas para as pessoas portadoras de deficiência:

“(...) Quiném, em primeiro lugar a bicicleta, depois veio o futebol de salão, aí depois que eu vim conhecer o atletismo, também que eu não sabia (...)”

Essa vivência ‘plural’ contribuiu muito para que Odair pudesse galgar a grande desenvoltura que possui nos esportes, notadamente em seu caso, o atletismo.

Para ele, a prática e o contato com o esporte possibilitou algo mais do que somente a prática em si; ofereceu a possibilidade de decidir sobre as coisas:

“O que aconteceu: ele veio e me fez pergunta. O que que eu queria? Se eu queria correr velocidade ou fundo ou meio fundo. Como ele já viu que eu tinha uma bagagem motora boa para velocista, ele optou junto comigo.”

Isso remete a uma questão de cidadania. O fato de ter a possibilidade de “optar junto”, como em suas palavras, significava muita coisa para Odair.

No caso específico aqui tratado, fazer com que o deficiente decida “por si” e depois possa completar sua decisão com “o outro”, leva a um grande passo no fortalecimento de sua identidade marginalizada. Ele também “pode”.

Desporto de rendimento e esforço pessoal: questão de “ser igual”

O desporto de rendimento para Odair é uma junção de fatores. É transcender sua deficiência e mostrar uma “superioridade” a ele recusada:

“O esporte de competição para mim é lazer, é alegria, é tristeza e é uma superioridade a tudo (...) a sua deficiência.”

e significa, antes de tudo, muito esforço pessoal:

“(...) Então, se fosse esperar que alguém fosse me buscar no meu serviço para me levar para o centro de treinamento, eu nunca ia chegar onde eu cheguei: ir numa Paraolimpíada, ir num Pan, Pan-americano, ir num Latino-americano e até quase ir em Atlanta, que eu não tive essa condição, mas cheguei até na seletiva (...).”

“(...) Então, o treinamento tem que se dedicar, caso contrário não tem atleta que tem nível para chegar até os cubanos, ou seja, até o espanhol, o alemão, o italiano ou até os Estados Unidos.”

“(...) Você tem que sair do seu país, ir e correr pau a pau. Não tem que ter medo. Você tem que pegar experiência (...).”⁸

Odair sempre teve claro para si, mesmo não tendo a completa dimensão do fenômeno, o que significava o processo de treinamento do desporto de rendimento. Sua postura e concepção de vida denotam isso:

⁸As interrupções de período e as mudanças de linhas sugerem trechos retirados de partes diferentes da mesma entrevista.

“(...) o meu dia-a-dia do treinamento era o que (...) é trabalhar e pensar no treinamento. Você saía do serviço cinco da tarde, entrava lá no centro de treinamento, saía nove, dez horas da noite. Chegava em casa, tinha que jantar, dormir à uma hora da manhã. Acordar de novo e trabalhar.”

“Não tem condições. Se o cara não se dedicar não vai, não tem jeito. Porque se você não tiver muita força de vontade e muito tempo, não tem jeito. A gente do Brasil, se for com essa vida e trabalhar e treinar, fica difícil.”

Considera o desporto de rendimento como algo que dignifica as atitudes humanas, inclusive rechaçando a ‘febre do patrocínio’, mal que atinge muitos atletas amadores e profissionais:

“(...) o cara tem que se dedicar de corpo e alma, né, de corpo e alma. E não é só pensar em patrocínio, só em patrocínio. Ele tem que ter patrocínio e tem que se entregar de corpo e alma. Senão, não vai nada para frente. Foi o que eu fiz. Eu não tinha patrocínio. Tinha sim um técnico que se dedicava como eu tava me dedicando. E foi aonde eu cheguei.”

Além do mais, gostaria de ter sido, através desse seu esforço pessoal empreendido em toda sua carreira de atleta, reconhecido enquanto “igual”, ou seja, não-deficiente. Explicita isso quando fala do papel de sua família no processo de envolvimento com o universo do desporto-competição:

“(...) eu não tive, assim, infiltração da minha família que não me ajudou em nada. A minha família nunca nem foi assistir uma corrida minha. Então, eu não tive apoio da família. A minha família era o meu técnico, era a equipe nossa, era o meu guia, era meu Deus, né, em primeiro lugar Deus. A minha família não me ajudou em nada (...). Acho que é só isso. A minha família não... Eu acho que nem curtia muito.”

“Então, na questão da deficiência, eles (...) alguns deles, quem os irmãos, não aceitaram ainda porque eu nasci normal, depois perdi a visão. Então, alguns deles não aceitaram mesmo. Não aceitam até hoje. E isso me complica um pouco, né? Porque eu tenho aquela vontade de chegar para ser igual ou então superior, mas é isso aí.”

A mágoa profunda de Odair é com respeito à família. Ele tinha o reconhecimento do técnico, do guia, das pessoas que o conheciam. Em uma palavra, de sua grande “família” fora de casa. Apesar de várias vezes ouvir

Dona Zelda dizer que tinha orgulho do filho, sempre era um apoio “moral”, verbal, sem efetivo comprometimento. Era um sentimento misto de adorar, porém não manter desejos de alcançar, de partilhar, de estar junto. Era o apoio calcado no distanciamento.

O significado do desconhecido

A Paraolimpíada é um evento onde são realizados os jogos para as pessoas portadoras de deficiência. Há uma divergência sobre a semântica da palavra: pode estar representando olimpíada para paraplégicos ou jogos paralelos/simultâneos aos jogos olímpicos (Cf. ARAÚJO, 1998:27s).

É um acontecimento que pode ser comparado às Olimpíadas no alcance de seu significado para as pessoas deficientes (principalmente atletas) que dela participam. Sobre o significado que adquire um evento como a Paraolimpíada, para o desportista cego, Odair explicita:

“Onde que o atleta nunca foi e de repente ele tava sendo cobrado por ele mesmo, onde que ele tava vestindo uma camisa do país dele. E aí eu trabalhei em cima disso aí. E eu peguei experiência com tantos países e vendo os atletas melhores do mundo para que eu (...) Eu não me importei tanto em participar quanto conhecer como que é a vida desses atletas de nível internacional, tal. E aí eu peguei.”

A vivência, a experiência, o conhecimento de diversas situações são componentes do universo de considerações sobre um campeonato dessa natureza. Além disso, a Paraolimpíada também significa travar contato com o novo, o desconhecido, o inalcançável:

“Onde que eu saíria daqui de **Paulínia**, ou seja de Campinas, para ir direto para **Maringá**, numa (...) Lá tava tendo o Campeonato Brasileiro e ao mesmo tempo uma seletiva para **Barcelona**.” [grifos meus]

Note-se que no fragmento citado acima, sair de Paulínia (interior de São Paulo) para uma cidade do Paraná (que ele não havia conhecido, nem enquanto caminhoneiro) e ir para Barcelona (destino nunca sonhado) eram etapas, até então, inimagináveis. Representava, para Odair, um “presente de Deus”. Quando já lá na Abertura dos Jogos Paraolímpicos de Barcelona’92, Odair não se continha em lágrimas. A emoção tomava conta do atleta que, mais do que ter conseguido sair do país para uma competição internacional, tinha vencido intrinsecamente a si próprio, extrinsecamente a própria deficiência.

Futuro fatídico ou “como as coisas vão ficar”

Na opinião de Odair, o desporto de rendimento de cegos está condenado a um estado estacionário:

“Eu acho que não está evoluindo [*o desporto de cegos*]. Porque olha só. O cego (...) ele nunca vai (...) Eu acho que não vai nunca se evoluir, por falta de iniciativa dele mesmo, não tem união, né. Você tira pelos deficientes físicos. Eles têm um apoio maior. Por que? Porque eles vão buscar. Os deficientes visuais hoje, eles não vão buscar. Ele espera que vão buscar ele (...).”⁹

e a questão da não evolução do movimento desportivo dos portadores de deficiências visuais remete-se ao indivíduo propriamente dito: a suas vontades, a seus desejos e ao que o mobiliza intrinsecamente.

Além de que o desporto de portadores de deficiência visual apenas “evoluirá” para o suposto rendimento, quando as reivindicações desse segmento (pelo direito a essa prática desportiva) efetivamente funcionar. Isso só se dará, a meu ver, quando por ocasião de uma auto-conscientização e redimensionamento dos próprios objetivos de vida dos praticantes.

⁹As repetições de expressões e a demora nas respostas estão indicadas por reticências entre parênteses.

Um grave problema: o calendário

Odair era um atleta que raramente tecia críticas infundadas acerca do sistema de organização do calendário de competições. Entretanto, ficava extremamente indignado pelo ‘descaso’ da associação quando por ocasião do cancelamento do que estava previamente estabelecido:

“O que eu falo da ABDC, a única coisa é que, quando fazem um calendário e não cumprem o calendário. O problema é esse, data certa (...). Fica prolongando, prolongando. A gente treina para aquela data. Aí, vai quebrando, vai quebrando o treinamento. Não tem atleta que agüente isso.”

O que Odair não tinha dimensão é que a ABDC cancelava o calendário não por vontade própria, mas sim por determinação de quem “pagava” o evento. Geralmente, entraves burocráticos na liberação de verbas eram os responsáveis por isso.

3.1.2

Felipe

Professor, atleta de carteirinha e amante de futsal

Felipe tem 38 anos. Pratica esporte desde os 7 anos de idade, quando adquiriu a deficiência visual devido a um descolamento total das retinas. Teve uma prática plural de atividades físicas, entre as quais estão o judô, o atletismo, o futsal e a ginástica olímpica. Entretanto, dedicou-se durante cerca de seis anos exclusivamente à natação. Foi diversas vezes campeão brasileiro em provas de média distância (100 e 200 metros, estilo *crawl*). Apesar das marcas obtidas, não foi convocado nenhuma vez para a participação em campeonatos internacionais. Atualmente trabalha como professor concursado de História em uma escola do município de Paulínia, Estado de São Paulo, e coordena um projeto chamado “VI-VER Paulínia” de atividades educacionais e esportivas para pessoas portadoras de deficiência. Concedeu-me entrevista no dia 21 de fevereiro de 1999.

Influências de família

Filho de pais com alto grau de parentesco, Felipe nasceu com problemas visuais e propensão a descolamento de retina. Dos cinco filhos, ele foi o único que, aos 17 anos de idade, perdeu a visão completamente devido a um acidente automobilístico que provocou o descolamento total de ambas as retinas.

Contudo, outras perspectivas se abriram para Felipe:

“E com a perda da visão que aconteceu quando eu tinha 17 anos (a perda total, né) — eu tinha visão parcial desde os 8, 9 anos — aí eu comecei a me interessar em continuar as atividades físicas. Mas aí com uma outra idéia, assim, de esporte. Lógico que eu, o primeiro momento, assim, o que fazer agora, né, como cego, o que que eu posso fazer enquanto atividade?”

As atividades físicas, que já eram herança da família (pois o pai era jogador semiprofissional de futebol e os irmãos mais velhos eram torcedores

fascinados por essa modalidade), continuaram crescendo em importância na vida de Felipe.

De um projeto de judô que participou na cidade em que morava, no interior do Estado de São Paulo, ele acabou tendo contato, mais tarde, com o futebol de salão, o atletismo, a ginástica olímpica e a natação, modalidade que o transformou em atleta de rendimento.

Para Felipe, independente de ser qualquer uma das modalidades acima citadas, era importante a prática da atividade física como forma de reinserção social e, porque não, benefício para a saúde.

Em famílias como a dele (classe média alta, nível cultural elevado, etc.), são inúmeros os casos de pessoas deficientes que — depois de adquirida a deficiência — têm a oportunidade de vivenciar experiências as mais diversificadas possíveis. Isso se explica pela isenção que é oferecida ao deficiente, uma vez que ele é “poupado” dos afazeres convencionais, comuns às outras pessoas, justamente pelo fato de ser deficiente. O núcleo familiar (desde pais aos irmãos e avós) “poupa-o” e oferece, ao mesmo tempo, possibilidades para que ele vivencie, de maneira ampla e continuada, as múltiplas experiências que a vida pode lhe dar. É o mecanismo da compensação: algo é oferecido em contraposição ao que ele perdeu.

Das várias modalidades desportivas que praticou, o que marca suas vivências motoras é o futebol de salão de cegos. Mas tem sérias restrições a esse desporto pela maneira como os cegos o fazem:

“Porque o pessoal fazia lá o futebol como eu te falei, de uma forma muito oba-oba; chegada lá e jogava. Então, por exemplo, pra você ter uma idéia eu nem tinha noção de usar materiais, por exemplo, caneleira, proteção, então me contundia, machucava muito e não tinha nenhuma noção dessas coisas.”

“Mas era, quase não tinha jogada ensaiada, não tinha nada de aquecimento, de alongamento. Era uma coisa muito rudimentar. Um ‘lazerão’ mesmo.”

Então, apesar da empolgação e da dimensão da sociabilidade que o futsal trazia para a vida dele, ficava aborrecido com o caráter pouco comprometido da própria prática dessa modalidade (enquanto lazer) entre os cegos. Ele considera que o futebol de salão de cegos não passa de um “lazerzão”, sem responsabilidades para com o bem-estar do próprio desportista.

Ele adquiriu tal concepção sobre a modalidade logo que conheceu a educação física e seus benefícios, uma vez que fez com que ele percebesse o que tinha de “errado” no processo:

“(…) parei um pouco com o futebol, diminui um pouco o futebol. Porque era muito (...) aí vem a contradição, né: comecei a ter um pouco mais de noção da educação física, da importância da atividade física, do treinamento, de uma base de um treinamento [*frisou enfaticamente*] e aí o futebol começou a ser meio discrepante com essas coisas que eu tava (...) que eu passei a aprender.”

A modalidade que “antes” proporcionava sociabilização e prazer, “depois” passou a representar angústia e desilusão. O contato com o conhecimento sistematizado da educação física e do processo de treinamento é o ‘divisor de águas’ entre *antes/depois* (CALDEIRA, 1984) na história de Felipe:

“Então eu ia no futebol e o pessoal não queria avançar muito, né. Queria continuar aquela coisa bem assim de fim de semana, tal. Embora eu gostando de futebol, eu me afastei um pouco.”

Coisa de homem ou compensação pela perda?

Felipe acredita que o futebol de salão é uma questão à parte no que diz respeito ao universo cultural do cego desportista (notadamente brasileiro e homem).

“(...) o futebol, num sei, acho que estimula muito a fantasia que existe, né, toda uma fantasia, os chamados ‘maneirismos’, né, ou atitudes dos cegos que, às vezes, assim (...) de suprimir a perda da visão com outros dados, assim, relacionados.”

Todo cego ou deficiente visual que se relaciona com a modalidade futsal, no Brasil, tende a imaginar que sabe “jogar bola”. Na verdade, muitos dos que estão envolvidos realmente conseguem (e muito bem) desempenhar as funções exigidas no futebol de salão. Mas a grande maioria age da maneira como Felipe se referiu: cada um tem uma autoconcepção acerca da própria habilidade e acredita que não há outro jogador melhor do que ele. Os acertos e vitórias são tomados para si e os erros são atribuídos aos companheiros.

“É uma coisa assim, todo mundo assim, ‘não, eu jogo bem futebol!’. Pros cegos é meio que uma questão de honra. ‘Não, eu sou bom no futebol’ ou (...) mesmo que não se diga, mas se pensa e há um estímulo a essa fantasia. E aí essa autosuficiência também, porque a natação, o atletismo, o goalball, ou mesmo o judô, você tem que treinar, né, diariamente, pra atingir um nível. O futebol é muito aquele negócio do fim de semana, né. O pessoal vai, joga e se o time ganha (...) ele foi assim o responsável direto pela vitória. Se o time perde, os outros foram responsáveis. Há uma isenção, né, muito grande [risos]. Em geral, isso que eu tô dizendo.”

As explicações sobre o motivo do “sucesso” na modalidade são várias: uns dizem que são bons porque são brasileiros e, portanto, já nasceram sabendo jogar futebol; outros referem-se ao fato de que são homens e como homens a capacidade de “jogar bem” futsal é inata. Na realidade, a habilidade a que os cegos se outorgam é advinda de uma compensação pela perda da visão (e conseqüente aquisição da deficiência). Em outras palavras, precisam se justificar que são bons em alguma coisa em contraposição a

serem “deficientes” em outra. É, como já fiz referência anteriormente, um dos mecanismos estratégicos da sobrevivência da identidade deteriorada do deficiente, na sociedade contemporânea (GOFFMAN, 1982).

Todas essas são indagações trazidas à baila por mim, a fim de tentar compreender o universo do cego futebolista, cujo universo é o do próprio cego praticante das outras modalidades desportivas.

ADEVICAMP: associação de atleta único

Felipe fala sobre a experiência de ter fundado uma associação em um momento histórico específico: em 1992, quando a prática desportiva para pessoas deficientes ganhava espaços e, no caso particular dos cegos e deficientes visuais, proliferavam-se as entidades locais em todo o território nacional.

“E aí a gente fundou, reuniu um pessoal e fundou a ADEVICAMP pra poder se filiar à ABDC, pra começar a participar dos esportes. E, engraçado, o curioso é que a gente começou — hoje pensando assim — a **gente começou de uma forma, talvez, equivocada**, porque nós começamos em 92 já com o pensamento de mandar atleta pra Barcelona, né, que foi o caso do Odair, do atletismo. Mas, na verdade, não sei se isso era o mais importante. Nós corremos com a fundação, filiação, com o registro, tudo, pensando num atleta nosso (...) quer dizer, principalmente. Então foi um sufoco no início do ano, uma correria, tal, mas nós acabamos fundando; conseguimos colocá-lo numa competição, lá de Maringá. Ele teve índice, depois foi pro Rio de Janeiro nas seletivas, né. Quer dizer, não que eu não ache importante, mas a gente já pegou meio assim de carona pra (...). Não foi uma (...) foi uma associação criada pra um atleta e não atletas criados pra associação.” [grifos meus]

Ele olha para o passado com uma concepção atual acerca do desporto de cegos. Na época, ter fundado uma entidade regional para possibilitar a participação de um atleta no circuito seletivo às vésperas de uma Paraolimpíada, não representou um “equivoco”. Hoje, no entanto, as ações e decisões do passado significam, para Felipe, o arrependimento e a desilusão com o movimento desportivo brasileiro de cegos, na medida em que considera

que a fundação da Associação dos Deficientes Visuais de Campinas (ADVICAMP), naquele momento, “não era o mais importante”.

A meu ver, a criação desta entidade foi justamente uma imposição do próprio movimento político de reivindicações dos portadores de deficiência no país, que prescrevia a “igualdade” também pela prática desportiva. Não se questionou, porém, acerca dos objetivos a longo prazo. Pretendeu-se, simplesmente, uma busca à sistematização e concretização do processo de treinamento que os cegos campineiros (nesse caso específico) não tinham até então.

A natação, o desporto de rendimento e outras perspectivas

Felipe foi atleta de natação durante aproximadamente 6 anos de sua vida. Atingiu boas marcas, as quais lhe conferiram diversos títulos e medalhas. Sobre sua passagem pelo desporto de rendimento diz que:

“(...) acho que em 92, eu comecei a treinar natação sistematicamente já de três a quatro vezes por semana, já com uma idade meio avançada pra natação, com 31 anos. Mas aí competi. E a partir de 93 competia regionais aqui em Campinas e por aqui. E depois em 93 competi um [campeonato] brasileiro, ganhei. Aí em 94, 95 e 96 competi também brasileiros (...)”

“E aí também assim, eu acho que eu penso muito em etapas, que a gente tem que fazer. Então, hoje, pra eu tentar diminuir marcas, diminuir tempos, já não é o meu barato, não é a minha vontade. Então, comecei a me envolver muito como dirigente também, desde o início; não dava mais pra treinar muito. E eu acho que eu curti muito ter participado das competições, né, como atleta. E hoje acho que não dá mais [diz desapontado].”

Apesar da “idade avançada”, como considera, ele foi um atleta que aderiu às responsabilidades e privações que o alto nível impõe. Chegou a ser campeão brasileiro na prova dos 100 m rasos estilo crawl — em 93 — e bicampeão brasileiro na prova de 200 m rasos do mesmo estilo — em 93 e

95. Entretanto, definitivamente nunca encarou o desporto de rendimento como “filosofia de vida”.

É como ele próprio explicita no fragmento a seguir: fala da desilusão da descoberta de nunca ter sido atleta de competição:

“(…) a concepção da gente vai mudando, sobre o que é o desporto de rendimento, etc. Eu acho que quando eu tive esse primeiro contato, quando eu conheci, num momento da minha vida, vamos dizer assim, como atleta, eu até acreditei que eu tava fazendo desporto de rendimento na natação. Hoje eu acho que não foi e que, na verdade, não tava ainda preparado. Hoje, pensando mais o desporto de rendimento, é muito diferente. O atleta voltado mesmo ao desporto, à modalidade que ele faz. Então, fazendo uma auto-avaliação: eu **acho que eu nunca fui**, assim, um atleta. Não me considero um atleta. Pelo menos dentro daquilo que eu penso de alto rendimento.” [grifos meus]

Hoje, mais maduro e participando da área administrativa da ABDC, Felipe tem uma concepção que lhe permite classificar como não tendo sido um atleta de alto nível. De fato, a prática do desporto-competição exige uma performance além dos limites das pessoas convencionais. Tanto é que não são todos os considerados aptos para tais exigências. De qualquer forma ele vivenciou o que se julgava o “mundo da competição” de cegos no período de 93 a 95. O que acontece é que mais uma vez Felipe leva em conta um processo passado com referenciais presentes, e isso causa-lhe um insatisfação generalizada.

Sua experiência permite-lhe generalizar os dados sobre a realidade concreta e afirmar que não há, atualmente no país, um desporto de rendimento de cegos e deficientes visuais sendo feito.

“A minha opinião, a minha posição não descarta, né, não nega a possibilidade da gente continuar buscando, fazendo competições (tendo essa separação entre o lazer e o desporto), eu acho que isso é muito importante. Agora, na minha opinião, o desporto pra cegos, hoje, de alto rendimento não existe assim enquanto uma prática, assim, recorrente. Salvo um ou outro expoente que surge, por condições, às vezes de talento, de casualidade até, né. Não existe um desporto de rendimento no sentido, assim (...), sistematizado, seja na política do desporto de

rendimento, seja nas próprias entidades e na concepção das pessoas cegas e da sociedade, né, em geral. Eu acho que, como eu falei: são alguns hiatos, né. Não existe o desporto enquanto uma constância mesmo.”

Felipe tem claro para si que alguns “hiatos” não determinam as características finais de determinado processo. Como ressaltai anteriormente: não se pode generalizar casos isolados de atletas bem sucedidos para sustentar que haja o rendimento instaurado.

Contudo, considera importante que se continue fomentando o desenvolvimento dos ideais da alta competição no universo desportivo dos deficientes visuais. Apenas frisa que há que se levar em conta os que desejam praticar o desporto-lazer e os que optam pelo desporto-competição.

Enquanto o desporto de rendimento procura se firmar no todo social pela diferença — através das práticas desportivas dos cegos e deficientes visuais — Felipe acredita que a vida não pára: há assuntos mais prementes para essa população, como a sobrevivência em uma sociedade desigual como a que vivemos:

“Eu acho que não há dúvida que nessa discussão da sociedade, da integração, da inclusão, da cidadania ela avança, avançou e tem avançado. Paralelamente a isso e uma das causas, né, a situação econômica do país, hoje, nos remete — enquanto deficientes — a pensar em coisas mais prementes, vamos dizer assim, da sobrevivência mesmo. A questão do desemprego, que atinge os deficientes, por exemplo. Então, é meio difícil você pensar que o atleta vai fazer um treinamento de rendimento de nível, se você não tem um respaldo pra esse atleta. E é muito difícil, hoje, você ter patrocínio, né, vamos dizer assim. Então, por essas razões também, acho que nem existe.”

E, por isso, considera secundário a manifestação do desporto enquanto prática institucionalizada de competição.

Na verdade, sobre a diferença entre o desporto de rendimento convencional e o de deficientes, Felipe argumenta que estes últimos não têm idéia do que significa, efetivamente, uma “postura de atleta” de competição:

“Agora, qual a diferença que eu vejo do desporto de rendimento amador, vamos dizer assim, pra deficientes e não-deficientes? Eu acho que o atleta comum, né, do atletismo, da natação, ele tem uma concepção, né (ou pelo menos o treinador dele, tal) de treinamento diário, de **postura de atleta**, que mesmo no esporte amador, que quase não consiga patrocínio, é difícil você encontrar entre os deficientes.” [grifos meus]

E sobre o futuro..., um balanço não muito animador

Felipe se entristece quando considera que devido a poucos talentos que estão aparecendo no país, inevitavelmente teremos que contar com a “sorte” para obtermos resultados nas próximas Paraolimpíadas:

“Agora, é uma coisa preocupante. Eu acho que nós temos que contar com a **sorte pras próximas Paraolimpíadas** e com muito trabalho também. Até pra, reforçando aquilo que eu falei no início: nós não temos uma programação, um processo de fomento e de formação de atletas de nível.” [grifos meus]

Sem um fomento apropriado e um processo regular de detecção e treinamento de talentos desportivos que possam estar despontando, não é de atletas esporádicos que os cegos sustentarão as conquistas almeçadas.

Felipe oferece outros elementos nas considerações sobre a estrutura do movimento desportivo de cegos, atualmente no país: faltam lideranças dirigentes, sobram problemas de entendimentos, e “micropoderes” povoam o cenário nas disputas políticas:

“Quanto às entidades nacionais com a ABDC, eu acho que é uma questão muito séria. Em primeiro lugar porque eu acho que faltam lideranças. Isso é grave demais. Faltam lideranças de cegos no Brasil, né. Então, seja por uma questão até cultural, né, intelectual até de entendimento, já começa por aí. O que a ABDC tá dizendo e que as entidades estão ouvindo, estão interpretando. Fora isso, acho que há

ainda uma prática muito individualista, né, de micropoderes (...) de entidades, tal. E isso é um desperdício, acho, ao desporto de cegos, né. Então existem rivalidades, sabe, ciúmes, existem melindres ainda dentro das entidades que eu não sei se vai acabar, mas teira que diminuir, né.”

O grande problema é, segundo Felipe, a interpretação das entidades locais de cegos sobre os pronunciamentos e decisões da ABDC. Cada um interpreta a sua maneira e obtém, por conseguinte, entendimentos diferenciados do que se estabelece no plano concreto do real. As disputas pelos poderes regionais e centrais no desporto institucionalizado de deficientes visuais reproduzem as estruturas de poder presentes em nossa sociedade. Também não poderia ser diferente, visto que tal microcosmo assenta-se no seio dessa mesma sociedade.

3.1.3. DOIS DISCURSOS, DUAS MEDIDAS

Em continuação à análise proposta (e já iniciada) das entrevistas do grupo dos atletas, ressaltarei, aqui, algumas questões essenciais no entendimento de como eles se percebem dentro do universo desportivo de cegos no Brasil, e quais são suas avaliações a respeito desse.

Ambos sabem o que a ABDC representa, hoje, no “mundo” dos cegos brasileiros: a única entidade que se propõe a organizar e desenvolver a prática desportiva de rendimento para a população de deficientes visuais. Sobre isso, não há dúvidas. Aliás, como a ABDC está diretamente relacionada ao desporto, todo cego que pratica alguma modalidade — mesmo que por lazer com outros cegos — fica sabendo da existência dessa associação.

Entretanto, é diferente a relação que cada um tem com a entidade: Odair, tanto hoje como quando participava ativamente dos campeonatos promovidos pela ABDC, considera-a como algo inalcançável, inatingível e,

nesse sentido, externo a ele. Felipe, por sua vez, concebe-a como também produto de suas ações diretas, passível de interferência através de suas sugestões e críticas. Em uma palavra: ele ‘também’ é ABDC.

Todas as duas concepções sobre a entidade refletem as posturas dos dois enquanto atletas de rendimento, usuários do serviço que a ABDC oferece: Odair mantinha-se extremamente concentrado durante os campeonatos, preparando-se exclusivamente para as provas que faria, enquanto que Felipe (também concentrado e consciente dos resultados que deveria fazer) permitia-se mais, usufruindo do ambiente competitivo todas as outras sensações e vivências que a sociabilidade entre os cegos podia oferecer. Eram, a meu ver, diferentes visões de mundo e distintos modos de se conceber como agentes de sua própria história perante o desporto.

3.2 OS COORDENADORES

Foram entrevistados três, dos sete coordenadores que a ABDC possui¹⁰. A intenção original do projeto era coletar depoimentos dos três coordenadores das modalidades individuais (notadamente atletismo, judô e natação) que, coincidentemente, eram as de mais possibilidade de resultados em competições internacionais¹¹.

Seguiu-se o planejado, porém com certa alteração¹². O importante era o envolvimento dos coordenadores e a dimensão simbólica das representações que tinham sobre o fenômeno investigado, ou seja, o desporto de rendimento dos portadores de deficiência visual.

Nos casos aqui analisados, os três coordenadores de modalidades da ABDC — coordenadores de judô, atletismo e do desporto infanto-juvenil, respectivamente — interagem entre si, e com as outras coordenações, apenas em momentos de reuniões técnicas ou campeonatos de várias modalidades. Tal relacionamento é estritamente formal, com exceção de envolvimento conjunto no histórico de desenvolvimento do desporto brasileiro de pessoas portadoras de deficiência e/ou afinidades pessoais construídas nos interstícios desse processo.

Eles possuem interações distintas e interessantes no que diz respeito ao mundo da competição. São relatos de posturas pessoais que se

¹⁰Veja diagrama de composição do Comitê Técnico da ABDC, no Capítulo 2 desta dissertação.

¹¹Essa é uma questão interessante, uma vez que não são as modalidades de maior expressão nacional, como o futsal o é. No entanto, são as mais expoentes em resultados fora do Brasil. Isso, talvez, por serem calcadas em capacidades individuais e não coletivas. Como a pesquisa assenta-se no desporto de rendimento e este é marca, índice, resultado, nada mais lógico que analisar, então, as três modalidades em questão.

¹²Por causa de um período “caótico” de mudança de coordenadores na natação e um abandono do trabalho de coordenação em anos recentes, o responsável por essa modalidade não foi procurado.

entrelaçaram na evolução histórica do movimento desportivo de deficientes visuais no Brasil e que contribuíram, sobremaneira, para a edificação e estruturação do mesmo.

As “falas” dos coordenadores serão analisadas cada uma a sua vez. No final, tecerei algumas considerações que figurarão como componentes fundamentais no fechamento posterior da análise.

3.2.1

Geraldo

Fiel discípulo do judô

Geraldo tem 54 anos e há mais de quinze anos trabalha com a modalidade judô para pessoas portadoras de deficiência visual. É, ao mesmo tempo, técnico de judô de uma associação de bairro na cidade de São Paulo e Coordenador Nacional de Judô da Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC). Atualmente representa, sem dúvida, um dos profissionais que consegue situar-se perante o movimento do desporto de cegos e deficientes visuais de maneira bastante multifocada. Concedeu-me entrevista no dia 20 de fevereiro de 1999.

Judô, disciplina e um trabalho sério

Quem conhece Geraldo, coordenador de judô, sabe de sua extrema organização pessoal: responsável, pontual e sistemático. Tem a filosofia do esporte milenar introjetada em si. São características que, de longe, conferem a ele o título de um dos mais “eficientes” coordenadores que a ABDC já teve até hoje.

A auto-disciplina é um traço muito marcante em sua personalidade e ela influencia o trabalho desenvolvido com os cegos e deficientes visuais. Esse trabalho passou por uma “auto-fundamentação” e busca incessante — se é que posso referir-me dessa maneira — o que ajudou a desenvolver métodos adequados de treinamento:

“Então, foi aí que começou, que eu comecei a primeiro a me orientar para poder trabalhar com eles (...) Não fugindo (...) às regras, não fugindo a maneira (...) específica de como se deve tratar um DV [*abreviação de deficiente visual*]. Mas modificando o meu método de treinamento com eles em relação do judô, entendeu?!”

“Comecei a me aprofundar nisso aí, né? Comecei a colher material de estudo é [*pequena pausa interrogativa*] o que eu podia trazer para desenvolver o trabalho melhor (...).”

“Aí comecei a melhorar (...) o método de treinamento deles, né? Tirar alguma coisa, colocar. A maneira de ensinar (...) como se diz assim (...) o treinamento deles especial só pra eles que ficou sendo de sábado.”

Isso contribuiu com um entendimento mais amplo que ele tem da própria modalidade. A definição que tem sobre o “judô” é mais do que apenas um conjunto de habilidades específicas pertencentes a essa atividade:

“Alguns pais tiraram os filhos, mas como o judô é disciplina e eu acho que o **judô é solidariedade**, essas pessoas não mereciam estar treinando na academia.” [grifos meus]

Quando posicionou-se dessa maneira, referia-se a um fato ocorrido na academia onde trabalha, em que os pais dos alunos, quando perceberam a movimentação dos treinos dos deficientes visuais, posicionaram-se contra.

As múltiplas dimensões do desporto de rendimento de cegos

No momento em que enxerga além dos “limites” da modalidade que coordena, tem uma concepção de treinamento para cegos que é marcada pela cooperação e ética,

“Ele não pode esmorecer no treinamento, mas ele também não pode chegar e aniquilar o outro.”

senso de responsabilidade,

“Em primeiro lugar, eu sou assim: se eu chegar na academia e não tiver um aluno fazendo a aula, eu vou ficar no horário em que a academia está aberta, de tal hora a tal hora, sem nenhum aluno, mas eu vou ficar. Porque eu fui ali pra dar aula. Não é porque não veio nenhum aluno que eu vou virar as costas e vou embora. Mas eu vou permanecer no meu horário. Vou ficar ali. Entendeu? Se vier um aluno: ‘Opa, tenho um pra dar aula. Eu vou dar aulas pra esse um’.”

periodicidade e integração,

“(...) Eles já podem começar a freqüentar de segunda, quarta e sexta, mas não podem faltar no sábado. Sábado tem que estar a integração deles todinha no sábado.”

aspectos primordiais no tratamento do desporto de competição, principalmente quando voltado para pessoas portadoras de deficiência.

Outra característica que define ser “de rendimento” é a experiência de competições. Nas palavras de Geraldo:

“Agora quanto mais você participa de campeonato, melhor você fica. Mais gabarito você vai pegar, certo?”

Além das muitas experiências *in loco*, para que um processo de treinamento desportivo de alto nível tenha efeito, é necessário buscar em outras dimensões o complemento do trabalho realizado:

“(...) realmente você precisa ver se o atleta ele está é (...) fisicamente preparado pra isso aí (...). Segundo passo: psicologicamente se ele está preparado pra enfrentar esse treinamento (...). Porque é o seguinte: o atleta de judô, pra ele obter um resultado (...) ele precisa treinar muito.”

Professor Geraldo tem uma postura rara perante o processo do desporto adaptado no Brasil: trabalha na perspectiva do desporto de competição convencional. Geralmente — não só em sua opinião, mas o que se observa na realidade dos fatos — a questão de trabalhar com pessoas portadoras de deficiência é colocada de uma maneira muito pessoal, como se fosse um mérito “extraordinário” esse fato. Para ele, a questão deve ser encarada com outros princípios:

“(...) depende muito do trabalho do técnico. Eu acho que o técnico tem que se doar um pouquinho. No tempo dele. Então tem técnico, infelizmente, tem muito técnico que é assim, oh: só aparece na hora que tem um campeonato, porque ele quer arrumar um jeitinho dele conseguir alguma coisa, ou ele fazer parte da ABDC, ou ele viaja, ou ele, ou ele já viajou. Só ele saiu do Estado dele, pra vir pra São Paulo, o hotel tá pago, o alojamento, a comidinha dele, já tá indo pro outro lugar, então ele vem. Então, o que precisa mudar é isso aí.”

“Qual é o problema dele? Porque vai ter que ficar no hotel, porque quer ficar no hotel — eu não falei isso pra pessoa — mas quer ficar no hotel?, então pague pros seus atletas. A ABDC, quando não tiver condições, ela vai te oferecer isso.”

A que ponto chegamos?

No fragmento seguinte, Geraldo coloca como está indignado com a situação atual do desporto de cegos no Brasil. Referiu-se, especificamente, à condição em que os três atletas e ele próprio saíram do país a fim de participar no I Campeonato Mundial de Cegos e Deficientes Visuais, na Espanha, em julho de 1998:

“Quando que eu vi os nossos: o Francisco, o Joselino, o Rafael, já saímos aqui do Brasil numa condição precária (...). Nós sabemos que foi impossível (...) essa ida pra Espanha (...) foi impossível eu ter levado uma equipe. Eu sei o que aconteceu. Mas os atletas até hoje (...) não aceitam.”

Na época, a ABDC estava sem dinheiro em caixa; encontrava-se em uma situação de inadimplência junto ao INDESP. Aliás, este foi o principal motivo que inviabilizou a participação das equipes brasileiras de judô, natação e atletismo naquele Campeonato. Como se não bastasse, a entidade sequer tinha recursos para patrocinar a ida de um único delegado ou atleta que representasse o Brasil.

Frente a isso, a organização espanhola, indignada e inconformada com tal situação, ofereceu quatro passagens gratuitas à ABDC com o compromisso de que enviasse, no mínimo, três atletas e um acompanhante à Madrid. A presidência decidiu, depois de analisar detidamente o problema, que o judô representaria a participação brasileira.

Um dos impactos causados por toda essa situação é relatado por Geraldo em outro trecho da entrevista:

“Uma porque desestimulou o pessoal do Rio, já me falaram que não tavam treinando; pessoal de Goiás, a mesma coisa, que quando eu ligava, aquele negócio vai, não vai, tem competição, não tem competição, é, não tem apoio.”

Ele, enquanto coordenador, sabe o que acontece nos bastidores da entidade nacional. Entretanto, tem claro que os atletas cegos brasileiros não entendem a dimensão global do que efetivamente acontece:

“Mas a ausência da ABDC no desporto para os atletas, no ano de 98, foi muito grande. Infelizmente, para os atletas foi uma decepção tremenda (...).”

O posicionamento do coordenador é bem próximo ao dos dirigentes da entidade. Há duas faces a serem consideradas: por um lado, Geraldo já foi (e ainda é) técnico desportivo e, portanto, conviveu (e convive) com os problemas que o atleta cego atravessa em seu cotidiano, além da desmotivação pela falta de competição. Por outro, quando na situação de coordenador, tem clareza absoluta do quão complicado é administrar sem possuir condições concretas para tal (na maioria das vezes, recursos financeiros).

ABDC: dimensão humana *versus* institucionalizada

Também estabelece uma temporalidade em seu discurso: continua diagnosticando a situação, apresentando argumentos sobre o porquê *antes* estava de um jeito e *depois* ficou de outro.

Na verdade, o *antes* dá a dimensão personificada, fragilizada, efêmera (em uma palavra, humana) da instituição, e o *depois* demonstra claramente o rumo “adequado” pelo qual a entidade se enveredou, tendo até uma “sede”:

“A ABDC acho que não tava com a cabeça no lugar (...).”

“Eu acho que uma entidade, pra se fortalecer, pra ela começar a ver os problemas de perto, começar resolver, começar crescer e conseguir alguma coisa, ela tem que fixada num lugar. Porque ali ela começa a inspirar confiança para futuros investidores nessa entidade. (...) A ABDC nunca teve uma sede. Sempre foi na casa do Baltazar, no Comitê Paraolímpico, na CESEC, na UNICAMP, qual é o empresário, quais são os

investidores que vão dar crédito para nômade? Nenhum. Então, agora a ABDC tem uma sede (...). Aí vai conseguir muito mais coisas. Tudo que tiver a palavra 'sede própria', você inspira confiança. Já é um passo grande o que a ABDC deu, tando aqui com uma sede agora, fixa.”

Geraldo coloca que o primeiro passo da entidade nacional (e para ele o mais importante até agora) foi ter, concretamente, se fixado em um local. A característica de ser “nômade”, como em suas palavras, não trouxe (e nem traria) condições infra-estruturais para o desenvolvimento dos pressupostos iniciais da ABDC a favor do desporto-competição de cegos no país.

3.2.2

Pedro

O atletismo com(o) desporto de rendimento

Pedro tem 43 anos. Formado em Educação Física, trabalha há mais de dez anos com atividades físicas para pessoas portadoras de deficiência visual. Exerce a função dupla de técnico de atletismo da equipe de uma das entidades desportivas de cegos no Brasil e de Coordenador Nacional de Atletismo da Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC). É de fundamental importância seu depoimento, uma vez que se configura como um dos profissionais mais capacitados no trabalho com o desporto de rendimento e com a deficiência visual atualmente. Concedeu-me entrevista no dia 06 de março de 1999.

Um coordenador, um técnico: dupla função

Reservado e eficiente. Estes podem ser dois adjetivos que resumam bem a personalidade do coordenador de atletismo da ABDC. Sempre em seu pronunciamento resumido, porém incisivo, dá o tom de importância àquilo que deseja falar. Todos o ouvem.

Trabalha com Educação Física e Esportes há vários anos. Além de técnico de equipes de atletismo de rendimento convencionais, dirige treinos para os portadores de deficiência visual e caracteriza-se por ser, atualmente no país, um dos profissionais mais capacitados no trabalho com o desporto adaptado para esse segmento social.

Ele sabe o valor que tem seu trabalho, devido a essa dupla capacitação no que diz respeito ao universo do desporto-competição. No início de seu contato com os deficientes, arrumava tempo em seus horários diários para orientar o pessoal.

Sua concepção de desporto de rendimento de cegos, durante muito tempo (quicá aos dias de hoje), passou pela questão do “tempinho disponível”:

“Na década 80, foi mais ou menos na década de 80, entre (...) 83 e 84, mais ou menos, eu trabalhava com atletismo; aí o pessoal de uma associação tava treinando lá, tentando treinar atletismo, fazer algumas provas e me perguntaram se eu podia ajudar eles de alguma forma, a ensinar algumas técnicas e saltos e lançamentos, arremessos e tal. Aí, a partir daí, eu comecei a ajudar, tirar um tempo disponível. Durante os treinamentos lá, arrumava um tempinho disponível, e passei a ajudar alguns atletas da associação dos deficientes visuais (...).”

Atualmente, Pedro é oficialmente funcionário de uma entidade de cegos no sul do Brasil, pelo Estado. Todavia, enquanto Coordenador Nacional de Atletismo da ABDC, trabalha voluntariamente (!)

Atletas ‘não-profissionais’ de um desporto ‘profissional’?

Pedro tem uma concepção múltipla do que significaria um processo de treinamento do desporto de rendimento. Para ele, em primeiro lugar, o praticante tem que ser ‘atleta em tempo integral’, ou seja, ser um profissional do esporte:

“O desporto de rendimento, ele implica (...) numa séries de fatores. Não é um, dois, três, fatores. (...) Primeiro você tem que ter atleta, esse é o ponto principal, né. Aí tem que ser uma pessoa que tem uma qualidade física propícia a fazer o alto rendimento. A partir disso, vem toda uma estrutura atrás desse alto rendimento. Essa estrutura começa pelo seguinte: você tem que ter atleta disponível, pelo menos 8 horas diárias. Esse atleta não pode trabalhar, tem que ser atleta, isso é desporto de rendimento. (...) A profissão dele é ser atleta e pra que isso aconteça ele tem que ter uma remuneração.”

Além do empenho, há que se ter toda uma infra-estrutura — em termos de materiais esportivos e locais adequados à prática — para suprir as necessidades do treinamento:

“Outro aspecto que envolve o alto rendimento é (...) local pra treinamento, material de treinamento, material principalmente de primeira. Inclusive no desporto das pessoas, é, ditas normais, esse material é escasso. No nosso, muito mais ainda *[referindo-se ao desporto adaptado]*. Porque uma sapatilha adequada (...). Hoje tem sapatilha de 100 m, salto em distância, salto triplo, de salto em altura, de lançamento de dardos, tem um tênis especial pra arremesso do peso. Então, nós não (...) temos esse material acessível. Aqui no Brasil não é acessível. O que nós temos é uma sapatilha de segunda (...) mão, né. Uma sapatilha comum, geral, onde faz de tudo, né (...).”

Ele próprio ressalta que nem no desporto brasileiro convencional de rendimento há condições reais para a viabilização do objetivo proposto. No entanto, Pedro sabe que ocorre no Brasil uma incompatibilidade no que diz respeito ao processo de treinamento e desenvolvimento do desporto de alto nível: não temos profissionalização suficiente no âmbito desportivo adaptado que permita ao indivíduo que optou ser atleta, ter total capacidade de sobreviver apenas disso. Em suas palavras:

“Ninguém vai trabalhar 8 horas diárias e enfrentar um treinamento à noite.”

Essa é uma de suas explicações para o atual estágio em que se encontra tanto o universo do desporto-competição convencional quanto o de pessoas portadoras de deficiência (visual).

Uma viagem no tempo como explicação dos fatos

Pedro, que também é o técnico responsável pela equipe de atletismo da ABDC, estabelece uma relação entre o trabalho que é feito e os resultados que acontecem: duas atletas brasileiras, uma da categoria B1 (cegos total) e a outra da categoria B2 (deficientes visuais) conseguiram, respectivamente, medalhas de prata e bronze nas provas de 100, 200 e 400 metros rasos da modalidade atletismo, na Paraolimpíada de Atlanta-96. Em contraposição, a

Paraolimpíada de Barcelona-92 foi a que menos medalhas os cegos e deficientes visuais obtiveram em toda a história de participação brasileira no exterior:

“Porque a Rose fez um resultado, a Lurdes também fez um resultado. Lurdes foi mais no peito, mas não foi tanto no peito porque ela treinou. Mas a Rose porque conseguimos levar três meses de treinamento! Três meses de treinamento não é nada, em treinamento *findignou-se*. O prazo mínimo de treinamento é quatro anos. Nós conseguimos dar uma assessoria pra ela, que também não foi ideal, de três meses. Não se passou disso. Então, quer dizer, foi uma tentativa de um desporto de rendimento, mas mostrou que, por exemplo, um deficiente visual ou qualquer outra área de deficiência, ou qualquer atleta que tiver (...) um acompanhamento ideal, uma estrutura atrás dele, ele vai praticar o desporto de rendimento e vai dar resultado, mas nós não tamos fazendo desporto de rendimento.”

No período de Barcelona-92, a ABDC vivia um dos períodos mais críticos de sua gestão, com total descrédito de sua presidência. Não existiam coordenadores de modalidades, sendo que os profissionais que nela trabalhavam eram ‘convidados’ e, na maioria das vezes, o convite feito não passava de uma indicação política ou apadrinhamento. Não se levava em conta a experiência no trabalho com pessoas deficientes ou se tais profissionais trabalhavam na área, mas sim se “concordavam” com as idéias vigentes e “jogavam” as regras do jogo. Portanto, uma estrutura totalmente diversa da que vigora hoje.

Quando pedi para que Pedro se posicionasse sobre a questão do porquê não haver surgido resultados em Barcelona-92, ele disse:

“Quando se faz, aparece. Na Espanha *[referindo-se à Paraolimpíada de Barcelona]*, não fizeram nada, não aconteceu nada. Quem tinha lá sacaram, mas tudo bem, isso é uma outra estória, não quero entrar em detalhes.”

Os aspectos (técnicos) do desporto (mundial) de cegos

A indignação surgida em seu tom de voz referia-se ao fato de que, no período entre as Paraolimpíadas de Seul e Barcelona (1988 e 1992), ele foi dispensado enquanto responsável pela equipe de atletismo da ABDC. Estavam por trás motivos políticos e não capacidade individual. Ele próprio fez uma retrospectiva histórica sobre a evolução e o desenvolvimento do desporto de cegos nas duas Paraolimpíadas em que participou, dizendo que:

“Não houve uma evolução tão grande assim de Seul em 8 anos, de Seul pra Atlanta. Algumas provas houve evolução tão grande. (...). O que eu quero dizer é o seguinte: em Seul, o que aconteceu em Seul, foi uma gama de talentos, tá. Seul tinha mais talentos, principalmente no desporto de deficiente visual (não sei quanto às outras áreas), tá.”

Isto é: para Pedro o desporto mundial de cegos não teve uma evolução extraordinária que não pudesse ser acompanhada de perto pelo desporto brasileiro de cegos. O que atravessou o processo foi uma gestão em que a ABDC rumava sem norte.

Nesse aspecto, a meu ver pode-se perceber, nitidamente, que a desorganização da estrutura administrativa emanava reflexos caóticos para a própria prática desportiva a que a ABDC se propunha na época.

Também houve a questão dos “talentos” de que fala Pedro: não tínhamos planejamento, nem estruturação propostos. Tínhamos, sim, apenas “talentos”. O que aconteceu em Barcelona-92 foi uma conjunção de fatores que não contribuíram com o desempenho geral do desporto de rendimento de cegos: falta de talentos, de estrutura e de organização interna do movimento.

Mas Pedro não é tão cético assim. Afinal,

“(...) o desporto de rendimento em deficiência visual não tá tão alto assim, que não possa ser alcançado, mas ele tá evoluindo muito rapidamente e nós estamos ficando.”

só que hoje não estamos na mesma situação de Seul, em 1988:

“Ainda é da quantidade que você tira a qualidade, né. E ainda é de uma estrutura que você chega a uma boa marca sem a estrutura, só com o talento. Naquela época, com o talento você conseguia uma medalha. Agora hoje eu te digo que só como talento você não consegue a medalha; não evoluiu tanto, mas evoluiu ao ponto onde só com o talento não se consegue uma medalha.”

Pedro consegue se conceber enquanto contribuinte para com a evolução e desenvolvimento do desporto de cegos e deficientes visuais no Brasil. Ele se situa de maneira muito compromissada e tem reais intenções de fazer com que o movimento cresça e ganhe importância. Tem uma dimensão interessante das marcas dos desportistas cegos brasileiros no atletismo e os atletas internacionais. Porém é uma dimensão exclusivamente técnica calcada em índices e resultados. Não alcança o todo das questões político-administrativas do pseudo-desporto de rendimento, praticado no Brasil.

3.2.3

Tadeu

Espectador de bastidores

Tadeu tem 46 anos. Formado em Educação Física, trabalha há mais de quinze anos na área de Educação e Atividades Físicas, ambas voltadas às pessoas portadoras de várias deficiências. Trabalha em um instituto de educação de cegos e deficientes visuais na cidade do Rio de Janeiro. Tem todo um histórico de envolvimento com o desporto adaptado no Brasil, e é uma pessoa-chave no entendimento das múltiplas faces que assume esse desporto. Atualmente é Coordenador Nacional do Desporto Infanto-Juvenil da Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC). Concedeu-me entrevista no dia 06 de março de 1999.

Enigmático Sr. (Co)ordenador

A história de Tadeu no envolvimento com o mundo do desporto de cegos é, no mínimo, “estranha”: não foi técnico de nenhuma modalidade de cegos, não teve cargo efetivo nas coordenações de modalidades e ficou muito pouco tempo sendo o único Diretor Técnico da ABDC. Mas que mistério envolveria essa “tão enigmática” figura?

Trabalha coordenando um dos departamentos de um instituto-escola de educação de cegos e deficientes visuais na cidade do Rio de Janeiro e tem uma vasta experiência administrativa. Tadeu está envolvido na área de atendimento à pessoa com necessidades especiais há mais de 15 anos, constituindo-se uma referência nacional.

Ele exerce, de meu ponto de vista, função central no corpo de diretores técnicos da ABDC, na configuração determinada a partir do ano de 1999 (ver Cap. 2). Além disso, quase sempre funciona como conselheiro da presidência da entidade nacional. Os motivos são simples: tem uma postura cautelosa com questões que envolvem o universo desportivo dos cegos; tem uma

experiência consolidada em organizações de campeonatos; é respeitado como uma grande autoridade na área de Educação Física Adaptada; e sempre tem uma sugestão que vai além dos limites das aparências.

Desde o início de seu relacionamento com as práticas desportivas para portadores de deficiência, Tadeu mantém uma posição diferenciada daquela dos profissionais de sua época. Isso porque, nos anos de ditadura militar, o que se privilegiava na formação do profissional de Educação Física era, necessariamente, o alto rendimento e a *performance* desportiva:

“Então meu primeiro contato com a parte desportiva foi interno, dentro do [instituto], mas numa posição de repressão em cima deles, tá. Porque eu tava percebendo que o todo tava sendo deixado de lado pra benefício de uma pequena parte, que era aquilo que eu costumo chamar de uma pequena pseudo elite atlética dentro do nosso corpo de alunos. Essa posição inclusive me valeu, o que era uma posição interna, não era nada contra o esporte, contra a **prática do desporto de rendimento que a ABDC já começava a fazer naquela época** (ou se propunha a isso), mas era uma posição institucional em relação ao caminhar da Educação Física Escolar que eu percebia na Instituição. Isso me fez, por muito tempo, ter o estigma de um cara que era contra a prática do desporto. Eu, que fui atleta, que fui técnico do desporto convencional, sabendo dos benefícios que o desporto tinha trazido pra mim, enquanto atleta, enquanto jovem, enquanto garoto, não poderia ser nunca contra o desporto, mas sim contra iniciativas, pontuadas e setorizadas (...), naquela ocasião (...) Então eu me posicionei à parte do processo (...).”
[grifos meus]

Assim, como bem frisa, não era contra a prática do desporto, mas sim contra condutas que privilegiavam a exclusão da pessoa portadora de deficiência, já excluída do processo. Dessa maneira, questiona os preceitos da Educação Física Especial:

“(...) porque você falar em elitização dentro da Educação Física Especial, é muito perigoso, tá. De antemão isso é muito perigoso, na medida que nós temos uma clientela estigmatizada, clientela onde as diferenças individuais aparecem com a clareza muito grande de indivíduo pra indivíduo, na medida que você vai privilegiar rendimento, onde o importante, aí, é o movimento, o importante é que o movimento aconteça.”

Ou seja, em uma área que se trata de possibilitar diferenciadas vivências motoras para uma clientela restringida da prática da atividade física, trabalhar na perspectiva da “elitização” e do privilegiamento dos melhores, para Tadeu, é reforçar os mecanismos restritivos e castradores, impostos pela sociedade.

Note-se que ele reconhece, entretanto, que a ABDC já buscava o desporto dito de rendimento ou de competição para seus praticantes, desde sua fundação.

Três níveis de comparação

O entendimento de Tadeu sobre o processo do qual participa ‘ativamente’ é multifocado e entrecortado por diversas variáveis. Sobre o desporto rendimento em geral, esboça uma conceituação:

“(…) a questão que conceituar assim é difícil. (…). No desporto de rendimento há privilégios do resultado, da performance. Busca performance, busca resultados e tem que buscar. Essa é a filosofia básica do desporto de rendimento, tá. É encarado enquanto fenômeno social, cultural, mundial, né, por parte das pessoas portadoras de deficiência ou não, tá. Então, o desporto de rendimento hoje, no mundo, é um fenômeno social, político, cultural e, ultimamente, econômico, tá. Com fases absolutamente marcadas pra início de cada atuação dessa, tá.”

e sobre o desporto de rendimento de cegos e deficientes visuais diz que:

“(…) o desporto de cegos no Brasil busca (...) ser um desporto de rendimento. Pode ser e pode não ser. Depende dos parâmetros que a gente traça, de comparação.”

O que é interessante a ser salientado são os parâmetros que traça, conceituando o desporto de rendimento de cegos, sob diferentes perspectivas:

“Então, seriam esses três níveis: um nível que é comparando com o desporto de rendimento praticado pelas outras áreas de deficiência no Brasil; comparando com o desporto de cegos no Mundo, a visão que hoje o mundo do desporto de cegos tem, representado pela sua entidade

maior que é a IBSA, em relação ao Brasil; e comparando — que é uma comparação que já peca em tese — com o desporto de rendimento convencional.”

Estabelece, assim, uma tríade de comparações, qual seja, quando o desporto de cegos é comparado com:

* *o desporto paraolímpico (ou adaptado) nacional*: e, nesse caso, segundo as considerações de Tadeu, na Paraolimpíada de Atlanta-96, em termos absolutos do número de atletas cegos (9) —contra 49 atletas de outras deficiências que compunham a delegação paraolímpica— e das medalhas trazidas pelos cegos (6) —contra 14 do restante dos outros atletas— foi a melhor campanha de todos os tempos. Nesse sentido, poder-se-ia considerá-lo um desporto de rendimento¹³.

* *o desporto praticado por deficientes visuais em outros países filiados à IBSA*: é aí não é pela competência interna, mas sim pela questão que Tadeu acredita que a ABDC é uma entidade que promove, de maneira bastante “séria”, o desporto para sua população-alvo, e que a Federação Internacional de Esportes de Cegos (IBSA) a concebe enquanto entidade digna de receber o título de “associação de desporto de rendimento de cegos”.

* *o desporto de rendimento convencional*: esta comparação, para Tadeu, é uma comparação que é injusta quando estabelecida, uma vez que são parâmetros completamente diversos que regem tanto um quanto outro fenômeno.

Um problema mais profundo do que as aparências

¹³Números absolutos retirados do informe MOVIMENTO PARAOLÍMPICO. Mais detalhes nas referências bibliográficas.

Para Tadeu o desporto de cegos (considerado de rendimento) não se desenvolve de maneira adequada, pois as entidades (ou associações) desportivas que atendem a essa população não o acompanham:

“(...) não há uma estrutura à nível das entidades, tá. Há estrutura — hoje mesmo o Baltazar colocou uma coisa —, os avanços que a ABDC teve não foram acompanhados por avanços das suas entidades. E é muito difícil você (...) colocar condições pra que essas entidades façam o trabalho de base que levem ao convívio com a seqüência, com o desporto de rendimento.”

Falta estrutura e por “estrutura” ele quer dizer infra-estrutura. A questão passa, então, por “trabalhar abaixo de sua capacidade”:

“(...) a ABDC está trabalhando abaixo da potencialidade de sua equipe diretiva, de sua equipe técnica, de sua equipe administrativa, né. Nós podíamos tá avançando muito mais em aspectos com uma (...) como posso dizer (...) uma estrutura melhor nas entidades locais.”

A ABDC transformou-se em uma entidade dirigente do desporto de rendimento de portadores de deficiência visual no Brasil, reconhecida internacionalmente pela sua administração. Porém, envolve-se em um drama conflituoso à medida que não consegue dar conta do trabalho de base com as entidades regionais brasileiras.

Aparentemente, como ressalta Tadeu, não há soluções para o impasse:

“Eu acho que há uma defasagem muito grande e que eu não percebo a possibilidade da ABDC — embora ela seja um colegiado de todas essas entidades — eu não percebo como a ABDC possa interferir diretamente para dar condições a que essas entidades tenham a estrutura melhorada e possam acompanhar o desenvolvimento que a ABDC teve no campo desportivo, tá. A ABDC não possui recursos pra repassar nesse nível. O que a ABDC pode e faz é atuar na área de capacitação de recursos humanos (...). Este corpo técnico, preparado pela ABDC é um corpo técnico que é muito mutável, não é? As pessoas não permanecem na área, tá.”

O enfoque, ao que parece, desloca-se para a falta de recursos, principal ponto salientado por Tadeu. Em sua opinião, a falta da estrutura na entidade

local é um ponto que contribui (e muito) para que a ABDC não cumpra, integralmente, seu papel de agente fomentador do desporto de rendimento de cegos, visto que ela não tem como resolver tal problema crônico:

“Você não pode querer uma ABDC forte, uma ABDC que seja vista internacionalmente como uma entidade de país de Primeiro Mundo, se você tem os elos fracos que são as entidades locais, onde acontece o fomento, não é. O fomento do desporto de cegos, o fomento do desporto de rendimento de cegos acontece, num primeiro momento, na entidade onde acontece a prática do desporto.”

Dependência do governo

Uma constatação que fez Tadeu (e que é de fundamental importância para um aspecto da resposta sobre o motivo pelo qual a ABDC não consegue reverter essa situação em que se encontra) é sobre a dependência estrutural das verbas oficiais do Governo Federal:

“Porque o desporto adaptado, no Brasil, não sobrevive sem a participação do governo, tá. Tomara que um dia alcance essa possibilidade de sobreviver, tá. Mas de fato, hoje não sobrevive. Então nós temos uma dependência quase que absoluta do governo e não temos perspectiva de sair disso, que é o pior, né. Então, acho que o dinheiro do governo seja muito bem empregado numa mudança desse *status*. Se esse dinheiro do governo pudesse ser empregado em estratégias que levasse um dia a que o desporto adaptado não necessitasse somente do governo, você entendeu? Como eu não sei! Tenho algumas idéias, algumas (...).”

A dependência de verbas oficiais (federais, estaduais e municipais) frustra expectativas: só no ano de 99 os chamados “I Jogos Brasileiros para Cegos e Deficientes Visuais” — de todas as modalidades desportivas — que estavam programados com quase um ano de antecedência, foram cancelados por falta de repasse de recursos do Governo Estadual (São Paulo)¹⁴.

¹⁴O recurso foi liberado, porém com 3 meses de atraso.

3.2.4. DESPOIS DAS CONSIDERAÇÕES, OUTRAS OPINIÕES

Como continuação da análise já iniciada das entrevistas dos coordenadores, destaco, neste item, pontos fundamentais para entender como aqueles se concebem perante o processo de desenvolvimento do desporto de cegos, suas concepções e avaliações pertinentes, bem como também tento identificar possíveis relações entre o local e o global em seus discursos.

Apesar dos três coordenadores terem condutas e opiniões semelhantes a respeito do desporto de cegos no Brasil, eles tem entendimentos diferenciados no que diz respeito à concepção de desporto de rendimento para essa população: para Geraldo, o rendimento está mais ligado a um treinamento, a uma sistematização, a um esforço de superação dos limites individuais. Já para Tadeu e Pedro, o rendimento está bastante ligado às marcas, aos índices, aos títulos e aos troféus conquistados.

Como ilustração do que foi dito, observemos as considerações abaixo:

Pedro, quando por ocasião de suas considerações acerca do desporto de cegos e deficientes visuais, disse que:

“Mas o desporto hoje se encontra nesse patamar. Ele não é recreação, porque a turma pretende competir; eles têm (...) como ideal uma Paraolimpíada ou um Mundial, mas não é rendimento porque não tem uma estrutura pra fazer um esporte de rendimento. Então, não existe, não temos estrutura pra fazer um esporte de rendimento, né.” (Pedro)

Deixou explícita a comparação entre prática desportiva de recreação e desporto de rendimento. Segundo ele, o que os cegos fazem no país não é nem uma coisa, nem outra. Não aceita a caracterização de “recreação”, porque há um compromisso. No entanto, rejeita igualmente o título “rendimento”, pois alega que não temos estrutura para tanto. Por *estrutura*

quer dizer materiais adequados e condições financeiras que permita ao desportista apenas praticar e competir.

Apesar de um posicionamento crítico acerca do universo desportivo de cegos, emprega equivocadamente a definição que ele próprio havia cunhado, referindo-se à modalidade futsal:

“É, se eu dissesse todas, eu (...) tô errando porque no futebol de salão nós fomos campeão mundial, né [*observou ironicamente*]. E não tem estrutura. Nós fomos campeão mundial pela natureza (...) do brasileiro, que teve uma mobilidade enorme. (...) Sabe? Entra outros parâmetros nas coisas, né.” (Pedro)

O desporto de rendimento não se define através de habilidades inatas. Nesse sentido, não é porque a equipe de futsal B1 (cegos totais) foi campeã mundial no ano de 1998, em um campeonato realizado aqui no Brasil, que significaria que essa modalidade específica é de rendimento: da mesma maneira não temos “materiais adequados” e, muito menos, “condições financeiras”, conforme as palavras de Pedro.

Tadeu, por sua vez, comete o mesmo equívoco quando tece considerações sobre o futebol de salão, enquanto representação fiel do desporto de rendimento de cegos, atualmente:

“Talvez hoje seja a única modalidade do desporto (...) pra pessoa portadora de deficiência brasileira que é campeã mundial, e é, de fato. Modalidade coletiva é a única, que é campeã mundial (...)” (Tadeu)

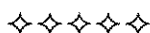
Sob meu ponto de vista, não é porque ganhou o campeonato que denota que temos um desporto de rendimento estruturado para o futsal no Brasil. Não somente não se tem estrutura para o desenvolvimento da referida modalidade, como ela é a única que traz implicações mais graves sobre o desporto de alto nível de cegos: a dimensão cultural do “ser brasileiro”, imbutida “naturalmente” nos discursos dos praticantes deficientes visuais.

Os futebolistas cegos e deficientes visuais brasileiros têm a mesma mentalidade “restrita” da grande maioria dos “futebolistas” videntes praticantes, sejam profissionais, semi ou amadores. Acreditam indiscutivelmente que sabem jogar futsal, só pelo fato de serem brasileiros. Como se a etnia fosse pré-requisito básico para tal habilidade.



Essa diferença na maneira de tratar o chamado desporto de rendimento de cegos e de concebê-lo reflete avaliações diferenciadas do mesmo fenômeno. Não há uma certeza entre os coordenadores de que eles próprios estão fomentando um processo de desenvolvimento do rendimento no país.

Claro está que, por ser um fenômeno histórico recente, ainda tropeça nas incertezas iniciais do “que fazer” e em “que momentos fazer”. Isso está implícito nas posturas dos coordenadores quando se posicionam perante o processo histórico de desenvolvimento da prática desportiva dos cegos. É inadmissível, a meu ver, que o desporto de cegos continue dependendo do “tempo livre” dos profissionais para afirmar-se enquanto prática institucionalizada, por exemplo. Há que se buscar a legitimação e o reconhecimento do trabalho desses profissionais.



Apesar de todos terem tido diversas experiências em Campeonatos Internacionais, a dimensão local/global de considerações sobre o desporto de cegos não está clara, uma vez que não conseguem pôr em perspectiva o “local” —que considero as práticas desportivas dos cegos, realizadas no Brasil— comparado ao “global” —desporto de cegos no mundo. O que fazem é considerar, de maneira estática e estanque, de um lado, o desporto brasileiro de cegos e, de outro, o desporto internacional de cegos.

3.3

OS DIRIGENTES

Procurei entrevistar dois dos cegos mais influentes atualmente no mundo desportivo de deficientes visuais brasileiros. Eles têm vínculos afetivo-pessoais há anos e participaram juntos de muitas situações históricas de conquistas do movimento, desde os idos dos anos 80.

São marcos referenciais do processo histórico de fundação e desenvolvimento da ABDC e, dessa maneira, figuram como parte fundamental para a compreensão das lógicas que movimentam as práticas desportivas dos cegos no país.

As duas entrevistas são analisadas em separado para que seus discursos fluam por si próprios e, ao final dessas, teço algumas notas sobre a “fala” desse grupo em específico.

3.3.1

Baltazar

A trajetória de um líder

Baltazar tem 48 anos. Praticou esporte desde o internato de cegos, “onde jogava com latinhas e tampinhas de refrigerante”. Teve uma prática plural de atividades físicas, entre as quais estão o goalball, o futsal e o atletismo. Foi atleta durante um certo período da vida, mas o que caracterizou sua permanência no mundo desportivo de cegos foi sua liderança e brilhante capacidade de administrar. Formado em Advocacia no final dos anos 70, exerceu durante alguns anos a profissão até que se viu incumbido de levar adiante “a missão” que fora lhe conferida: dirigir uma associação nacional encarregada de cuidar dos interesses dos cegos desportistas. Atualmente é presidente da Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC). Concedeu-me entrevista no dia 07 de março de 1999.

Pão de queijo, casualidades e o desporto de cegos

De origem humilde, nascido e criado em uma cidade interiorana de Minas Gerais, Baltazar nem seria capaz de imaginar o que o “destino” lhe reservava. Da simples casualidade de gostar de esportes e ser cego, hoje figura como o homem que administra o desporto de cegos no Brasil.

Sua história de vida se confunde muito com o percurso da associação que preside. Ambos vivem de idas e vindas, amores e incertezas, riscos e ilusões: de uma conversa casual por telefone, como relata no fragmento a seguir, iniciava, o que se tornaria mais tarde, o compromisso de uma existência:

“Então em 1984, já em Uberlândia, trabalhando dentro da minha área profissional (...), primeiro eu assisti na televisão os treinamentos que o Roberto fazia pra ir participar da Paraolimpíada de Nova Iorque. Não é que aquilo me chamou atenção. E foi uma grata surpresa quando em agosto ou julho, o Roberto chegando de Nova Iorque, ele me liga em Uberlândia, a gente tinha feito um contato, eu tinha travado um conhecimento (...) mais pessoal do que nesse campo do esporte, e ele ligou pra conversar comigo.”

Roberto chegava de Nova Iorque, mais precisamente da Paraolimpíada de 1984, e ligou para Baltazar. O comando era: “vamos fundar associações, porque o desporto brasileiro de cegos está sendo estruturado!”. Baltazar ficou empolgado. Afinal, não são todos os dias que vemos nossas lutas ideológicas sendo concretizadas no quintal de nossa própria casa.

“Aí eu contei a ele que a gente tinha um grupo, que a gente tava começando um trabalho em Uberlândia bem informal tudo, aí ele me incentivava, dizendo: ‘Nós precisamos criar associações fortes porque foi criada a Associação Brasileira de Desportos para Cegos, nós vamos ter uma eleição no início do ano que vem e nós pretendemos assumir o comando do desporto de cegos no Brasil. Então já que você tem esse grupo, parta pra isso, crie uma associação, e vamos entrar nesse trabalho’. Então em setembro, mais precisamente no dia 02 de setembro, nós fundamos a ADEVITRIM (Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro), juntando o grupo de Uberlândia e o grupo de Uberaba que começou esse trabalho junto naquela época e começamos, a partir daí, já de uma forma institucional e também de uma forma mais (...) vamos dizer, mais organizada em termos de treinamento (...).”

A ABDC tinha sido fundada em janeiro de 84, em Curitiba, e estava a pleno vapor. Pelo que consta do discurso de Baltazar, a criação da ABDC fora advinda de uma imposição internacional:

“A IBSA havia sido criada em 1981: a ‘International Blind Sports Association’, àquela época; hoje ‘Federation’, né. Então tinha sido criada em 1981. Então a Paraolimpíada de 1984 já tinha a interferência da IBSA. E foi determinado que os países só participariam na sua modalidade ou na sua área de deficiência, se tivesse uma entidade própria nacional representativa. Então, pro Brasil participar na Paraolimpíada de Nova Iorque foi necessário se criar a ABDC. Isso tanto é verdade que naquela época já o Brasil começava a respirar novos tempos, em razão do final do período do militarismo, num período mais de abertura e o CND — na época, Conselho Nacional de Desporto que era o órgão que normatizava o desporto nacional — ele baixou duas resoluções: a 14/83 e a 01 de 84, especificamente pra viabilizar legalmente a fundação da ABDC. Era condição *sine qua non*. Se não tem a ABDC, o Brasil não participava na área de cegos da Paraolimpíada de Nova Iorque.”

Havia o compromisso da participação internacional e este era de suma importância. No entanto, tal imposição a que se refere Baltazar não ofusca o brio interno dos portadores de deficiência visual que, como os brasileiros de todas as partes do país, viam no horizonte o nascer de uma democracia livre das mazelas do militarismo. Eram tempos de fazer valer as crenças, impor opiniões e explicitar a liberdade. Em uma palavra: lutar pelos próprios ideais.

Depois do início da concretização dos sonhos, a manifestação da dura realidade: não estava sendo fácil implantar o trabalho proposto. A bem da verdade, todos estavam aprendendo pelos tortuosos caminhos da história, e tropeços iniciais deveriam ser previsíveis:

“(...) em agosto de 85, por circunstâncias e conjunturas, eu acabei assumindo a presidência da ABDC naquela primeira eleição que Roberto referenciava lá, em julho de 84, e aí não como (...) o princípio era eu vice, Roberto presidente, mais houve uma inversão por questões operacionais e circunstanciais, eu assumi a presidência da ABDC, então, em agosto de 1985. Por problemas pessoais e particulares, eu me licenciei — não renunciei, não houve uma ruptura — em dezembro de 86; o Roberto, como vice-presidente assumiu o comando da ABDC. Em 1988, em maio nós voltamos a assumir a coordenação, a direção da ABDC e levamos até agosto, quando o Roberto foi eleito como o nosso sucessor dentro da ABDC.”

Quando Roberto assume, no final da década de 80, o que seria seu segundo mandato da associação, os ares pareciam estar favoráveis. Baltazar levava a vida em Uberlândia, acompanhava o movimento mais ou menos de perto, e ainda tinha sua vida de atleta.

A ABDC apresentava sinais internos de corrosão. Mas isso parecia ainda não ser algo que pudesse se configurar como uma preocupação concreta. O problema agravou-se quando foi decretado, publicamente, uma campanha de execração e difamação de Roberto, então atual presidente da entidade.

“Então nós saímos na defesa do Roberto. E, quando houve a assembléia que o Roberto entregava o mandato e que haveria, né, assunção de uma

nova diretoria na ABDC, nós tínhamos uma proposta de (...) não de decretar uma intervenção naquela hora, em razão de tudo o que vinha acontecendo. Mas nós advogávamos que nós deveríamos eleger uma junta provisória, que produzisse uma reformulação estatutária na ABDC, o que foi feito só em 93, né. Mas em 91, nós tínhamos plena convicção que era necessária essa reformulação e que a gente desse um novo rumo ao desporto de cegos no Brasil.”

Como conseqüência, o movimento desportivo de cegos divide-se entre os que apoiavam as acusações e os que contra ela se posicionavam. Tudo não passava de jogos de poder.

“Mas nós éramos uma minoria. De uma assembléia de 19 entidades presentes, nós éramos 04 entidades, né: Associação Brasiliense de Deficientes Visuais, ABDV; Associação de Deficientes Visuais do Estado de Goiás, ADVEGO; Associação de Deficientes Visuais de Belo Horizonte, ADEVIBEL e Associação de Deficientes Visuais de Campos, ADVC, que, à época, ainda não era ADVC, ela tinha uma outra configuração. Mas essas 04 entidades debateram durante a assembléia inteira, advogando essa junta provisória, advogando uma reformulação estatutária e que nós déssemos um outro tratamento à questão da ABDC e do desporto de cegos no Brasil. Obviamente nós fomos voto vencido. 15 sempre vencem 04, não é? E foi eleita uma chapa com o Lauro Augusto, com o Ronaldo e com uma série de outros. A configuração, na época, da ABDC, era um presidente, um vice, um secretário, um 2º secretário, um tesoureiro, um 2º tesoureiro e um diretor de relações públicas, né. Era enorme, a configuração.”

Baltazar não se conformava com o que se passava. Queria retroceder no tempo e imaginar que aquilo não acontecia e que os sonhos não estavam batendo em retirada. Contudo, as vaidades pessoais da oposição à ABDC ganharam o processo e mandaram a entidade, literalmente, em direção a um buraco negro.

“Então essa diretoria foi eleita de forma normal [*quis dizer de maneira inquestionável*], porque eles tinham 15 contra 04 votos. Acontece que o estatuto da ABDC, à época, impedia que um dirigente de uma entidade filiada, no exercício de sua função na sua entidade, ele estava impedido de assumir um cargo na ABDC. Então, quando o presidente da assembléia foi dar a posse à diretoria eleita, nós, em nome da ABDV, impugnamos a posse. Porque nenhum: o presidente, Lauro Augusto, o vice-presidente, Ronaldo, eles presidiam a ADEVIMAR e a APDV, respectivamente. Além de ter dentro da diretoria outros elementos que ocupavam cargos nas suas associações de origem. Então, ao impugnarmos, eles quiseram saber qual era o motivo da impugnação e

eu peguei o estatuto da ABDC e mostrei a eles o artigo que determinava que, na ABDC, era impedido de assumir um cargo diretivo quem não estivesse desvinculado na sua entidade de origem, tá, de um posto diretivo. Aí, todos, ‘não, mas nós estamos desvinculados’. Aí, qual que era a lógica, ‘onde está o documento que comprova que você está desvinculado?’. Ninguém tinha. Então, o presidente da Assembléia, à revelia, pisando, rasgando estatuto da ABDC, não aceitou a impugnação e deu posse à diretoria, né. Tentamos, pensamos na possibilidade de entrar com um recurso judicial, mas analisando todo o envolvimento e tudo o que isso poderia provocar, e desgastes (...) foi que eu disse ao Luís: ‘Eu acho que não compensa!’. Agora, não compensa aí você não me tem mais, eu vou ser atleta, não dá pra lidar no meio quando as pessoas agem, dessa forma, dessa maneira.”

Baltazar ausenta-se do processo, e desiludido com a carreira de dirigente, acomoda-se inconfortavelmente em sua posição de atleta. Daí observava cautelosamente as ações, enquanto vivenciava um dos períodos críticos da história da ABDC: o ano da Paraolimpíada de Barcelona.

“Veio o ano de 92, muitos problemas administrativos na ABDC. Foi o ano da Paraolimpíada de Barcelona. A ABDC não teve a menor representatividade dentro da Comissão que organizou a ida do Brasil à Barcelona, né.”

O ano de 92 não só foi ano paraolímpico, como um ano de eleições para cargos do legislativo no Brasil. Assim que o então presidente da ABDC, Sr. Lauro Augusto¹⁵, foi eleito vereador da cidade de Maringá, Estado do Paraná, soaram boatos de sua renúncia logo anunciada.

“Então se convocou [em dezembro] uma assembléia extraordinária da ABDC e houve uma intervenção decretada pela assembléia na ABDC, onde assumiram não pessoas, assumiram três entidades: a ACIC (Associação Catarinense de Integração dos Cegos), de Santa Catarina, a ADEVIPAR (Associação dos Deficientes Visuais do Paraná) e ABDV (Associação Brasileira de Deficientes Visuais). Presidia a ACIC, à época, o Prof. Fábio Bastos; presidia a ADEVIPAR, o Roberto e presidia a ABDV, o Luís. Então decretou-se essa intervenção; criou-se essa junta diretiva e nós nos integramos no trabalho de assessoramento dessa junta como um todo.”

¹⁵Nome fictício.

A partir desse fatídico dezembro de 92 surgem novas perspectivas e Baltazar começa a seguir os caminhos que o “destino” traçara para ele.

“Em junho, ainda de 93, acontece em San José, na Costa Rica, a Assembléia Geral de Eleições da IBSA e, por convite, ou até por convocação do Prof. Fábio Bastos, na época o então presidente dessa junta interventora, dessa junta diretiva da ABDC, eu o acompanhei a essa Assembléia da IBSA e, ao acompanhá-lo, dentro de uma nova configuração que se propôs pro desporto de cegos mundial, assumindo a presidência da IBSA o espanhol Enrique Sanz e da IBSA América Latina — que à época era a IBSA América Latina — assumindo a presidência o companheiro Alberto Bravo, da Argentina. Dentro dessa configuração nós assumimos perante a IBSA, a coordenação do desporto de cegos no Brasil, em nível internacional. E por uma questão de coerência e de lógica, ao retornar ao Brasil, nós tivemos a percepção clara que era (...) até uma coisa anti-ética, ou amoral, você coordenar o desporto de cegos do Brasil em nível internacional e não tomar conhecimento desse desporto de cegos em nível nacional. Era totalmente incoerente...”

A retomada e as crises subsequentes

Em agosto de 1993, finalmente, Baltazar assume a ABDC de maneira definitiva e sem impecilhos. Fora um período difícil esse reinício, uma vez que a situação bancária, toda a documentação jurídico-legal e o CGC precisavam ser revistos e atualizados. Todas essas necessidades básicas consumiram quase todo o ano seguinte e,

“(...) em 1995, é realizado uma nova reformulação estatutária na ABDC que deu o contorno que a ABDC tem hoje e que a gente pensa que está obsoleto e que a gente precisa alterar; uma diretoria eleita com um presidente, um 1º vice-presidente e um 2º vice-presidente que teria (ou que tem) as funções de tesoureiro.”

Parecia que aquele período histórico a ABDC tinha plenas condições para crescer e fazer valer os pressupostos iniciais do desporto de rendimento para os cegos brasileiros. A própria área de atividade motora adaptada — área dos estudos relacionados às pessoas portadoras de deficiência e suas práticas desportivas — organizara-se e criara a Sociedade Brasileira de

Atividade Motora Adaptada (SOBAMA) com estatuto e regimento interno próprios.

Algumas realizações por parte do Estado também beneficiaram movimentos político-associativistas de deficientes: a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) foi uma delas.

“O segundo semestre de 94 e o ano de 95 foram anos extremamente favoráveis, até pela política econômica do país; pela nova configuração que nascia para o desporto nacional, com a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) e pelo grupo de profissionais que lá estava e pela filosofia de trabalho que esse grupo adotou. Então, principalmente o ano de 95, foi um ano muito produtivo.”

O advento de um órgão federal que tinha os pressupostos iniciais de financiar e fomentar o desporto convencional e adaptado no país fazia com que expectativas fossem criadas. A própria ABDC redimensionou suas ações e iniciou um período de concretização de seus ideais através de cursos, palestras e seminários.

Mas, não com muito tempo de existência, deflagra-se uma crise no INDESP que atinge diretamente a ABDC. Mais uma vez a entidade passa por um período de dificuldades em sua história.

“A nova filosofia, a nova postura governamental (...), um escândalo que aconteceu dentro do INDESP e a falta de sensibilidade ou a falta de trato administrativo, a falta do trato na administração pública do então Ministro Extraordinário dos Esportes (...) ele decretou uma auditoria no INDESP, demitiu funcionários do INDESP como se fossem os culpados, né, a bem do serviço público. Isso depois ficou provado que esses funcionários nada tinham a ver, não deviam absolutamente nada. Então foi uma confusão tremenda.”

Para Baltazar, mais do que os acontecimentos históricos em si, estavam em jogo a sobrevivência dos trabalhos que a ABDC se propunha a realizar. Quando se lembra desses episódios, coloca em perspectiva os três

momentos mais difíceis que marcaram a existência da ABDC e que foram períodos complicados até para sua vida pessoal.

“Realmente o período mais difícil foi o primeiro. Foi quando nós reconstruímos a ABDC. E depois desse período difícil, né, os nove primeiros meses do ano de 97 e os sete primeiros meses do ano de 98, quando nós brigamos, quando nós lutamos desesperadamente pra legalizar toda a situação da ABDC perante o INDESP.”

Ilusões passadas, recentes e emergentes

Ao contrário do que aconteceu com todos os entrevistados da pesquisa, quando tece considerações sobre desporto de cegos e deficientes visuais realizado no Brasil, Baltazar não tem ilusões: tem dimensões muito claras e definidas acerca do fenômeno. Na sua opinião, o desporto brasileiro de cegos não é um desporto de alto nível porque não engendra periodicidade, sistemática de treinamentos, além de não ser encarado como tal pelos próprios praticantes:

“Na minha concepção — e isso é global, tanto faz pra o desporto adaptado quanto pro desporto convencional — desporto de competição é aquele que tem uma normatização clara, tem uma organização definida e que visa r-e-s-u-l-t-a-d-o-s [*ênfatisa pausadamente*]. Então eu não posso considerar — e agora já vou cair dentro da nossa área — eu não posso considerar o futebol de salão do Brasil um desporto de rendimento. Ele visa resultado, visa. Mas a forma como ele visa resultado não é organizada e não tem os contornos que um desporto competitivo, desporto de rendimento tem. Você não considera uma equipe competitiva uma equipe que não treina. Pra mim, o treinamento do atleta é a base para você determinar: esse atleta tá treinando pra (...) obter resultados ou ele tá treinando pra manutenção ou ele tá treinando pra uma atividade mais saúde, mais lazer. Então, eu acho que o treinamento, o envolvimento, a dedicação do atleta é que determina se aquele desporto dele é de competição ou é de rendimento. Por exemplo, o futebol no mundo: é um desporto de competição? Claro que é. É um desporto de rendimento? É. No desporto de cegos, vamos fechar, tá. O futebol de salão na Espanha é um desporto de rendimento? É. No Brasil, é? Eu não considero. Apesar de que o futebol sendo de competição, nós participamos nesse desporto, mas no fundo, na essência, nós não estamos dando tratamento de desporto de rendimento. E da mesma forma, todas as outras modalidades no Brasil, tá.”

Baltazar é o único dentro do movimento desportivo que tem claro as reais potencialidades e limitações dos desportistas cegos e deficientes visuais. Isso não é um privilégio. Ao contrário, a consciência de tal realidade o atormenta e o angustia, visto que o coloca em uma situação de viver constantemente almejando algo que efetivamente não se concretiza. Para compensar o sentimento generalizado de frustração e mal-estar, recorre ao passado “glorioso”:

“Nós tivemos uma época, logo no nascimento da ABDC e, principalmente *[ênfatiza o tom de voz]*, no atletismo, no judô, na natação, no goalball e até mesmo no futebol em um número circunscrito de entidades, tá (...)”

“Então, nesse período nós tínhamos desporto de rendimento. Nós tínhamos um fluxo de treinamento, um programa de treinamento, principalmente, e eu volto a frisar, principalmente no atletismo *[ênfatizou sua fala]* que era um treinamento realmente voltado pra competição.”

“Os atletas ali e treinando pra valer. Era um treinamento sério, com profissionais sérios trabalhando na área. Haja visto os resultados internacionais que foram adquiridos.”

Quando se referiu aos anos iniciais do trabalho da ABDC, Baltazar colocou empolgação na voz, exaltando as atividades que eram encaradas com seriedade, dedicação e amor à causa. Isso porque talvez a proposta fosse inovadora e inédita; eram coisas que ainda não aconteciam no universo do cego brasileiro. Tudo o que é novidade, no início, causa frenesi.

Entretanto, nem mesmo ele sabe explicar o que aconteceu com o desportista cego. Os problemas de cunho administrativo permaneceram tanto tempo em cena que, de protagonistas, os cegos e deficientes visuais desportistas transformaram-se em atores figurantes. Baltazar acredita que toda a crise na administração da ABDC, acoplada a realidade de outros países que o cego começou a ter contato em campeonatos internacionais, trouxeram o inevitável: a quase impossibilidade de prosseguimento do trabalho.

“E a gente não sabe porque, depois daquele (...) problema de 91/93, parece-me que o desportista cego ou o atleta cego brasileiro, né, entrou num marasmo e quando nós tentamos retornar — isso a partir do 2º semestre de 94, 95 — nós sentimos muita dificuldade.”

Além disso, acoplado à crise na administração houve um erro de ações, em sua opinião, quando a ABDC passou a oferecer em vez de alojamentos em estádios ou escolas, acomodação em hotéis, alimentação de melhor qualidade, etc., para os atletas participantes dos torneios e campeonatos. Então, de um extremo, a ABDC pulou para outro:

“(...) a partir do período de 94 pra cá, de 93, até talvez pelo fato da gente ter conseguido uma condição de proporcionar, nas competições, todas as, sabe, todas as mordomias possíveis, né — vamos até chamar de mordomia, sim — um conforto; nós pagávamos transporte, nós dávamos hotel, nós dávamos alimentação de primeira; um transporte interno, arbitragem, sempre de nível de federação. E os atletas parece que acharam que realmente a coisa tinha mudado e que eles já não mais dependiam de trabalhar assim, vamos dizer, com aquela vontade inicial. Que eles já queriam ser profissionais do esporte. Eles queriam ganhar pra poder praticar esportes. Então isso arreventou e eu realmente hoje, eu não vejo, salvo alguns atletas, tanto no atletismo quanto no judô, na natação (...)”

Mais do que qualquer outra pessoa Baltazar sabe que o trabalho não pode parar, e ele próprio acredita em novos tempos. A meu ver, sua insistência na busca de melhores condições para a realização do desporto dos cegos e deficientes visuais brasileiros passa, acima de tudo, por uma questão de conquista do espaço a que esse indivíduos têm direito na sociedade. É, em um palavra, uma questão de cidadania.

O ponto central de toda a filosofia de trabalho de Baltazar é a questão do papel do cidadão cego no *locus* societal em que ele vive. Há uma grande diferença, segundo Baltazar, quando analisamos e percebemos a realidade de outros países do globo:

“Então os países do Primeiro Mundo, os povos ricos, dos países industrializados, desenvolvidos, a consciência deles, a educação, a

estrutura educacional e a estrutura de participação da sociedade é muito diferente do Terceiro Mundo. E isso não podia ser diferente também na área do portador de deficiência e na área do cego (...). Você tem a percepção clara, por exemplo, de qual é o papel do cego, como se processa esse movimento do desporto de cegos nos Estados Unidos e Canadá, na Europa e no Japão, né, que é um país, é uma outra potência, tá. Ele se processa de uma forma, vamos dizer, quase que profissional. Porque ele se processa de uma forma quase que profissional? Porque a consciência desses povos é totalmente diferente. A valorização quanto à importância, e acima de tudo, quanto à potencialidade do cego, é vista de uma forma diferenciada.”

E a explicação para o não desenvolvimento do desporto de cegos aqui no Brasil — como é feito em países desenvolvidos —, tem raízes mais profundas:

“Então isso é uma estrutura de Estado, isso é uma estrutura política, é uma estrutura de governo, e por que não dizer, uma estrutura cultural e social, que obviamente é decorrente de todo esse processo, né, de evolução do país, saindo de colônia pra sua independência, mas uma independência simplesmente, sabe, vamos dizer, política, não uma independência econômica, nós não temos essa autonomia ainda.”

A ABDC, como entidade-membro da International Blind Sports Federation (IBSA), almeja ter os privilégios que os países filiados da federação internacional têm. De uma certa forma, o reconhecimento sobre as qualidades administrativas da entidade brasileira já é um fato:

“Em termos administrativos, a ABDC começou a coabitar, vamos dizer, a viver junto da IBSA a partir de 93 (...) quando nós entramos na organização do desporto de cegos na América Latina, representando o Brasil dentro da IBSA América. E o trabalho que nós procuramos fazer em termos administrativos de termos objetivos claros de darmos uma (...) visão mais profissional, um profissionalismo de atitude, não o profissionalismo de remuneração, porque esse infelizmente nós ainda não temos, mas temos tentado implantar um trabalho nas atitudes (...). Então, com isso, nós conseguimos demonstrar à IBSA, demonstrar à comunidade do desporto de cegos internacional, que era viável essa (...) parceria (...) com o Brasil.”

E, mais do que isso, uma realidade:

“Então, isso aí demonstrou, vamos dizer, que a IBSA também acreditou e acredita no trabalho que é desenvolvido no Brasil; no trabalho que é desenvolvido pela ABDC. E tanto acredita que nós conseguimos, como representantes da ABDC, sermos eleitos para o Comitê Executivo da IBSA, representando o Brasil e a América Latina, né, para que nós pudéssemos estar mais de perto, acompanhando todo o processo da evolução do desenvolvimento do desporto de cegos, em nível mundial.”¹⁶

Balanco geral e perspectivas futuras

Inevitavelmente, o desporto adaptado brasileiro de cegos e deficientes visuais que se pretende de rendimento está em uma encruzilhada: é momento em que vaidades pessoais precisam ser colocadas de lado em prol do “indivíduo coletivo” (THIERRY, 1986). Como argumenta Baltazar:

“E agora o nosso trabalho que eu acho que vai ser o mais árduo, vai ser fazer com que a comunidade do desportista cego, os dirigentes das entidades filiadas à ABDC, técnicos, profissionais ligados à área e atletas — principalmente atletas — fazê-los ver que mudou. O tempo é outro e que nós temos que ter uma nova concepção, sabe? Nós temos que sair desse momento de querer ter tudo na mão e vestir a camisa e trabalhar junto, né.”

Como considerei anteriormente, “vestir a camisa”, para Baltazar, significa aderir ao movimento de corpo e alma (da mesma maneira que ele o faz) e esforçar-se por produzir algo comum, grupal. Certamente os resultados seriam compartilhados por todos. Além do que a ação de “vestir a camisa” para ele é “vestir-se” de uma roupagem mental de consciência, em outras palavras, ser plenamente consciente dos direitos e, principalmente, dos deveres para com o movimento desportivo de cegos.

“Já que o nosso desporto é de competição, então nós queremos tratamento igual, sem ter a consciência plena. Aí é uma questão que foge ao desporto e recai na questão dos movimentos, na estrutura

¹⁶Especificamente sobre esse cargo no Comitê Executivo da IBSA, Baltazar faz referência histórica à V Assembléia Geral da IBSA, realizada em Casablanca (Marrocos), em junho de 1997. Lá ele foi eleito “Member-at-Large” (Membro Livre) da América, em uma configuração composta de mais 2 membros. A América é dividida, então, entre os representantes do Canadá, Estados Unidos e América Latina. Como ele próprio colocou (e nós sentimos isso na ocasião), tal atribuição foi realmente prova de que a Federação Internacional respeitava, na época, a administração brasileira do desporto de cegos.

educacional e de formação do cidadão brasileiro e que afeta profundamente e principalmente o portador de deficiência, e o cego obviamente não poderia deixar de ficar fora.”

Por isso que Baltazar conclui seu depoimento clamando por uma incisão mais profunda na maneira do cego brasileiro se portar na sociedade em que vive: será muito difícil a continuação da batalha pelo direito à prática desportiva igualitária de rendimento sem um movimento participativo dos cegos de reivindicação da ação político-associativista por parte deles mesmos.

“Então, aí a gente vem desaguar num outro (...) problema que eu acho que é mais sério do que analisar o desporto enquanto de cegos, essas implicações todas: volta pra estrutura do movimento de cegos enquanto movimento participativo e de reivindicação e de ação política-associativista. Aí reside todo o problema do movimento de cego, da pessoa cega. E se reside tudo aí na pessoa cega, isso vai influir no desporto de cegos.”

3.3.2

Roberto

O concretizador de sonhos

Roberto tem 42 anos, é formado em Educação Física e exerce a profissão como professor de 2º grau em Curitiba, no Paraná. Teve uma prática plural de atividades físicas, entre as quais estão o futsal e o atletismo. Foi atleta durante muito tempo de sua vida e, inclusive, participante de campeonatos internacionais nas referidas modalidades. O que caracteriza sua permanência no mundo desportivo de cegos é sua extrema capacidade política de articular com prefeituras e órgãos públicos de fomento ao esporte. Atualmente é um dos responsáveis pelo movimento de desporto para cegos e deficientes visuais no Brasil, enquanto organizador e principal incentivador das decisões tomadas. Concedeu-me entrevista no dia 07 de março de 1999.

Um desportista de primeira

Conversar com Roberto sobre sua vida desportiva é o que mais lhe dá prazer: de excelente atleta no atletismo a craque no futebol de salão, Roberto realiza todas as “tarefas desportivas” com bastante naturalidade e grande desenvoltura. Até parece que já nasceu “praticando” atividades físicas. De certa forma, essa impressão não é de todo equivocada:

“Eu cresci (...), sou cego desde pequeno (...), cresci não no meio de cegos. Eu cresci em escolas comuns. Eu aprendi o braille numa escola de cegos, depois fui pra a escola comum. Sempre tive um envolvimento com o esporte. Sempre gostei, não só da prática. Mesmo como cego, eu brincava de esporte, obviamente, jogava futebol com uns amigos, de brincadeira.”

O fato de não ter convivido apenas com cegos desde sua infância permite a Roberto ser diferencial no que diz respeito a mobilidade que tem enquanto deficiente visual. Sua locomoção é perfeita e ele tem uma noção muito bem delimitada do espaço físico a sua volta. Essa “boa noção”, a meu

ver, é produto de um processo eficaz de orientação e mobilidade acoplado a uma vivência plural de atividades motoras.

Contudo, também desde pequeno, não só a prática desportiva o fascinava. Em suas palavras,

“(...) sempre gostei de estar envolvido com a organização desportiva. O que nessa mesma época já tinha os timinhos da rua e eu sempre tive em mim, desde pequeno mesmo, uma certa liderança: eu ia acordar todo mundo, eu que guardava as camisas, eu que combinava o jogo com a outra rua, e assim foi.”

Durante toda a entrevista, Roberto deteve-se em aspectos organizativos do movimento desportivo de cegos. Apesar de não participar diretamente das decisões administrativas, e efetivamente do processo de obtenção de recursos ou distribuição dos mesmos, considera-se como um dos responsáveis pelo desporto de cegos no Brasil.

Sem dúvida, é peça fundamental no quebra-cabeças para entendermos as origens e desdobramentos do movimento. Roberto foi a figura central que concretizou o processo de institucionalização do desporto de pessoas portadoras de deficiência visual no país, através da criação da ABDC, no ano de 1984:

“(...) em 80 eu comecei a me envolver com organização de cegos, organização desportiva. Foi dali, inclusive, que começou a nascer a ABDC. A ABDC nasceu numa reunião que eu tive com um pessoal de cadeira de rodas — que não queria, de maneira alguma, aceitar a participação dos cegos no movimento desportivo — e com um cara do Rio Grande do Sul, José Maria, até. Até é um fato que eu nunca esqueço porque começou de lá aquela primeira reunião, primeira conversa. (...)”

“Então, nós reivindicamos, brigamos e fundamos a ABDC. Dali começou o esporte de rendimento [*disse enfático*]. Foi em 1984, janeiro de 1984, que eu, inclusive tenho certeza, fui o primeiro atleta brasileiro cego que começou a preocupar-se mesmo com o rendimento.”

O reconhecimento por tal legado histórico foi efetivado no “Encontro do Rio” — citado no Cap. 2 — , onde outorgaram-lhe o título de “Comendador Brasileiro do Desporto de Cegos e Deficientes Visuais”.

O nascimento de uma estrela

Mas nos fragmentos acima destacados, Roberto nos oferece pistas importantes nas considerações que aqui estão sendo feitas acerca do desporto de rendimento: a ABDC já nasceu para fomentar e desenvolver o movimento desportivo dos cegos voltado ao alto nível, à competição.

E, de fato, não só a ABDC mas também os praticantes cegos e deficientes visuais encararam o desafio do alto nível desde o início: a melhor etapa do desenvolvimento desse trabalho deu-se do meio da década de 80 ao início dos anos 90. Nas palavras de Roberto,

“(...) dali [referindo-se a 1984] pra cá, né, dali até 1990, foi minha vida de treinamento mesmo. Foi quando, eu acredito, que o desporto de cegos no Brasil, em termos de rendimento, teve sua melhor etapa. Porque ali, inclusive, nós começamos a dar (...) essa característica pra ABDC: de desporto de rendimento, de treinamento e treinamento mesmo. Então foram seis anos de minha vida, cinco anos, que eu realmente treinei como profissional.”

Para Roberto atualmente há um problema central no que respeita o desporto brasileiro de cegos: há bons profissionais trabalhando de acordo com os ideais propostos pela ABDC, mas falta “estrutura de base” (desde materiais a serviços) que permita às associações oferecerem esse tipo de atividade para o segmento dos deficientes visuais:

“Por isso, hoje em dia pra mim, o desporto de rendimento no país tá [pausa reticente] como ontem foi dito [referindo-se a reunião do Comitê Técnico da ABDC]: tem bons profissionais, mas na verdade, nós não temos a base que são as associações. As associações não conseguem executar um trabalho de rendimento.”

Na verdade, segundo ele, as entidades não só não têm dimensão do que significa realmente desporto de competição ou de rendimento, como também suas lideranças precisam pactuar com esse processo, realizando-o e incentivando-o:

“Então, sobre a atual situação do desporto de rendimento pra mim, falta a base; falta, infelizmente, as entidades, primeiro **entenderem o que é** o desporto de rendimento (...) e **quererem participar**, quererem atuar no desporto de rendimento, e depois, obviamente, as condições financeiras todas pra executar o trabalho nesse sentido.” [grifos meus]

Então, pra mim a falta, no Brasil, na atual situação é esta: não há como (...) exigir das entidades, **não há situação financeira** que garanta isso.” [grifos meus]

Tal visão está em consonância com os pressupostos da ABDC, ou seja, é de responsabilidade das entidades fomentar a prática do desporto de rendimento e desenvolvê-lo enquanto fim. Porém, há um detalhe muito importante nessa situação: faz-se necessário verificar se efetivamente as entidades estão dispostas a assumirem o desporto de rendimento. É de suma importância que a ABDC detecte isso para poder continuar o trabalho. Como o próprio Roberto disse em certo momento da entrevista: a ABDC congrega associações que, na maioria dos casos, não só desenvolvem a prática desportiva, mas a educacional, a filantrópica, a assistencial, etc. No que diz respeito ao desporto, pode estar acontecendo que os deficientes visuais não estão dispostos a encarar os compromissos e contratos inerentes ao rendimento.

Há, entretanto, elementos que podem ser considerados nos fragmentos acima e que oferecem diferentes outros desdobramentos nessa interpretação.

Quando Roberto diz que não há como exigir das entidades, pois não há uma situação financeira que possa garantir isso, ele refere-se ao fato de que as próprias associações de cegos não possuem suporte financeiro que garanta o desenvolvimento e a manutenção do desporto de rendimento. Nesse sentido, Roberto está fazendo referência, especificamente, aos recursos

para materiais utilizados na prática desportiva de alto nível (sapatilhas especiais para corridas, roupas adequadas, tênis apropriados, etc.); para contratação de profissionais que tenham um compromisso permanente com a entidade contratante; para infra-estrutura local (quadras, piscinas, etc.); para viagens a campeonatos; entre muitos outros itens.

Mas o que não está estampado em sua resposta — e que se pode depreender como duplo significado — é que se as associações de cegos tivessem condições financeiras para fomentar o desporto de rendimento, a entidade-mãe (no caso a ABDC) teria necessariamente que também as possuir, a fim de sustentar uma infra-estrutura ideal de torneios e campeonatos notadamente de competição. No entanto, isso não acontece na atual conjuntura e, certamente, seria uma imposição para uma nova configuração da própria associação brasileira.

Concepções, questões e outras variáveis

Roberto sabe, por experiência própria, que o desporto de rendimento exige dedicação e treinamento contínuos. Muitos atletas deficientes visuais não têm essa cultura desportiva e acham que treinar uma vez por semana é suficiente. Em suas palavras:

“Treinar, para muitos, se você treina uma vez por semana tá fazendo um treinamento e não é isso. Treinamento não existe com uma vez por semana. Não tem como você seguir um programa de treinamento, fazendo uma vez por semana. Você pode fazer, no máximo, uma manutenção física uma vez por semana. Senão, como é que você vai poder dar um trabalho mais forte, exigir daquele atleta uma atividade como esta. Não existe treinamento. Quantas pessoas hoje no Brasil que estão treinando? *[ênfatisa a pergunta]*. Certo? Quantas pessoas estão treinando realmente? No atletismo: acho que não tem ninguém.”

Então, sua concepção de alto nível passa pela questão de uma conscientização do processo de treinamento, uma vez que se o atleta é consciente de suas ações e recebe um treinamento adequado, possivelmente

atingirá o objetivo final do desporto-competição: a vitória, o corolário dos esforços empreendidos.

“Então, pra mim, pra definir o que é o desporto de rendimento (...) é onde você vai buscar a vitória, onde você está num patamar, é um **desportista diferenciado**. Porque você não vai, hoje, dizer que qualquer pessoa tem condições de competir (ou, pelo menos, de correr junto) com quem esteja treinando realmente. Não há.” [grifos meus]

Claro está que falta conhecimento sobre treinamento desportivo, acessível aos atletas cegos e deficientes visuais brasileiros. De fato, paira também uma dúvida entre os profissionais que se dedicam atualmente ao voluntarismo nessa área: será que os indivíduos portadores de deficiência visual, hoje no Brasil, estão determinados a encarar as exigências e privações que o desporto de competição imputa? Ou a não opção pelo rendimento representa a ausência de concepções básicas sobre o mesmo? Ou ainda, será que justamente o contraponto — hoje existente entre as ações e intenções da ABDC e a realidade concreta — significa que o momento histórico é muito mais de estabilização das conquistas da década passada do que de avanço das mesmas?, hipótese há pouco levantada.

Subsídios para as respostas das questões postuladas acima podem ser encontrados neste fragmento da fala de Roberto, o qual questiona porquê as competições não são como “antes”:

“Nós tínhamos competições onde cada equipe — e participavam dez equipes — cada equipe vinha pro campeonato, na média, com vinte atletas. Então, realmente nesse aspecto (...). Também desses vinte atletas, vinham **cinco** pra **competir** e **quinze** pra **participar**, né. Mas, de uma certa forma, era o que fazia a festa, né, era o que fazia a aparição no campeonato e tudo mais. Era um campeonato bastante cheio e daí surgiam alguns atletas de ponta (...)” [grifos meus]

Se “quinze” iam para participar e “cinco” para competir — situação que não mudou muito, guardadas as proporções de números absolutos de atletas —, talvez eles estejam muito mais inclinados a desenvolver a sociabilização

entre os “iguais”, através da dimensão da participação, do que querendo insistir na competição. Se a grande maioria não quer competir há, no mínimo, algo estranho. É preciso que se investigue se, na realidade, é o que está acontecendo. Mas tal tendência à não-competição não seria responsabilidade da ABDC. Afinal, seu objetivo é o rendimento.

Para Roberto, mais do que tudo, o que se constata é um **imediatismo** no movimento desportivos dos cegos e deficientes visuais: mal estabeleceu-se como alto nível e quer transformar-se em parâmetro, com resultados internacionais legitimados. No trecho a seguir cita o caso de uma atleta medalhada em Atlanta-96:

“Já se passaram três anos de Atlanta e eu sei que a Lurdes, por exemplo, esses três anos acabou perdendo o atletismo dela. Porque ela não teve uma continuidade de treinamento. Sabe, ela poderia estar, hoje, com um lastro físico muito maior. Agora ela teria uma base porque ela teria passado três anos onde ela já teria feito um trabalho de base, a lapidação e não sei o que, chegar no final do ano, o descanso natural. Então, ela teria hoje uma condição muito melhor. Iria chegar a Sidney muito bem. No entanto, o que que eles se pretendem? É começar agora pra ver se em Sidney ela está bem. Ou começar em cima da hora, ela vai estar bem — ou pelo menos vai poder competir — mas nunca como se ela tivesse um trabalho desde agora.”

Não há como exigir resultados na próxima Paraolimpíada de Sidney-2000, se não for realizado um trabalho sistemático de treinamento com os atletas cegos brasileiros. Esse “pular etapas”, na concepção de Roberto, é inaceitável.

Tem-se a pretensão de realizar o desporto de rendimento, como ele salienta no trecho abaixo:

“(...) acho que nós temos alguns atletas que poderiam estar no mais alto patamar do desporto de rendimento, mas eu acho que nós não temos, não podemos dizer que no Brasil nós temos o desporto de rendimento pra cegos. Eu acredito que nós temos a pretensão, a ABDC tem a pretensão clara sobre isso, mas nós temos muito poucos atletas que possam ser considerados e que possam estar nesse patamar. Então, se nós temos muito pouco atleta nesse patamar, na verdade o desporto de rendimento é resumido, pra mim, a três ou quatro pessoas.”

Mas, a meu ver, não se pode cometer o erro de considerar que temos um desporto de competição real de cegos e deficientes visuais no país, partindo-se de exemplos de casos individuais isolados. O índice de medição do desporto de rendimento não pode — e nunca poderá — ser construído a partir da aleatoriedade de aparecimento dos talentos desportivos.

A importância da existência da ABDC e do movimento de cegos

Sobre as mudanças para o futuro na condução dos trabalhos, Roberto coloca que é nas mãos dos cegos desportistas que está o futuro do movimento desportivo. E digo mais: não só nas dos cegos praticantes como nas dos dirigentes de entidades que se encontrará a solução para a continuação do trabalho proposto. Como nas expressões de Roberto:

“(...) ‘n’ nomes das entidades nacionais que dizem ou que se propõem a fazer um trabalho, a entregar um trabalho de cegos em termos nacionais. Mas eu tenho certeza também que muito se fala do que se faz. E até porque, às vezes, não tem muita coisa que fazer. Tem muitas vezes que essas entidades acabam tentando puxar pra elas uma situação que a sociedade tem que resolver, sabe, que o cego tem que resolver. Não adianta! Muitas das vezes tem algumas entidades, né, que ‘precisamos defender os cegos disso, daquilo, daquilo outro’. **Mas o próprio cego tem que fazer por ele.** Se ele não fizer, não tem jeito. E a ABDC, o produto que a ABDC oferece, o que a ABDC organiza já é de interesse dos cegos.” [grifos meus]

Que a ABDC tem um papel importante na condução das atividades de desporto para a população de portadores de deficiência visual, já se sabe. No entanto pelas convicções de Roberto, a entidade-mãe tem papel central, visto que se ela deixar de existir não há outra que se proponha a fomentar a prática das atividades físicas para os cegos. Para ele, apesar de ser uma entidade que receberia — em tese — o desportista de rendimento já preparado, agora ela tem que agir diferente: atuar no plano das idéias e

“(...) conseguir que suas afiliadas **mudem o pensamento**, a forma de ver o esporte (...). Na verdade, a ABDC não vai poder interferir dentro da entidade e exigir que haja uma (...) pelo menos, um repasse que verbas daqui pra lá ou de lá pra cá.” [grifos meus]

E apenas isso. Ao mesmo tempo, a ABDC poderia criar medidas de incentivos à prática do alto rendimento mesmo que fosse necessário, para tanto, extrapolar os limites de suas obrigações para com o segmentos dos deficientes visuais desportistas e:

“(...) ela poderia sim exercer o papel, senão que é dela totalmente, mas traçar uma maneira, criar uma maneira de incentivar mais o nascimento de novos atletas, o surgimento de novos atletas, tentando elaborar situações, ou com festivais mesmo, certo, buscando outras alternativas, fazendo com que as entidades participem mais, dando a possibilidade das entidades participarem mais.”

Roberto refere-se à conhecida filosofia da disseminação do desporto de competição: é da quantidade que se tira a qualidade:

“Porque havendo uma maior participação vai haver uma qualificação também melhor, em termos se nós conseguirmos massificar pra depois qualificar. Do todo conseguir buscar um ou outro atleta e assim por diante. Então, pra mim, se tem algo que ela deixa a desejar seria isso: de tentar fazer alguma coisa surgir, de criar novas situações (como este Infanto-Juvenil, como o campeonato sub-vinte que a gente quer fazer de futebol de salão, ou de natação), enfim, dessa situação poder buscar novos atletas, renovação de atletas.”

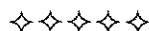
Ou seja, é da oportunidade da participação em massa que se descobrem os “talentos” e, a partir disso, trabalha-se no lapidamento dos mesmos com o objetivo final de colocá-los no mundo do desporto-rendimento.

3.3.3. OS DOIS LADOS DE UMA MESMA MOEDA

Pretendo, neste esboço de conclusão, dar um acabamento mais preciso às entrevistas dos dirigentes, analisando-as do ponto de vista *de onde* se fala. Resgato suas concepções, avaliações e relações que tecem quando se consideram partes fundamentais no processo de desenvolvimento do desporto brasileiro de cegos.

Na fala dos dirigentes, por exemplo, é consenso que a ABDC tem nítido seu objetivo, seu papel: nasceu para congregar, desenvolver e proporcionar o desporto de rendimento de desportistas cegos e deficientes visuais. Aliás, os próprios dirigentes têm claro o que significa desporto de rendimento (*continuum* periódico de treinamento sistematizado, acoplado a variáveis da estrutura externa e interna ao indivíduo).

Para fazer valer os pressupostos iniciais da entidade nacional, os dirigentes têm um discurso coerente e compromissado. O que não acontece, porém, é a concretização de suas intenções. O desporto de cegos no Brasil caminha com uma velocidade “diferente” — para não dizer “mais lenta” — da daqueles que almejam desenvolvê-lo.



Tanto Baltazar quanto Roberto sabem da existência da IBSA, mas só o primeiro tem a real dimensão do que ela representa — principalmente por ser um de seus representantes na América e participar de reuniões, receber informes, etc. Mas, independentemente disso, Baltazar é diferencial nessa questão, pois tem totalmente claro para si a dimensão local/global do desporto de cegos, e inclusive, o movimento dialético de como as decisões e

condutas assumidas pela associação que preside (dentro do país) interferem o desporto de cegos mundial (em menor instância do processo), e de como as decisões externas afetam o desporto nacional de cegos (em maior instância).

Nesse sentido, nem Roberto, nem qualquer outro participante exclusivo desse universo desportivo (atleta ou dirigente) têm a mesma dimensão (em todas as instâncias) que Baltazar.

3.4

OS 'OPOSITORES'

A constituição desse 'grupo', representado apenas por um discurso, justifica-se no todo da pesquisa pela importância do balanço histórico que está sendo feito, atualmente em todo o país, pelos interessados em repensar a questão da prática desportiva de rendimento dos cegos e deficientes visuais.

O discurso contrapositório, aqui reconstituído, é de um técnico de atletismo que, inclusive, já fez parte da delegação brasileira que participou dos "VIII Jogos Latino-americanos para Cegos e Deficientes Visuais", celebrados em 1994, na cidade de São Paulo. Esse dado não é um mero detalhe, visto que não são todos os técnicos que, durante o tempo de relacionamento com o desporto de rendimento de cegos, são chamados para compor seleções brasileiras.

Seu depoimento reveste-se de uma importância singular pelo fato de que espontaneamente saiu do movimento desportivo para a referida população, em um momento que tinha motivos suficientes para continuar na estrutura (competência, profissionalismo, ética, respeito dos deficientes, etc.). Além disso, fez questão de deixar registrado publicamente seu descontentamento.

No caso desse técnico em específico, ele não deixou de trabalhar com pessoas portadoras de deficiência por "acreditar" no trabalho com esse segmento social, de acordo com suas palavras. Mas rompeu com o desporto institucionalizado praticado pelos atletas deficientes visuais e com a associação brasileira que desenvolve esse tipo de atividade.

Atualmente afastado dos campeonatos e jogos da ABDC, mantém-se informado sobre o atual estágio de desenvolvimento das atividades relacionadas à prática desportiva dos cegos através de uma associação regional, que tem contatos com secretaria municipal de Belo Horizonte na qual trabalha.

Tal fato permite-lhe uma visão ampla sobre o desporto de rendimento, a qual o possibilita tecer considerações e algumas linhas de ação sobre determinado fenômeno. Essa situação contraditória de ser “oposição” e estar informado acerca da prática desportiva dos cegos brasileiros, coloca-o paradoxalmente como contribuinte participante desse universo desportivo. Em suma: sua oposição declarada reveste-se de um apoio velado não-reconhecido.

3.4.1

André

Em contra(o)posição: um relato, muitas sugestões

André tem 36 anos e é formado em Educação Física. Trabalha há mais de dez anos com atividades físicas para pessoas portadoras de deficiência. Inseriu-se no movimento de desporto para cegos e deficientes visuais no meio da década de 80, sendo que abandonou o trabalho em 1995. Seu depoimento é fundamental, pois foi o único que, declaradamente, anunciou ser “desertor” do movimento por discordar da política administrativa do mesmo. Hoje está envolvido com o fomento de atividades físicas e esporte para todos os portadores de deficiência, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Concedeu-me entrevista no dia 27 de fevereiro de 1999.

Uma prática diferenciada

André vive na cidade de Belo Horizonte, onde tem uma vida estabelecida. Formou-se como qualquer outro professor de Educação Física, mas desde o início já questionava a tendência a normatização que hoje vigora em nossa sociedade:

“Então, muitas vezes, os treinadores, os professores com quem eu convivi e ali, antes, bem no início da minha carreira era muito marcado assim: qual que é a melhor marca, qual que é o melhor biótipo, qual o melhor campeonato, qual o melhor treinamento. Então, sempre a pergunta era a seguinte: qual é o melhor? qual é o melhor para se atingir o melhor resultado a nível nacional e internacional? Mas nunca se fazia a seguinte pergunta, né: quais são as melhores metodologias e intervenções para a melhoria da qualidade de vida dessa pessoa. Se for através do desporto de alto rendimento, ótimo. Mas não. Sempre buscávamos, né, quer dizer, os técnicos ainda buscam, né, os professores, sempre a linha do (...) sempre o alto rendimento (...)”

Prefere considerar a atividade física como prática da cidadania, identificando-a como qualidade de vida:

“Porque, na minha visão, a questão do esporte, de educação física e do esporte, ela deve buscar basicamente, né, e eu acho que principalmente, a melhoria da qualidade de vida do cidadão. Sabe, eu acho que a

educação física, o esporte, ele é o meio para essa melhoria da qualidade de vida. Perfeito?. Só que a partir do momento com que se determinada atividade seja de alto rendimento ou não, ela passa a ser (...) ela toma uma forma assim de uma atividade excludente, eu já começo a questionar. Certo? (...) Então, eu não questiono o alto rendimento. Na verdade, eu questiono os objetivos dessas entidades.”

Em realidade, referiu-se ao trabalho desenvolvido da entidade nacional que fomenta a prática desportiva de rendimento para cegos (ABDC) e as associações locais. A ABDC, em sua opinião, deveria se preocupar com as pessoas excluídas de opções na sociedade em que vivem e não propor a tais pessoas atividades excludentes.

Todavia, em momento algum no processo de formação profissional descartou a possibilidade de trabalho com o desporto de rendimento. O que o indagava internamente eram os pressupostos desse tipo de atividade que não lhe caíam bem. Disse que desde que começou a trabalhar com o desporto-competição, rechaça o posicionamento “determinista” do mérito individual nele presente.

“Ele tem que conseguir determinada marca para ir para um brasileiro, tem que determinar, conseguir determinada marca para ir para um mundial. Certo? E os outros que não conseguem? Os outros que não conseguem, eu acho que nunca vão conseguir porque o técnico só vai trabalhar com aqueles que podem conseguir.”

Que a lógica do desporto de competição é excludente, já se sabe. O perigo recai em partir para o outro extremo, sem ter a consciência sobre o que se faz. André — como tantos outros que se iniciam no trabalho com populações deficientes (inclusive foi assim comigo) — dedicam-se muito a esse trabalho. No início tudo é diferente, alheio, exótico e, portanto, causa fascínio. Mas com o refinamento do olhar e ao longo do tempo, logo se percebe que não há uma contrapartida equilibrada por parte do trabalho empreendido.

“Ninguém se interessou. Mas, o professor que me orientava no estágio (...) falou: ‘Olha, você ainda é atleta de atletismo.’ Porque eu ainda praticava. ‘Você quer ser treinador, pelo que você me falou. Vai lá, **ajuda o pessoal**. É só **uma orientação**.’ Eu falei: ‘Nossa! Eu não sei nem para quem não é cego, quanto mais para quem é cego.’ (...) Chegando na pista, eu tinha marcado direitinho o horário com o pessoal, né, a primeira pergunta que eu fiz para eles, eu me apresentei, falei: ‘Gente, como é que eu vou ensinar vocês?’. Então, eu fiz o contrário. Eles que tinham que me ensinar o que que eu ia (...) como que eu ia trabalhar.”
[grifos meus]

A trecho frisado “ajuda o pessoal” é uma prática ainda muito recorrente nas práticas desenvolvidas com o portador de deficiência. Não sou totalmente contra o voluntarismo, mesmo porque continuo voluntário junto às atividades da ABDC. Mas essa é uma questão que passa por formações culturais e religiosas do povo brasileiro: o “ajudar” alguém transforma qualquer pessoa em uma boa alma, um bom samaritano, ou ainda, no “bom selvagem” de Levi-Strauss.

Mais do que buscar a tão propalada profissionalização, precisamos impor limites e determinar até onde podemos contribuir. Senão não teremos reconhecimento sequer pelo profissional que nos tornamos.

Voltando ao caso de André, depois da fase de voluntário (aproximadamente dez anos), ele foi trabalhar na secretaria de esportes e depara-se com o primeiro obstáculo: um projeto “discriminatório” que não oportunizava a prática desportiva de maneira ampla:

“Quando nós chegamos lá o projeto (...) era o seguinte: era a construção de um Ginásio adaptado, tá, pra o desenvolvimento do futsal de cego masculino, basquete em cadeira de rodas masculino, voleibol e futsal para surdos. Ai, eu e o Moacir falamos: ‘Não. Isso é um absurdo. Isso não existe. A coisa não é por aí.’ Para começar, as atividades aí estão muito limitadas. Segundo, discriminatória porque não tem nada para mulher. E outra limitação é a discriminação em termos de idade. Não tinha nada para criança, nem idoso portador de deficiência, né. E outras atividades da cultura corporal de movimento, ela estava, assim, muito limitada. Como se deficiente visual só praticasse futsal e pronto, acabou.”

André argumentou, na época, que não se podia fazer uma “tábula rasa” e considerar que os deficientes visuais só praticavam o futebol de salão, que os deficientes físicos jogavam apenas basquetebol sobre rodas, etc. O projeto do ginásio adaptado restringia a possibilidade de práticas motoras diferenciadas. Inclusive restringia a participação de idosos e mulheres, como ele próprio salienta.

Propõe práticas diferenciadas para essas populações, como as que já acontecem na cidade de Belo Horizonte, e que são realizações da secretaria de esporte, na qual ele trabalha:

“Nós temos apoio aos eventos, promoção de eventos, né. Nós fazemos no mês de agosto, todo ano, esse ano vai ser a sexta, uma corrida rústica exclusiva para portador de deficiência, que você já participou. No ano passado, nós colocamos 600 lâ no meio da Afonso Pena *[uma das ruas principais da cidade]* (...). Um negócio fantástico. Muitos eventos de inclusão. Pra nós é o mais importante. (...) São os eventos que já existem na cidade, que não havia participação do portador de deficiência. E hoje ele já participa. Então, nós já temos a meia maratona de Belo Horizonte, as corridas nas regionais, nos jogos estudantis.”

Receitas não prontas

Da área de treinamento desportivo à de atendimento na secretaria de esportes da cidade, André coloca-se muito mais um “articulador político” que possibilita que “coisas” (como orçamento participativo e as políticas de bem-estar social) aconteçam, do que um executor da prática da atividade física pura e simples. Também por isso ele se envolveu com a política de atendimento aos portadores de deficiência de maneira geral, numa linha de ações comunitárias:

“E nós trabalhamos muito na linha da ação comunitária. Sabe? Hoje em dia, como se diz? Ir onde o povo está, né. Então, vai lá, conversa, discute, faz algumas intervenções, volta, né, depois volta de novo pra intervir, né. Então, sempre assim. Fazendo um reconhecimento, intervenção. Volta, depois faz o reconhecimento de novo e a coisa vai caminhando.”

Não tem receitas prontas, mas acredita em “diretrizes” que poderiam ser definidas por todos os interessados na prática desportiva de cegos (atletas, técnicos e dirigentes) para a redefinição do trabalho com essa população no país:

“Primeira coisa: eu acho que a gente tem que abrir um seminário, um fórum de debates, tá, porque eu não vejo assim diretrizes definidas a respeito do desporto de cegos. Eu vejo assim: iniciativas isoladas de professores e entidades e uma entidade maior, no caso a ABDC, que tenta (...) dar um contorno em termos dessas atitudes, dessas iniciativas. Mas eu não vejo assim, é uma (...) Não sei se o termo seria esse. Diretrizes definidas.”

Disse isso porque está realmente preocupado com a situação atual do desporto de rendimento de deficientes visuais, e considera não haver “revelações” (talentos) surgindo que pudessem alavancar a atividade, já em queda no Brasil:

“Um exemplo que eu acho, assim, gritante (...) é (...) nenhum evento, não digo campeonato, mas nenhum encontro ou evento de portadores de deficiência visual na idade, digamos, de 12 a 16 anos e de 18 a 19 e depois de veteranos. Nós temos apenas, basicamente, de 18 aos 35. Então, se você não tem uma base legal também, esses meninos não são treinados na pré-adolescência e na adolescência, como que é que você quer atletas de alto nível com a idade de 18 aos 35 anos. A tendência é cair mesmo.”

Essa idéia é a que a ABDC já colocou em prática, com a tentativa de instauração do desporto infanto-juvenil, de jovens cegos de faixas etárias menores (os chamados sub-18, sub-15 e sub-13). Tal esquema está em implantação desde o início do ano de 99. Entretanto, até agora só se conseguiu criar a coordenação dessa atividade no papel.

“E eu vou além (...). Eu vejo coisas assim berrantes nos campeonatos, discussões: brigas, palavrões, o pessoal bebe adoidado, sabe? Você fala: ‘não pode uma coisa dessa.’ Eu acho muito legal sim: acabou o campeonato, vamos comemorar (...) Eu não vi até hoje. Aliás, uma vez, a nossa equipe, depois de um campeonato, convidou uma outra equipe pra a gente ir jantar junto. (...) Mas, por exemplo, às vezes a gente passa um campeonato, dois, três dias, e eu não vejo por parte da ABDC a

organização, assim, de um congresso dos técnicos para discutir até novas metodologias, novas técnicas. Certo? Convidar alguém para dar uma palestra para os treinadores, para os atletas. A pessoa vai, compete e vai embora. Então, eu acho que há uma falha muito grande. Não é que eu seja contra desporto de alto rendimento, muito pelo contrário. Sou altamente a favor. Mas ele por si só, como se diz, o evento pelo evento eu acho muito pobre, eu acho muito, muito pouco.”

É importante esse fragmento da fala de André, visto que deixa claro que não é contra o desporto de rendimento pura e simplesmente. É, sim, contra a tendência individualista e excludente dessa manifestação desportiva. É, ao mesmo tempo, por um desporto do não-rendimento, isto é, um desporto que trabalhe na perspectiva do lazer (enquanto prazer na própria acepção da palavra) e, acima de tudo, na ótica da sociabilização: marcas maiores de engrandecimento pessoal do desportista portador de deficiência.

“Eu vejo que o esporte pode ser uma forma de lazer também e até dentro da competição nós podemos ter esse lazer, né? Quando eu era treinador, vários atletas da minha equipe, eles deixavam bem claro: ‘oh, professor, eu tô vindo aqui à pista, eu quero treinar, quero ir para o campeonato, mas eu não quero ser cobrado em termos das marcas. Na verdade, eu quero vir aqui, quero quebrar a minha rotina, quero ter uma condição física melhor, quero conversar com você e com a turma. Se eu puder ir para um campeonato, com uma marca legal, que você acha, tudo bem. Eu não quero ser cobrado se eu vou ganhar medalha, se não vou, etc.’ Tudo bem (...) Então eu treinava junto com a turma ali, mas a questão de cobranças de resultados daquelas pessoas ali era completamente diferente de outros (...)”

Digo mais: ele não nos oferece “receitas prontas” do que a ABDC poderia fazer para adequar melhor a demanda de seus atletas ao desporto que ela oferece. Contudo, sugere alguns exemplos interessantes, como seminários (in)formativos durante os jogos e campeonatos, palestras de reciclagem, eventos de sociabilização, etc.

Olhando para o horizonte

André, no desenrolar de suas considerações, ressalta que a ABDC “erra” porque pressupõe condutas e imputa responsabilidades às entidades, as quais não estão prontas para tanto. Em suas palavras:

“(…)A questão não é o calendário. O calendário, ele vem como parte do processo, mas não o principal (...). Então, primeiro nós vamos discutir quais são os objetivos e passa por isso aí. As entidades, pelo que eu vejo também, elas **não estão acostumadas** a debates mais amplos. Elas estão acostumadas a debates fechados apenas para os problemas de dentro das suas entidades, não para problemas mais amplos, de enxergar problemas e soluções para todos. Então, parte por aí, não é? Até onde é que nós podemos democratizar o esporte. Não é massificar.”
[grifos meus]

Há, a meu ver, o outro lado da questão: as entidades igualmente “erram” porque situam-se perante o processo de dentro dos limites de seus feudos. Ou seja, elas abdicam de seus micropoderes (que somados poderiam suplantam um poder maior, centralizado) e se ausentam de opiniões ou atitudes. Na verdade, isso reflete a própria postura da sociedade brasileira, que raras vezes foi dada a processos democráticos de decisões. Como André mesmo reconhece:

“Então, as pessoas não estão acostumadas com essa democratização. Quando chega no ponto de democratizar o esporte, nós não sabemos caminhar com as nossas próprias pernas.”

Hoje ele se situa perante o processo histórico de desenvolvimento das atividades de rendimento para deficientes no país de maneira bastante consciente. André sabe que a questão é “ir além” das aparências. Como ele próprio considera, está mais atrelado ao desporto de competição de cegos do que antes:

“(…) eu rompi com a ABDC, não só com a ABDC, mas, na verdade, eu não consegui romper porque no meu trabalho lá na Secretaria de Esportes eu tenho que, de certa forma, ainda estou atrelado. Acho que eu tô mais atrelado que antes. Porque pra compreender todas as demandas e problemas da ADEVIBEL, eu tenho que ir além da ADEVIBEL. Aí, eu tenho que chegar na ABDC também.”

Afinal, conseguir enxergar além dos muros da entidade local e compreender a lógica da prática do desporto de rendimento dos deficientes visuais brasileiros, através das atitudes e decisões da entidade nacional, é algo raro nos profissionais da área de educação física adaptada.

ABDC, fragmentos e financiamentos: algumas sugestões

André critica o tratamento fragmentado que a ABDC dá às associações; defende que ela é o *todo* que deveria levar em conta as *partes*:

“Acho que a ABDC, ela trata as entidades como pedacinhos. Então tem uma entidade aqui, outra ali (...). Mas devia ser um todo, todas as entidades um todo, perfeito, funcionando em locais diferentes. Claro que (...) há culturas diferentes, não é? Então, a cultura daqui de Belo Horizonte é diferente de São Paulo, que é diferente do Amazonas, etc., etc. Tem que respeitar essa cultura. Tem que respeitar a cultura local, claro. Mas eu acho que tem que ser um todo, ser tratado como um todo, e não fragmentado. Eu vejo que é muito fragmentado o tratamento que é dado à ABDC (...)”

Sobre o que André salientou, gostaria de tecer alguns comentários. A meu ver, o entendimento do *todo* não pode passar apenas pela somatória das *partes*, assim como a compreensão da *partes* não se obtém tomando o *todo* como único parâmetro. ‘Todo’ e ‘partes’ participam de uma relação dialética, onde o *todo* interfere nas *partes* e estas se relacionam entre si e se inter-relacionam com o *todo*. O processo não é linear, nem unilateral. (ATLAN, 1992)

Decodificando: a ABDC não pode ser considerada apenas como uma associação que engloba entidades locais, e o entendimento sobre as condutas e decisões dessas entidades não serão compreendidas tendo a ABDC como parâmetro único. Para um trabalho com resultado efetivo, as entidades locais deveriam sentir-se capazes de “negociarem” entre si e, depois de uma tomada de decisões conjuntas, convocarem a ABDC para rodadas subseqüentes de

negociações. Da mesma forma que a ABDC sofreria influência direta das entidades locais em sua política de fomento ao desporto de rendimento de cegos, essas estariam “abertas” a possíveis interferências da ABDC no processo de desenvolvimento do mesmo tipo de atividade em âmbito regional.

Compartilho da opinião de André que um trabalho conjunto e consciente da ABDC — responsável oficial pela prática desportiva de rendimento — com as entidades regionais seria uma parte da solução:

“Então, o que a gente deveria... Se fosse pegar tudo quanto é medalha, nossas marcas deveriam melhorar. E as marcas não melhoravam. E não vão melhorar enquanto não tiver uma política de ação mesmo, por parte da ABDC e das entidades, certo, para resolver todo esse quadro, né. Especificamente, no caso esporte de alto rendimento, não tem nenhuma diretriz definida.”

Isso talvez fosse uma resposta para o problema crônico do estado estacionário em que se encontra a prática desportiva de competição dos cegos e deficientes visuais, atualmente no Brasil.

O engraçado é que André defende um tipo de mentalidade que, na maioria dos países de Primeiro Mundo, já é adotada: campeonatos, jogos e encontros conjuntos ou inclusivos¹⁷. Como mostra o trecho a seguir:

“Por exemplo, um negócio aí que é importante, oh, um Troféu Brasil, nós vamos fazer um Troféu Brasil de cegos. Então, vai ser junto com os videntes. Faz uma prova de vidente e uma de deficiente visual. Põe pra aquela data lá, lá em São Paulo mesmo, a pista tá lá, a arbitragem, etc. Só vão precisar de alguns ajustes em termos de arbitragem e acabou (...).”

¹⁷Nesta pesquisa não entrarei no mérito de discutir se a inclusão é efetivamente a solução. O ponto a ser destacado é que de todos os entrevistados, André foi o único a ressaltá-la. Disse que se os sistemas desportivos convencionais e os elaborados para as pessoas portadoras de deficiência se mesclassem, formando um terceiro sistema, poderia ser uma solução interessante para o abismo que separa as práticas desportivas de um e de outro grupo, hoje.

No fragmento acima, André é preconizador em suas idéias. O único problema é que, a meu ver, a mentalidade da sociedade brasileira ainda não está preparada para um campeonato desses.

Aliás, uma das primeiras iniciativas de competições inclusivas entre atletas videntes e deficientes visuais foi o Mundial de Atletismo da IAAF (Federação Internacional de Atletismo Amador), ocorrido em Sevilla (Espanha), no mês de agosto de 1999. A IAAF foi a única entidade internacional de desporto de rendimento convencional (até agora) a oficializar um convite a uma associação de portadores de deficiência (nesse caso, a IBSA que também fomenta o rendimento desportivo), a fim de realizarem um campeonato conjunto¹⁸.

Na realidade, por mais que o discurso de André queira ser encaixado enquanto “opositor” e alternativo ao movimento desportivo dos cegos e deficientes visuais brasileiros, a angústia expressada em suas palavras denota que ele partilha das perdas e ganhos desse movimento e suas sugestões o situam mais como um contribuinte ativo “*de dentro*” do que passivo “*de fora*”.

¹⁸ Mais informações sobre essa inovadora iniciativa encontram-se na Revista Perfis. Ver referências bibliográficas.

3.5. DO LUGAR DE ONDE SE FALA, DO LUGAR DE ONDE SE OUVI

Pretendo, aqui, tentar desenvolver algumas das idéias que serão subsídios para o fechamento da análise do próximo capítulo.

A busca do significado e das representações acerca das práticas desportivas (ditas de rendimento) da população de cegos e deficientes visuais brasileiros teve lugar neste capítulo, através de recortes nas falas dos atores sociais eleitos para as entrevistas e de suas manifestações enquanto participantes de um universo delimitado.

Entretanto, ao leitor desavisado um lembrete: não foi apenas uma tentativa de colocar junto fragmentos, ordenando-os para que falassem por si mesmos. Como Magnani (1986) coloca:

“(...) os depoimentos não falam por si; há, ademais, outras ‘práticas significantes’ e é do entrejogo, da relação entre essas práticas que se pode reconstituir o significado”. (MAGNANI, 1986:139)

Tentei ouvir as falas dos sujeitos sociais entrevistados do lugar de onde se concebem e tentei analisar seus discursos por uma lógica e um raciocínio particulares do pesquisador. É nesse momento que se estabelece a “prova de fogo” da pesquisa, ou seja, como esta

“pode transcender o caráter localizado e o detalhamento etnográfico para adquirir um significado em seu conjunto”. (SIMÕES, 1992:179)

Em realidade, muito do que foi revelado nas entrevistas já fazia parte de um universo conhecido, apesar de terem surgido aspectos diferenciais na fala dos entrevistados e que geraram novas inferências e associações.

Caldeira (1984) coloca algo interessante a respeito das entrevista de campo:

“O que ela expressa são experiências pessoais, mas da vida em um certo grupo social, de uma determinada sociedade em um tempo específico, em um certo lugar”. (CALDEIRA, 1984:144)

De entrevistador a entrevistado, de espectador a ator principal, de vidente a cego, o próximo capítulo será um desafio na continuação da interpretação de múltiplos lugares aqui iniciada.

**CONCLUSÃO OU
NOTAS EXPLORATÓRIAS DE UMA
INTERPRETAÇÃO**

*“Forjar: domar o ferro à força,
não até uma flor já sabida,
mas ao que pode até ser flor
se flor parece a quem o diga”*

(Melo Neto, 1987:32)

CONCLUSÃO

OU NOTAS EXPLORATÓRIAS DE UMA INTERPRETAÇÃO

Esta dissertação pode ser classificada — se é que alguma taxonomia qualquer o permite — de teórico-empírica. Isso pelo fato que de tentei relacionar um modelo teórico de considerações sobre o fenômeno desporto de rendimento e as observações empíricas do campo em que atuo como ‘profissional’, qual seja, o do desporto adaptado de deficientes visuais.

Partilho da opinião que Evans-Pritchard (1978) tinha consigo quando fez considerações sobre a investigação empírica ou “pesquisa de campo”:

“(...) descobri há muito tempo que a batalha não se trava no campo, mas depois que se volta. Qualquer pessoa (...) pode fazer trabalho de campo, e se o povo que está sendo estudado nunca o foi antes, é inevitável que se contribua com algo original para a ciência. Mas será uma contribuição teórica ou apenas factual?” (EVANS-PRITCHARD, 1978:302).

No caso desta pesquisa, ter circunscrito e analisado o universo do desporto praticado por pessoas portadoras de deficiência visual é muito mais do que apenas registrar tal fenômeno. Tentou-se trazer uma contribuição não só para repensar a prática desportiva da população de deficientes visuais, como a da própria área do desporto adaptado em geral.



Da evolução que tem sido alvo o desporto adaptado brasileiro, muito coisa mudou em seu desenvolvimento nos anos recentes. No entanto, depois de uma fase inicial de busca de reconhecimento por parte da sociedade civil

(basicamente depois das Paraolimpíadas de Seul-88) — o fato é que grande parte da imprensa e da sociedade brasileiras não se sensibilizaram com esse tipo de movimento desportivo (INTEGRAÇÃO, 1988).

Quando se sensibilizam, por sua vez, é com o deficiente físico que perdeu a prótese de um dos membros inferiores no meio da corrida e continuou pulando com uma só perna até finalizar a mesma, ou é com o biamputado de pernas e braços que consegue cruzar uma piscina olímpica em nado costas.

O apelo a imagens comoventes, como essas acima descritas, é um fato interessante de ser observado. Ao mesmo tempo que “tentam” sensibilizar o público, invocam o “óbvio”, o “piegas” e o próprio senso comum que as pessoas têm sobre deficiência. Há aqueles que defendem o uso de tais “propagandas”, alegando que clamam pela “pena” das pessoas, e subsequente conscientização. É um argumento calcado na cultura do brasileiro, do “bom selvagem” de coração puro, como diria Levi-Strauss.

Tal raciocínio não funciona na prática, principalmente se considerarmos que a conscientização sobre a situação da pessoa portadora de deficiência não pode, em tempos de pós-modernidade tecnológica, restringir-se a concepções acríticas sobre o mundo que nos cerca. No máximo, as pessoas que vêem uma cena das citadas acima, choram e continuam sentindo pena daquele “ser estranho”.

Não entrarei, aqui, no mérito de julgar se a mídia visual telesportiva — se assim posso denominá-la — está “correta” ou não em seus princípios desse *marketing* distorcido. Do ponto de vista de “quem paga”, sim, mas essa é outra discussão e não o meu objetivo aqui. O que importa ressaltar é que quando se considera o desporto de cegos e deficientes visuais, este não contém tal apelo. E por que? Seria pelo fato de que quando correm, pedalam

ou lançam — orientados por um guia — não encaram o mesmo *desafio* enfrentado por seus parceiros deficientes físicos ou mentais? Ou será porque suas ‘limitações’ não são tão ‘limitadoras’ assim? Nenhuma dessas respostas.

Cada deficiência engendra uma especificidade. Não me pautarei em listá-las. Muito menos em analisá-las detidamente. O que me interessa efetivamente é perceber como que a deficiência visual trabalha com suas *limitações* — porque é evidente que as tem — e como se adapta perante os *desafios* impostos pelo desporto de rendimento.

É importante que fique claro que o desporto institucionalizado de rendimento, aqui analisado, configura-se como uma prática de pessoas excluídas do processo desportivo convencional (notadamente os cegos). São indivíduos que têm, no exercício da prática desportiva, uma válvula de escape para as exclusões sociais a que são submetidos em sociedade.

Vale salientar que não se trata de ser *a favor* ou *contra* o desporto de rendimento para portadores de deficiência, sejam esses sensoriais, físicos ou mentais. Na ótica de considerar os deficientes como iguais — porém reconhecendo suas diferenças e limitações — o que prevalece é o respeito ao indivíduo e à oportunidade de também ter direito à prática do desporto de rendimento, desde que sob padrões e índices estabelecidos para e por essa população.

Posso dizer que desconsidero a negação da possibilidade a esse segmento social de praticar o desporto competitivo convencional. Porém, o que efetivamente acontece — e que é indiscutível na atualidade — é que os próprios deficientes se expõem a uma situação que os minoriza, inevitavelmente. Suas capacidades e chances de obter sucesso são massacradas pelos próprio brio individual e pelo “orgulho” coletivo de “ser igual”. Ganham a competição, fizeram um marca tal que não os deixam

satisfeitos, justamente porque não conseguiram bater o recorde da última “Olimpíada”. O padrão de comparação constantemente utilizado é o de marcas e resultados dos atletas do desporto de rendimento convencional.

Esta pesquisa reveste-se de um significado especial, principalmente quando percebo que, estando participando do movimento desportivo dos portadores de deficiência, se nós não redimensionarmos as ações e condutas para que conduzam tal movimento desportivo à conquista de patamares próprios (desconectados da lógica perversa do desporto-competição convencional), ele estará condenado a extinguir-se, sem nem mesmo ter atingido seus pressupostos iniciais de reinserção social via alto nível.

O desporto adaptado só ainda não teve o mesmo destino que o desporto de rendimento convencional porque não tem apelo comercial e não angaria grandes somas de recursos da iniciativa privada, não tendo, de fato, adentrado à esfera dos interesses econômicos. Mas isso em países como o Brasil.

Um evento como a Paraolimpíada tem um mesmo significado para os atletas deficientes visuais que a Olimpíada para o atleta convencional que dela participa. As marcas, os recordes e os índices também são valores buscados no universo paraolímpico da mesma forma que no olímpico.

O que os praticantes deficientes não percebem (ou não querem perceber) é que reproduzem um sentimento generalizado de “frustração”, uma vez que constantemente tentam superar padrões e modelos que não os seus. Nesse sentido, o desporto de rendimento de cegos — e mesmo o desporto adaptado no país, como já disse — deveriam se conceber de maneiras diferenciadas do desporto de rendimento convencional, apreendendo a realidade que os cerca.

Deveriam ser ‘visionários’ e tentar partir das potencialidades que têm para realizar tal prática desportiva, estabelecendo parâmetros que levem em consideração uma especificidade que é a *limitação* (presente nas populações que praticam o desporto adaptado).

No entanto, o que fica é a constatação de que o que ocorre é que esse desporto de competição é organizado por uma lógica que transcende a localidade. Ele é produto de um *sistema global* de considerações e de valores que regem a sociedade capitalista como um todo. Muito difícil mudar tal lógica, se os próprios sujeitos não se tornarem agentes de suas ações sociais.

No que diz respeito à ABDC, esta não consegue fazer o desporto de rendimento de cegos nem ocorrer de fato, muito menos adquirir as pretensas características do alto nível que acontecem em instâncias convencionais (englobando periodicidade, sistematização, treinamento, etc.).

Entretanto, o próprio desporto de rendimento convencional no Brasil não ocorre da maneira como é prescrito internacionalmente: ele vive de atletas esporádicos que aparecem em cena, angariam algumas medalhas para o país e, logo em seguida, desaparecem tão rápido quanto surgiram. E, nesse sentido, a estrutura das práticas desportivas da população de deficientes visuais apenas reproduz — em menor nível, claro — o que se passa num âmbito maior dentro do país.

O que se constatou nesta pesquisa é que os entrevistados têm “idéias” sobre o que significaria o desporto de rendimento. Essas “idéias” estão próximas do que seria considerado desporto-competição, quando tomamos as falas dos dirigentes e coordenadores. Contudo, ao observarmos as falas dos atletas, percebemos ainda uma incipiência no posicionar-se perante suas próprias práticas desportivas dos cegos.

Isso pode ser visualizado sob outro prisma. Do ponto de vista da concretização dos anseios da direção geral da ABDC, os coordenadores têm por obrigação fomentarem o desporto-competição. Baltazar explicita um poder tão grande e de maneira centralizada, chegando quase a ser despótico. Um verdadeiro monarca. Entretanto, o esquema “funciona”: do ponto de vista administrativo, as coordenações da ABDC (e, por conseqüência, a própria entidade) assumem ares de promotores primeiromundistas da performance desportiva dos cegos brasileiros.

Não ressalto a funcionalidade do sistema para classificá-la como boa ou ruim. O que estou frisando são os modos controladores de explicitação do poder, que muitas vezes impõe a “ferro e fogo” tais objetivos.

Mas claro está que não é preciso que haja um consenso sobre o que é o desporto de rendimento. Necessário se faz que hajam ações, decisões voltadas para uma mesma direção. Não adianta os coordenadores se esforçarem para dar características de alto nível a seus campeonatos por causa dos desejos explicitados pelos dirigentes. Se os reais interessados — que são os cegos e deficientes visuais — não tiverem os mesmos anseios, algo estará “errado”.

Todavia, há que se fazer uma ressalva final: não há como não reconhecer que o desporto dos portadores de deficiência visual está em estruturação, num país em vias de desenvolvimento como o nosso. Não quero ser considerado “evolucionista” — muito menos “determinista utópico” — mas talvez essa atividade chegue a ser praticada aqui como ela o é nos países como Estados Unidos e Espanha. Embora isso possa vir a acontecer, devemos ter em mente que será uma prática totalmente entrecortada pelas características do nosso passado histórico, das nossas experiências de vida, enquanto brasileiros.

Tenho a minha concepção do que seria o desporto de rendimento para os portadores de deficiência visual: um *continuum* periódico de treinamento sistematizado, acoplado a variáveis estrínsecas de estrutura (adaptabilidade de materiais e de locais) e intrínsecas do indivíduo (padrões próprios de comparação), ligado às características específicas da população que o pratica.

Nestas condições não vejo porquê o cego não ter a oportunidade de praticar o desporto-competição. O que ele não precisa é ser colocado frente a frente com sua limitação todo o tempo. Aliás, algo que acontece dia-a-dia em sua vida (quando ele precisa de alguém para atravessar a rua, tomar um ônibus, etc.). Defendo um processo de treinamento desportivo “humanitário” — se isso for possível — no sentido de trabalhar no potencial do rendimento que o atleta deficiente *pode alcançar*.

Fui atleta guia de Odair, durante alguns anos. Quando ele dizia que havia uma dor intermitente, simplesmente sabia que aquilo era realmente “dor”. Às vezes descumpríamos o treino, à revelia, em função de uma dor crônica em alguma parte de seu corpo. O que o técnico não sabe, em muitos casos (ou porque não corre com o atleta, ou porque tem uma formação que apenas considera o atleta uma máquina de ‘cumprir treinos’) é que o atleta deficiente visual — e todos os deficientes, por extensão — da mesma maneira que quer treinar e ser de rendimento, precisa de motivação extrínseca de compreensão durante todo esse processo.

Não tenho dúvidas: *daqui de onde vejo as coisas*¹ percebo muito claramente que o desporto de cegos e deficientes visuais tem um longo caminho a percorrer, se optar por querer o reconhecimento de suas atitudes desportivas.

¹ Frase de Pinho (1996). Ver referências bibliográficas.

Também não gostaria de, aqui, listar uma série de sugestões apenas para validar um trabalho científico, propondo o que a ABDC — ou as entidades locais — deveriam fazer para que sua prática desportiva alcançasse os patamares desejados do rendimento desportivo. Prefiro continuar, modestamente, com a minha *praxis* junto à associação nacional, pois durante esta atuação de coordenador (e pesquisador), estarei edificando as bases de um alicerce mais consciente e justo com o segmento social ao qual me comprometi.

Apesar de tudo o que aqui foi discutido, esse “tudo” não passa de minha interpretação sobre os fatos e fenômenos do cotidiano desportivo dos deficientes visuais. Da mesma forma que uma interpretação cênica para um ator de teatro (e para seu público) nunca é a mesma, a minha interpretação sobre o desporto de cegos nunca será a mesma, na medida em que continuar interagindo com este universo. Na verdade dependerá, sempre, do lugar de onde se vêem as coisas e se fazem as considerações.

Fui guia corredor, “bengala humana vazia de significado”, secretário executivo de presidentes, técnico, preparador físico, e afins. Hoje, *daqui de onde vejo as coisas* (e que não é nem acima nem abaixo das posições que já assumi), não vejo como resolver tais impasses sem uma verdadeira transformação não só nas atitudes — mas, principalmente — na mentalidade que perpassa todo esse grupo social.

Gostaria, então, como pesquisador do (pretens) universo desportivo de rendimento de cegos e deficientes visuais, dizer que acredito no processo pela qual ele vem passando. E digo mais: não só há que se guardar as devidas proporções perante o pouco tempo de história desse movimento, como há que se incentivar tais indivíduos a buscarem em tais práticas a legitimação de seus desejos e do que os mobiliza intrinsecamente.

Para os cegos e deficientes visuais, deixo registrado uma última expressão do que efetivamente acredito em todo esse processo:

“O indivíduo criativo, mais investigador do que aprendiz, é um indivíduo livre nas suas escolhas e capacitado para auxiliar a coletividade. Como criador, só lhe resta zombar das barreiras e das fronteiras, e daí sacudir uma sociedade por demais paralisada. Torna-se mais rebelde para com regimes autoritários, mais descrente perante governos de especialistas, mais inclinado à revolta. Desconfia dos guias e prefere a espontaneidade de uma democracia aberta. Criador ainda, digere melhor as mutações, a fim de ultrapassá-las.”
(THIERRY, 1983:53)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

- ADAMS, R.C. *et alii* – *Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico*. São Paulo: Manole, 1985.
- ARAÚJO, P.F. de – *Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1998.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS (ABDC) – *Estatuto*. S.n.t. (Xerox), 1996.
- ATLAN, H. – “A Teoria das Catástrofes”. *In: Henri Atlan - Entre o Cristal e a Fumaça: ensaio sobre a organização do ser vivo*, Rio de Janeiro: Zahar, 1992. pp. 184-193.
- BELARMINO, J. – *Associativismo e Política: a luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena*. João Pessoa: Idéia Editora Ltda, 1997.
- BOTTOMORE, T. (org.) – *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- BRANDÃO, C.R. (org.) – *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRUHNS, H.T. – “O Jogo e o Esporte”. *Revista Festur*, Curitiba, v. 3, n. 1, 1991. pp. 09-11.
- CALDEIRA, T.P. do RIO – *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. – “O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n.1, 1996. pp. 13-37.
- COELHO, O. – *Opção Desporto*. Lisboa: Editorial Caminho, 1985.
- COMITÉ OLÍMPICO ESPAÑOL – *Deportes para Minusvalidos Psíquicos, Físicos y Sensoriales*. Barcelona: Comitê Olímpico Espanhol, 1992.
- CONSTANTINO, J.M. – “Que Opções?”. *Revista Horizonte*, Lisboa, v.VII, n. 45, out./nov., 1991. pp. 98-100.

- DUARTE, C.E. – “Educação Física e Desportos”. *Revista de Educação Física*, São Paulo, n. 103, 1977. pp. 78-80.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. – “Apêndice IV - Algumas Reminiscências e Reflexões sobre o Trabalho de Campo”. In : E.E. Evans Pritchard - *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 298-316.
- FREITAS, P.S. de – *Iniciação ao Basquetebol sobre Rodas*. Uberlândia: Gráfica Breda, 1997.
- GALHOZ, M.A. (org.) – *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Aguillar, 1965.
- GEERTZ, C. – *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOFFMAN, E. – *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HAGUETTE, T.M.F. – *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- KUNZ, E. – “As Dimensões Inumanas do Esporte de Rendimento”. *Revista Movimento*, UFRGS, ano 1, n. 1, setembro, 1994. pp. 10-19.
- LEAL FILHO, B.F. – *História do Desporto Adaptado para Cegos no Brasil*, Monografia da Especialização. Campinas: [s.n.], 1996.
- Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998*. Brasília: Diário Oficial da Imprensa Nacional, 1998.
- LIMA, T. – *Alta Competição: desporto de dimensões humanas?*. Lisboa: Livros Horizonte , 1981.
- MAGNANI, J.G.C. – “Discurso e Representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencanar-se nas atuais pesquisas”. In: Ruth C. L. Cardoso - *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp. 127-140.
- MALINOWSKI, B. – *A Diary in the Strict Sense of the Term*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1967.
- MARCUSE, H. – *A Sociedade Unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- MARIVOET, S. – “Desporto: do ideal à realidade”. *Revista Horizonte*, v.XII, n. 71, jan./fev., 1996. pp. 193-196.
- MELO NETO, J.C. – “O Ferrageiro de Carmona”. *In : Crime na Calle Relator*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- MOVIMENTO PARAOLÍMPICO – “Brasil em Atlanta”. Publicação do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), Niterói, ano 1, n. 7, set., 1996. pp. 01-13.
- MUNSTER, M.A. van. – *Estimulação Perceptivo-Motora em Crianças Portadoras de Deficiência Visual: proposta de utilização de material pedagógico*. Dissertação de Mestrado. Campinas: [s.n.], 1998.
- NETO, C. – “Desportos Radicais ou Radicalização do Desporto?”. *Revista Horizonte*, v. XII, n. 69, set./out., 1995. pp. 83-85.
- NOVAES, A. – *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NUZMAN, C.A. – “Esporte Olímpico: a hora da virada”. *In : Jornal Folha de São Paulo: Tendências e Debates*, 08/agosto/99, p. 3.
- PINHO, O.A. – *Descentrando o Pelô: narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador*. Dissertação de Mestrado. Campinas: [s.n.], 1996.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- Revista Integração*. “O Desafio dos Próprios Limites”. São Paulo, ano 1, n. 3, dez., 1988. pp. 14-21
- Revista Perfis*. “Sevilla’99 cerró los ojos”. Madrid, n. 148, septiembre, 1999. pp. 41.
- SILVA, M.A. – “Do Deficiente ao Praticante de Desporto”. *Revista Horizonte*, v. IX, n. 54, mar/abr., 1993. pp. 218-220.
- SIMÕES, J.A. – *O Dilema da Participação Popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: Marco Zero, 1992.
- THIERRY, J. – *L’Individu Collectif*. Paris: Syros, 1983.
- TUBINO, M.J.G. – *Dimensões Sociais do Esporte*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

ANEXO 1

Anexo 1

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Neste anexo apresento os roteiros-guias das entrevistas realizadas com os respectivos grupos pesquisados (atletas, coordenadores, dirigentes e ‘opositores’).

A análise das entrevistas, as descrições de quem são os entrevistados — bem como as explicações acerca da delimitação dos grupos — encontram-se no “Capítulo 3” desta dissertação.

Grupo dos Atletas:

Foco: Opinião/conhecimento

Colocação das questões: “*na sua opinião...*”, “ *você acha que...*”

Questões semidirigidas (roteiro aberto para possíveis inferências pertinentes do entrevistado):

- 1. Qual a sua idade? Quando começou a se envolver com o desporto para pessoas cegas? Como foi, conte-me um pouco de sua história.*
- 2. Estou estudando o desporto de competição de cegos e deficientes visuais, hoje, no Brasil. Na sua opinião, o que você acha que é o esporte de competição ou de rendimento?*
- 3. Atualmente, qual sua relação com o desporto de cegos no Brasil?*

4. Conte-me um pouco de sua história dentro desse movimento.
5. Qual sua opinião sobre o desporto de cegos, desenvolvido hoje no país?
6. Você acha que esse desporto praticado por cegos aqui no Brasil é bastante nivelado, inclusive se comparado com índices e marcas de outros países?
7. Você já ouviu falar da ONCE ou IBSA? Sabe o que são? O que acha delas?
8. Na sua opinião, o Brasil tem realizado um desporto de rendimento (ou de competição) para cegos à semelhança da Espanha, por exemplo?

Grupo dos Coordenadores:

Foco: Opinião/conhecimento

Colocação das questões: “na sua opinião...”, “você acha que...”

Questões semidirigidas (roteiro aberto para possíveis inferências pertinentes do entrevistado):

1. Qual a sua idade? Desde quando você está envolvido com o desporto brasileiro de cegos? Conte-me um pouco de sua história.
2. Como você sabe, estou pesquisando o desporto de rendimento de cegos e deficientes visuais atualmente no Brasil. Na sua opinião, o que é desporto de rendimento ou de competição?
3. Qual sua relação com o desporto de cegos, hoje, no Brasil?
4. Conte-me um pouco de seu envolvimento dentro desse movimento.

5. *Qual a sua opinião sobre o desporto de cegos, hoje, no país?*

6. *Você acha que o desporto praticado por cegos, aqui no Brasil, é um desporto de rendimento?*

7. *Você conhece, e certamente já pôde verificar, o trabalho de treinamento realizado por outros países, inclusive da Europa e EUA. O que você acha quando se volta para o nosso desporto?*

8. *Na sua opinião, você acha que a ABDC tem cumprido o seu papel?*

Grupo dos Dirigentes:

Foco: Opinião/conhecimento

Colocação das questões: “na sua opinião...”, “você acha que...”

Questões semidirigidas (roteiro aberto para possíveis inferências pertinentes do entrevistado):

1. *Qual a sua idade? Desde quando você está envolvido com o desporto brasileiro de cegos? Conte-me um pouco de sua história.*

2. *Como você sabe, estou pesquisando o desporto de rendimento de cegos e deficientes visuais atualmente no Brasil. Na sua opinião, o que é desporto de rendimento ou de competição?*

3. *Qual sua opinião sobre o “I Encontro para a Avaliação do Desporto de Cegos” ocorrido no Rio de Janeiro, no início de fevereiro de 1999?*

4. *Como você vê o desporto de cegos brasileiros hoje no contexto internacional?*
5. *O que você acha da atuação da Federação Internacional de Esportes de Cegos (IBSA) e de sua posição com relação aos países da América Latina?*
6. *Na sua opinião de responsável pelo desenvolvimento desse desporto hoje no Brasil: temos um desporto de rendimento para cegos e deficientes visuais?*

Grupo dos ‘Opositores’:

Foco: Opinião/conhecimento

Colocação das questões: “na sua opinião...”, “você acha que...”

Questões semidirigidas (roteiro aberto para possíveis inferências pertinentes do entrevistado):

1. *Qual a sua idade? Com o que você está envolvido ultimamente?*
2. *E o desporto das pessoas portadoras de deficiência (cegos, especificamente): qual foi seu último envolvimento? Quanto tempo você permaneceu diretamente envolvido?*
3. *Por que se desvinculou do desporto institucionalizado de cegos?*
4. *Atualmente estou envolvido com o desporto de cegos, em nível prático, e faço uma pesquisa sobre ele em meu mestrado. Mais pontuadamente, pretendo fazer uma análise pormenorizada sobre o desporto de rendimento de cegos, no Brasil, hoje em dia. Na sua opinião, que definição você daria sobre desporto de competição ou de rendimento?*

5. *E qual sua opinião sobre o desporto de cegos praticado, hoje, no Brasil?*

6. *Ultimamente há uma tendência, tanto do governo brasileiro (quando fomenta o desporto para pessoas portadoras de deficiência em geral), quanto da Federação Internacional de Esportes de Cegos (quando se dirige a esta população específica), em privilegiar o alto rendimento. O que você acha disso?*

7. *Na sua opinião, qual seria a “fórmula” para o desporto de cegos no Brasil?*